

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser fiel à
gravação, com indicação de fonte conforme
abaixo.

CARDOSO, Edson Lopes . Edson Lopes
Cardoso (depoimento, 2006). Rio de Janeiro,
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h
58min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do
convênio entre SOUTH EXCHANGE
PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE
HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É
obrigatório o crédito às instituições
mencionadas.

**Edson Lopes Cardoso
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 28/04/2006

Duração: 3h 58min

Arquivo digital - vídeo: 4; Fita cassete: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por sua importante participação em alguns momentos cruciais na história recente do movimento negro brasileiro como, por exemplo, na Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida, da qual foi proponente e coordenador.

Temas: Ação Popular (1962); África do Sul; Bahia; Ditadura; Educação; Família; Florestan Fernandes; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); História; Literatura; Movimento estudantil; Movimento negro; Partido dos Trabalhadores - PT; Paulo Paim; Repressão política; Rio de Janeiro (cidade); Rio de Janeiro (estado); Rio Grande do Sul; Universidade de Brasília; Universidade Federal da Bahia;

Sumário

Entrevista: 28.04.2006 Origens familiares; a infância em Salvador; memórias familiares; o papel do pai na sua educação; a morte do irmão mais velho; o contato com um grupo de estudos da Ação Popular (AP); o interesse pela literatura; o movimento estudantil no Brasil; o primeiro contato com o movimento negro; o cotidiano escolas antes e depois do AI 5; a repressão em 1969; episódios marcantes para a questão racial; a ida ao Rio de Janeiro em 1974; o período de mudança para o Rio de Janeiro; a mudança para Porto Alegre; o retorno à Bahia; o ingresso para Universidade Federal da Bahia (UFBA) para cursar Letras; a criação do núcleo de estudos afro-brasileiro; a greve; as formas de jubilamento advindas da Repressão da Ditadura Militar; a direção do Centro Acadêmico de Letras; a relação com o movimento estudantil; as relações afetivas; o rompimento com a Universidade e a ida à Porto Alegre; a importância do Instituto Goethe para o movimento negro; as experiências profissionais; o contato com um clube de leitura em Porto Alegre; o contato com Oliveira Silveira; o retorno à Salvador; o trabalho no jornal A Tarde; a mudança para Brasília; o trabalho na Livraria Galilei; o ingresso à Universidade de Brasília (UnB); o trabalho na Revista Brasileira de Tecnologia do CNPq; os primeiros contatos com o Movimento Negro Unificado (MNU); o processo de se transformar ativista; a construção da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores (PT); o mestrado em comunicação na UnB; a criação do jornal Raça e Classe; a candidatura pelo PT; o I Encontro do Negro do PT; os conflitos dentro do partido; a saída do PT; as construções de uma organização política; a proposta da Marcha Zumbi dos Palmares; as disputas com o PT; o período de viagens e mobilização do movimento negro; a busca pela autonomia do movimento negro; as tentativas de infiltração e à desqualificação do movimento negro; as infiltrações militares dentro das marchas; a relação com o Governo Fernando Henrique Cardoso; a relação com o Governo Lula; a relação com a Articulação da Marcha Zumbi +10; a construção da Marcha; a crítica ao PT diante dos movimentos sociais; o trabalho como chefe de Gabinete do Florestan Fernandes; a construção da Marcha de 1995 ; a experiência na função parlamentar; a atuação como professor de Literatura; a edição do livro Bruxas, espíritos e outros bichos; a aprovação da Lei 9.459; o trabalho como chefe de gabinete do deputado Eurídio Ben-Hur; a tentativa de introduzir introduzindo História da África na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); o trabalho com Paulo Paim; a criação da Frente Parlamentar Brasil-África; o processo da Lei 10.639; a escravidão colonial; o passado das lutas do negro no Brasil; temas censurados pela Ditadura Militar; as influências dos movimentos norte americanos ; a luta contra o período “alisa-se cabelo”; a reunião na Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); a ida à Genebra; a conferência em Durban; o curso de capacitação pela Fundação Ford; a predominância de mulheres no movimento negro do Brasil ;a importância das manifestações e resistência na África do Sul; o estatuto da igualdade racial; conclusões e agradecimentos.

Entrevista: 28.04.2006

V.A. – Então, a gente tinha combinado previamente, antes da nossa gravação, que iríamos nos concentrar nos anos de 1984 até agora, que o senhor, ou você, agora a gente já combinou que vamos nos chamar de “você”, tem uma experiência intensa e densa em relação ao movimento negro a partir de 1984. Mas antes disso a gente queria saber um pouco da sua origem, quer dizer: aonde nasceu, seus pais e um pouco a sua trajetória, rapidamente, brevemente até 1984.

E.C. – Bom, eu nasci em Salvador, Bahia em 10 de outubro de 1949. Sou filho de Lourival Cardoso e de Maria Laura Lopes Cardoso. Faleceram há pouco tempo. Meu pai era um operário gráfico, quer dizer, a formação de um operário gráfico para a geração de meu pai era aprender um ofício, se aprendia um ofício. Então ele vai até ser mestre de oficina, quer dizer, eram tipografias, e meu pai chegou a mestre de oficina trabalhando com os beneditinos em Salvador, que sempre tiveram uma tradição intelectual e de produção de textos e de edição. E minha mãe... O Getúlio Vargas criou, não sei se em todo o país, mas em Salvador, ele criou um Instituto Mauá, onde era possível pessoas como a minha mãe, uma mulher negra com curso primário, aprender a fazer renda inglesa, aprender a costurar toalhas, enfim, adereços que envolvessem costura. Depois, à medida que os filhos vão nascendo, eu sou de uma família com mais cinco irmãos, minha mãe deixa o Instituto Mauá, fica só cuidando dos filhos. Então, eu nasci em um lugar chamado Beco dos Cravos em Salvador e que a pronúncia Beco dos Cravos eu sempre ouvia, por exemplo, de outras crianças: “Dos cravos, dos escravos...” Havia sempre uma pergunta sobre onde era. Mas na verdade parece que na origem o Beco dos Cravos era o beco dos escravos mesmo. É no Centro de Salvador, bem centro mesmo e ainda está lá de pé a casa número 11. Uma casa de dois cômodos com um banheiro coletivo. E lá o meu pai casou, foi morar lá com a minha mãe e lá tiveram os primeiros filhos. Eu sou o segundo filho.

V.A. – Desculpa. A casa com dois cômodos significa que moravam duas famílias?

E.C. – Não. Dois cômodos significam dois espaços distintos, fogão atrás da porta...

V.A. – E o banheiro coletivo?

E.C. – O banheiro coletivo porque no beco você tem casas fronteiras e você tem uma estrutura de banheiro coletivo para atender... Esse banheiro atendia todas as casas do beco. Então, um operário, quer dizer, um operário com um posto em ascensão, profissional. E meus pais, até meu pai fazer 30 anos mais ou menos, foi possível ele continuar nessa função. Depois meu pai, por conta mesmo de uma doença proveniente do contato com o chumbo, meu pai com cinco filhos – já tinha cinco filhos – recebe a notícia de que não poderia mais continuar com seu ofício. Isso foi uma coisa, digamos assim, muito dura. Mas termina abrindo possibilidades. Havia uma tradição dos gráficos, e eu creio que era uma tradição no país, de serem operários que se julgavam um pouco mais qualificados do que os outros, em função mesmo da possibilidade de leituras que alguns, eu diria muitos, e entre eles meu pai. Meu pai sempre gostou de ler. Meu pai era um homem que nunca lia um único jornal. Meu pai lia dois pelo menos. E meu pai tinha uma biblioteca, embora meu pai só tivesse o curso primário. Então o que meu pai faz? Meu pai vai ser vendedor porque era o que ele poderia fazer sem profissão. E curiosamente, o fato de ele agora escapar do salário semanal e passar a ganhar em função do que ele vendesse – escapar na verdade de limites de salário, ou seja o seu limite é a sua capacidade de vender. E meu pai era um homem, digamos assim, com uma educação muito acima da sua escolaridade, o que lhe permitiu ter sucesso como vendedor. Meu pai era um bom vendedor. Vai se revelar um bom vendedor.

V.A. – Vendia o quê?

E.C. – Meu pai vai vender tudo. Ele se orgulhava de só não ter vendido armas e bebidas, mas meu pai vai vender tudo. Por exemplo, papel meu pai vendeu muitos anos. Meu pai vai vender material de construção, enfim, vai ser um vendedor. Você tinha representações, você montava um escritório de representação e ia buscar, por exemplo, em São Paulo empresas que precisassem disseminar seus produtos e se apoiavam em representantes em cidades, por exemplo, como Salvador. Esse representante pegava, digamos assim, a conta de várias empresas. E ele tinha vendedor para ir para o interior da Bahia vender. Meu pai se destaca nisso e a gente pode dizer que ascendemos de algum modo a partir dessa tragédia da impossibilidade do exercício da profissão. Eu posso dizer que a gente ascendeu, digamos, da classe operária para uma classe média baixa, digamos assim. Bom, eu acho que esse é um aspecto relevante. No caso do meu pai havia um traço... Meu pai era filho de um português mesmo, ou seja, português que veio de Portugal. Eu mesmo tenho desconfianças

até se na origem dessa família Cardoso não estaria, pelos contatos que eu já tive assim acidentais com o embaixador de Portugal em uma solenidade uma vez, com uma pessoa da comunidade judaica fazendo alusões a cristãos novos. Como é uma família que veio de Portugal, e no caso do meu pai, o pai dele era um guarda-livros, o senhor João Marinho Cardoso, e eu perguntei ao meu pai... Meu pai não conviveu com o pai porque o pai dele morreu com 36 anos, morreu muito jovem de problemas cardíacos. E esse João Marinho Cardoso teve filhos com Julieta, que era minha avó, uma mulher negra. Meu pai é de São Félix, no recôncavo baiano. São Félix e Cachoeiras são duas cidades históricas no recôncavo e minha avó era uma mulher negra que evidentemente um homem branco tinha feito dois filhos. Só. Eles não era pessoas... Meu avô reconhece os filhos, existe uma certidão de reconhecimento dos seus dois filhos: Lourival, que era meu pai, e Nelson, que era o irmão do meu pai. Mas após a morte do meu avô, meu pai contava que eles não foram recebidos pela família do meu pai. Então meu pai fica com sua mãe, Julieta, minha avó, uma mulher negra, e vai ter a vida de uma criança de pele clara e cabelo crespo que, digamos assim, vai terminar aprendendo um ofício e muito jovem, então, ele vem sozinho para Salvador. Meu pai vem para Salvador tipo com 12, 13 anos. E vai guardar uma profunda mágoa desse não-reconhecimento da família branca do seu pai. Meu pai vai guardar essa mágoa. E em Salvador meu pai vai fazer a vida dele. Casa com minha mãe, que é uma mulher negra, e alguns filhos então vão nascer de pele clara e cabelo crespo, como eu, que tenho muito a ver com a aparência do meu pai, e outros irmãos meus vão ser muito mais próximos da minha mãe na aparência. Então nós éramos seis filhos do mesmo pai e da mesma mãe com bastante diferença. Tanto que no movimento negro, uma coisa curiosa, alguns adversários quando não tinham outros argumentos para opor às coisas que nós propúnhamos, costumavam levantar dúvidas sobre a minha negritude. E eu achava engraçado isso porque os meus familiares, digamos assim, da minha mãe, que é de Salvador, não são negros, eles são muito negros. É toda uma família, que quando eu estou junto deles, se eu aparecer junto deles as pessoas me vêem de uma outra maneira, dentro do meu universo familiar. Então acho que essa história do meu pai vai decidir muita coisa, porque meu pai vai querer todo tempo se afirmar como um homem que... ele não é bem isso que vocês estão pensando: “Eu não sou um mulato ignorante. Eu não sou...” Meu pai é uma pessoa que se empenha muito na busca de saber as coisas e de estudar. E isso foi muito importante para todos os filhos. Meu pai formou todos os seis filhos. Ele nos permitia ficar sem trabalhar até os 18 anos, todos. Ou seja, só após os 18 anos a gente começava a trabalhar, todos. Mas até os 18 anos meu pai se permitia, com um sacrifício dele enorme, que só ele trabalhasse. Depois que cada um fizesse 18 anos que fosse estudar, “mas agora vai ter que se virar.” Eu mesmo quando faço faculdade, eu procuro... aí meu contato com imprensa, com jornal, eu começo a fazer revisão em jornal paralelo ao meu curso superior na Ufba. A questão racial vem na convivência se fazendo, no meu caso, desde o meu nascimento. Porque como eu nasci com a pele mais clara do que meu irmão mais velho, e isso vai se afirmar mesmo com o nascimento dos outros, havia em torno de mim sempre os

parentes, e a gente conviveu muito mais com os parentes de minha mãe do que de meu pai, eles faziam, e em casa às vezes se fazia, de que eu teria sido achado na lata do lixo. Eu era diferente dos outros nessa aparência. Às vezes eu me pergunto se o fato de eu ter feito o envolvimento, ter tomado a decisão de um envolvimento, de um engajamento na luta como tomei, não tem a ver com esse pânico da rejeição que eu tinha na minha infância. Porque eu era tão vinculado à minha mãe, porque na aparência eu tinha a aparência do meu pai, mas eu, de temperamento, sempre fui muito mais ligado à minha mãe. E eu não sei porque, eu acho que talvez o pânico de: “Essa não é a sua família. Você teria uma outra família...” E aquela era a minha família, eu queria que aquela fosse a minha família, eu acho que deu... Eu sempre fui muito ligado à minha mãe de uma forma muito especial em relação aos meus irmãos, sempre houve muita ciúmeira por conta disso. E quando a minha mãe brigava com meu pai ela costumava dizer: “Você ganhou todos os filhos menos um.” Havia assim uma coisa de que eu estava com a minha mãe, sempre foi assim muito forte isso. E às vezes eu mesmo me pergunto, fazendo uma psicologia aqui de almanaque, se isso não terá tido alguma decisão. Mas o fato é que a expectativa que se tinha sobre mim é que como era mais claro, evidentemente, que eu não ia me preocupar com coisas assim. Sempre houve uma coisa assim. E era o contrário do que estava acontecendo. Era um crescente envolvimento meu com a questão racial. Eu penso que ter vivido 68 no Colégio da Bahia e 69, foi importante para mim porque eu tinha perdido meu irmão em janeiro de 68 em um acidente de automóvel.

V.A. – O irmão mais velho?

E.C. – Meu irmão mais velho. Isso foi brutal na minha família. Meu irmão tinha acabado de fazer 20 anos e isso foi... a nossa família parecia eterna. Nós não tínhamos morte. Morte minha mãe contava que minha avó tinha morrido no ano que eu nasci, que tal parente tinha morrido, que meu avô tinha morrido. Mas o nosso universo estava todo mundo vivo. Então meu irmão era uma pessoa de muita saúde e morreu em um acidente de automóvel, de uma forma tão surpreendente, tudo tão brutal, que isso provoca não só... Para ter uma idéia, minha mãe tem uma cegueira transitória durante algum tempo, porque no fundo a minha mãe não queria ver. Ela não queria ver. E meu irmão foi uma criança muito especial. Meu pai também fica muito abalado. A partir daí meu pai começa com umas idiossincrasias de natureza, procurando remédios... Há um abate. A família fica muito abalada. E em janeiro de 68, depois começa 68 do jeito que foi. Eu sou uma pessoa extremamente difícil em 68, sou muito difícil. Eu gosto muito de literatura e começo a escrever em 68 já. Em 68 eu já estou fazendo os meus poemas com muita revolta pessoal, buscando entender o que estava acontecendo, e no Colégio da Bahia eu tenho contato então com um grupo de estudos da Ação Popular, da AP. Esse grupo da Ação Popular, que buscava atrair estudantes para um

grupo de estudos, eu faço parte de um grupo de leitura e algumas coisas vão ficando mais claras para mim: toda aquela revolta de contato com hospital, com médicos, porque eu fui pegar meu irmão – o acidente foi no interior – e trazer meu irmão, então toda a vivência que eu tinha tido com os dias de sofrimento de meu irmão, uma revolta que eu tinha muito grande tentando entender as coisas, o contato com os livros do tipo *Alienação e humanismo* de Leoncio Basbaum, *Tratado do materialismo histórico*, que a gente sentava para estudar por lições, aquelas coisas. Mas de algum modo aquela literatura marxista, ou pseudo-marxista, ou de divulgação de esquerda, de algum modo organizou as coisas para mim no sentido de tentar compreender essas relações. Então se abriu um horizonte muito grande de percepção para mim no segundo ano do segundo grau. Agora, um detalhe que vai ser muito importante: havia uma pessoa que era do grupo e que não era estudante de segundo grau, ele tinha deixado o segundo grau. Era um estudante negro, o Roberto. E ele era uma pessoa que tinha, além desse grupo da AP, ele participava, e vai me apresentar na biblioteca pública – eu sempre frequentei biblioteca pública. Na biblioteca pública eu vou me dando conta de que existe, na verdade, um grupo de pessoas negras e que a gente nos intervalos, descer para fumar e coisas assim, a gente vai estabelecendo uma relação. Quem faz a ponte para mim com esse grupo é o Roberto.

V.A. – O senhor sabe o sobrenome dele?

E.C. – Não me lembro. Eu acho que é Santos. Santos é o mais provável. Já falecido. Mas o fato é...

V.A. – Ele fazia parte da AP também?

E.C. – Ele fazia parte do grupo de estudos da AP. Nós não éramos da AP. Éramos um grupo de estudos, de leitura que a AP tinha no movimento secundarista, porque ela era forte no movimento secundarista. E 68 foi vivido de maneira muito intensa no colégio em que eu estava, que era um colégio que vinha do século XIX, o Colégio da Bahia, com a participação extremamente ativa na luta estudantil. Você sabe que quem faz História só conhece movimento estudantil de São Paulo e do Rio de Janeiro porque não se deu conta ainda do que aconteceu em 68 no Brasil. O movimento estudantil foi rico no Brasil inteiro, não foi só Rio e São Paulo. Aliás, se fossem estudar, o de Goiânia ia tomar um susto com o que aconteceu em Goiânia em 68 e 69. É uma história muito restrita. Quando vai muito, vai à Minas, um pouquinho à Porto Alegre, mas não consegue abarcar a intensidade do que foi

o movimento estudantil em Salvador. É bom lembrar que boa parte da direção do Partido Comunista era da Bahia, durante muitos anos. O Partido tinha força na Bahia. Então quando racha o Partido, muitos grupos são fortes na Bahia e atuam no movimento estudantil de maneira muito intensa. E essas pessoas que eram da executiva do Partidão na Bahia eram pessoas que não só eram ativistas como eram intelectuais que produziam. Então havia ramificações e sempre foi muito forte. Então esse tipo de contato de leitura, de me aproximar de um período muito rico, o Roberto me dá um primeiro toque de que além daquilo que a gente estava estudando na Ação Popular, tinha outras coisas. E aí eu começo, pela primeira vez, aí nos meus 18, 19 anos, a ouvir sobre movimento negro. Mas uma coisa ainda em que a gente se encontrava, a gente conversava, um período que, vocês sabem, muito difícil. Nós nos reuníamos na biblioteca, mas tudo aos sussurros. É um período muito triste do país para quem estava interessado em ler e saber das coisas. Bom, na virada do ano que vem o AI 5, que eu passo do segundo ano para o terceiro ano, é uma tragédia. A expulsão de pessoas envolvidas, inclusive quem dirigia esse grupo de leitura, essas pessoas são expulsas da escola, muitos desaparecem inclusive, algumas pessoas que faziam parte desse grupo da AP. Simplesmente você começa 69 em uma escola que o portão largo era aberto, o tempo todo aberto, uma escola tradicional, uma escola pública que ainda não tinha uma maioria negra, como ela passou a ter depois que a escola cai a qualidade... Esse Colégio da Bahia dos anos 60 ainda era o Colégio da Bahia que você entrava e a maior parte dos alunos era de pele clara em uma cidade de maioria negra. Hoje você olha pela grade, quando eu vou à Salvador, o Colégio é completamente diferente, majoritariamente são alunos negros. Mas também ele já não é aquele Colégio que era em 68 em termos de qualidade de ensino. Em 68 meus professores davam aulas de paletó e gravata. Você imagina para o clima de Salvador o que era entrar um professor duas horas da tarde de paletó e gravata. Era uma escola que tinha um peso tradicional, uma escola pública. Bom, em 69, com o AI 5, desaparece todo mundo.

V.A. – Deixa eu só fazer uma pergunta: era uma escola de ensino médio?

E.C. – De ensino médio, tradicional.

V.A. – E o senhor antes também cursou escola pública em Salvador?

E.C. – Sempre. Não, veja só, eu não fiquei todo o tempo em Salvador. A gente, nesse período de 67, 68, nós estamos voltando a Salvador. Assim que meu pai começa a vender a

gente vai para o interior, porque a situação do meu pai no princípio, depois da doença, ficou muito insegura. Então meu pai preferiu ficar no interior. Eu moro durante sete ou oito anos em Santo Amaro da Purificação. Meu colégio era um ginásio muito bonito, com o nome de uma pessoa negra, era Ginásio Estadual Theodoro Sampaio, onde eu fiz meu ginásio.

V.A. – Em Santo Amaro?

E.C. – Em Santo Amaro. E depois a gente mora ainda dois anos em Feira de Santana e aí depois disso a gente retorna a Salvador em 67. Então entre 57, 58, meus sete oito anos, que é o período logo após a doença do meu pai, e 67 a gente passa fora com minha mãe reclamando o tempo inteiro que era não era de lá, que ela queria voltar. Embora tudo seja recôncavo, tudo seja o mesmo universo cultural, minha mãe reclamou muito o período do interior. E aí quando a gente volta meu irmão morre, e foi aquela coisa de que talvez a gente devesse ter ficado. Mas a gente teria que estar em Salvador estudando de qualquer maneira.

V.A. – O senhor estava falando do portão do Colégio que era aberto.

E.C. – O portão ainda em 68 era aberto. Quando vem o AI 5 se levanta um muro em lugar do portão, o portão é fechado com um muro, abre-se uma porta lateral e fica um soldado na porta lateral. Muitos alunos são expulsos da escola. Alguns alunos optam pela clandestinidade mesmo, e nós que éramos apenas de um grupo de leituras, ficamos órfãos literalmente. Às vezes alguns estudantes que tinham sido expulsos nos pediam para entrar com alguns panfletos para colocar no banheiro, porque ficou esse o clima de 69. Era uma escola muito politizada. E 69 então foi muito difícil terminar o terceiro ano. Eu terminei o terceiro ano, eu acho que devo muito aos professores, porque eles, alguns professores, sabiam do que estava acontecendo e entendiam porque às vezes bons alunos estavam apresentando um quadro de apatia como nós estávamos apresentando em 69. 69 foi um ano terrível. A passeata está proibida no país. A última passeata que participamos em Salvador, já com o jornal na banca: “Proibido passeata em todo o país.” Que tem uma repressão brutal, é a última passeata, é onde a gente se deu conta de que a repressão aos estudante à luz do dia em uma segunda-feira de manhã, um grau de brutalidade, atirando nas pessoas, uma coisa tão violenta, que as pessoas se dão conta de qual era exatamente o quadro que a gente estava vivendo de repressão. Foi uma coisa muito terrível. E algumas pessoas deixam a escola e alguns são presos, que a gente vai saber logo depois. E aí baixa um período, um

tempo muito ruim de tudo isso. São livros escondidos sob a camisa. Aí eu termino meu segundo grau e não vou fazer vestibular, tal o quadro. Eu lia muito. Eu vou trabalhar, eu vou ser propagandista de laboratório. Eu acho que vivi uma situação em 70 no hospital do Exército, como propagandista de laboratório, que eu acho importante registrar para quem quiser conhecer o clima daquele período. Nós tínhamos produtos controlados no laboratório, que mesmo a amostra ao ser entregue ao médico, o médico tinha que assinar uma requisição.

V.A. – Um recibo, não é?

E.C. – Uma requisição bem nítida, ou seja, que quantidade de amostra foi entregue. Porque eram produtos, por exemplo, como medazepam 10 mg, às vezes 20 mg de medazepam, produtos que tinham a venda controlada. Mesmo a amostra, eu pegava a amostra no laboratório mas eu tinha que prestar conta para onde aquela amostra tinha ido. Então eu precisava ter a assinatura de um médico com seu registro e tudo mais. Então, depois de falar sobre aquela rotina, de falar sobre os remédios e apresentar os produtos, deixar as amostras, eu entreguei então o nosso bloco de controle para o médico assinar. Ele me pediu uma caneta. Eu coloquei a mão no bolso interno do paletó, onde tinha mais de uma, e puxei uma caneta. Só que a caneta que eu puxei era vermelha. Um fato banal, absolutamente banal. Não era vermelha assim, era vermelha o bico dela e a tinta.¹ Olha, o médico levantou da cadeira assim e o dedo na minha cara, ele disse assim: “Essa cor não entra no Exército brasileiro.” E eu pensando comigo: “Ele vai me prender aqui porque eu entreguei uma caneta vermelha.” Eu disse: “Não, desculpe doutor, vou lhe entregar uma caneta azul. Foi só você meter a mão no bolso do paletó e puxar uma caneta.” Mas uma situação tão bizarra que eu acho que dá ideia do clima que você vivia. Uma coisa absurda. Mas a violência dele... imagina, um oficial médico. Uma coisa brutal. Então era um pouco esse o clima. Então o que nós falávamos na biblioteca? “Bom, os melhores estão de fora. Esse grupo não vai fazer vestibular.” A gente não se interessava por vestibular. Não havia nada no horizonte que dissesse assim: “Que bom que é ir para a universidade.” Eu não fui para a universidade quando terminei o segundo grau. A gente lia muito, isso sim. A gente lia um bocado. E vivemos um período de muita depressão, do ponto de vista meu pessoal, um período muito triste. Embora eu ganhasse muito dinheiro com o meu trabalho, eu fui estudar espanhol porque eu sempre gostei muito da língua espanhola. Então eu fui estudar espanhol particular, tinha uma pessoa que eu ia na casa da pessoa, ela botou uma placa na porta, eu passei e vi. Então eu fui ter aulas de língua espanhola e lia bastante. Acho que a literatura me salvou porque sempre gostei muito de literatura e estou lendo literatura. E aí a

¹ O entrevistador Amilcar estava com uma caneta toda vermelha em mãos.

questão racial vai se formando na minha cabeça a partir de alguns episódios muito marcantes em Salvador. Havia um delegado chamado Gutemberg que é encarregado de uma repressão brutal que está acontecendo no Brasil inteiro. E Salvador é um lugar que muita gente procura no início dos anos 70 por causa de Arembepe, por causa de praia. Então algumas pessoas com aparência bastante distinta do que se estava acostumado, essas pessoas vão chegando com seus longos cabelos e tudo mais. Há uma repressão aos grupos organizados de esquerda que se estende a tudo. Ela se estende a tudo. Como 64. Em 64 nós morávamos em Feira de Santana e a gente não podia nem jogar bola. Nenhum agrupamento era permitido, sequer de garotos para jogar bola após o Golpe. O Exército ocupa Feira de Santana porque Feira de Santana tem uma importância muito grande do ponto de vista das ramificações rodoviárias, destitui o prefeito, que era Chico Pinto, tira o prefeito da prefeitura e prende, coloca tanque na rua. Foi terrível! E a gente vai para a escola e está tudo quebrado, quebraram tudo. Foi uma coisa tão violenta. E a partir daí, eu tinha meus 14 anos e a gente não podia nem jogar bola, quanto mais... Nenhum tipo de ajuntamento era possível. Bom, então esse período de 70, 71, é um período em que eu estou lendo, estudando, e o delegado Gutemberg – eu estou dizendo isso porque eu fiz um poema sobre isso na época – o delegado Gutemberg, eu leio uma notícia de jornal que tinha uma fala do delegado contra cabeludos. Chegou a ter um caso em Salvador de um estudante de Engenharia aqui do Rio, que é preso por conta de cabelo e uso de maconha, que havia um delegacia bem no centro de Salvador, que hoje nem existe mais, ela ficava na rua da Misericórdia. Você saía da rua da Misericórdia e chegava na praça onde tem o elevador Lacerda. Esse rapaz, quando foi solto, caminha da delegacia até o elevador e se atira do elevador. Para você ter uma ideia. Então era um clima tão terrível. Então o delegado Gutemberg, falando sobre os cabeludos, fez uma observação que foi como uma luz para mim assim, ele dizendo que: “principalmente os negros com o cabelo grande.” Esse “principalmente os negros com o cabelo grande” na época eu fiz um poema, que era sobre essa forma de repressão, com o nome dele o delegado Gutemberg, ele fazia sobre essas características que eram características inclusive da maioria da população, esse tipo de repressão. E aí, digamos assim, eu acho que é um período da minha vida em que eu vou juntando com leituras, vou juntando essas minhas possibilidades. Em 1974... eu venho ao Rio de Janeiro em 72, que é muito importante para mim. Eu venho sozinho para cá, não conheço ninguém, porque o *Jornal do Brasil* não saía as segundas-feiras. Ele vai sair a segunda-feira porque está de sede nova em 72 e quer contratar revisores que tenham segundo grau e não trabalhem, porque as pessoas iriam trabalhar por escalas. Eu lia o *Jornal do Brasil*. Essa coisa do meu pai foi muito importante para nós, a gente não lia só o jornal de Salvador, o jornal local, com meu pai a gente lia o jornal local e o jornal de outros lugares. E eu lia muito o *Jornal do Brasil*, primeiro por causa do Drummond que era colunista do *Jornal do Brasil*. O Caderno B do *Jornal do Brasil* da época era de uma riqueza muito grande, você tinha Clarice Lispector no Caderno B, você tinha Drummond

no Caderno B, você tinha Carlinhos Oliveira no Caderno B, você tinha um Caderno B rico para quem gostava de literatura como eu gostava...

E.C. – E vim embora para o Rio de Janeiro. Já tinha lido tudo de Machado de Assis, Lima Barreto, então eu disse: “Vou para o Rio de Janeiro. Precisam de uma pessoa de segundo grau. Nossa!” Eu falei: “Essa vaga é minha.” E aí eu vim e fiquei em uma pensão na Bento Lisboa em um período de muita repressão, ainda em 72, e com muito medo das coisas, a primeira coisa que eu fiz foi minha carteirinha da Biblioteca Nacional. Porque em 72 ainda era possível chegar e ter uma carteira da Biblioteca. Vocês não sabem a alegria de chegar assim: “Nossa! Uma carteira de leitor da Biblioteca.” Eu achava o máximo. Ali eu li todo o Dostoiévski que tinha em língua portuguesa em 72 naquela Biblioteca. Agora mesmo eu passei lá. Eu sempre dou um pulinho lá para me lembrar do salão, que é um salão assim importante. Para você ter uma idéia, eu vim tão louco para vir para um lugar em que você não conhecia ninguém e acertei a pensão por telefone, peguei um táxi na rodoviária e naquela época não tinha essa coisa de 80 km por hora. O ônibus vinha muito rápido. Eram 24 horas que você fazia de Salvador para o Rio de Janeiro. Não tinha limite de velocidade, nada de 80 Km. Vinha a 100, 110. E quando eu descii a Serra, “nossa!” De madrugada, eu cheguei de manhã cedo, eram oito horas do dia 3 de julho de 1972. Eu saí de Salvador no dia 2 de julho dizendo para mim: “Puxa, independência da Bahia hoje e a minha.” Meu pai me levou na rodoviária. Eu falei: “Meu pai, vai dar tudo certo.” E lá vim eu para o Rio de Janeiro. Quando eu cheguei na Bento Lisboa, parei o táxi na porta, entrei, era uma vaga, paguei, acertei as coisas, tomei um banho, saí e peguei outro táxi e vim para a avenida Rio Branco. Era lá que você fazia a inscrição para o *Jornal do Brasil*. Subi, fiz a minha inscrição e descii. Descii era mais ou menos meio-dia, com a Rio Branco naquele movimento enorme, e foi aí que a ficha caiu. Eu disse: “Mas eu estou mesmo onde? Onde é que eu estou mesmo?” Porque até então eu fui da rodoviária... tudo assim com aquela sensação assim... Aí eu ia comer na rua das Marrecas... eu fui tateando, procurando as coisas, procurando... A primeira vez que eu saí de casa mesmo assim para ficar longe de família. E o que eu fazia? Fiz a primeira e passei na primeira etapa. Era uma coisa muito desumana para mim, para o tipo de coisas que eu estava acostumado, porque você ligava para saber e dava o seu número, para saber se você estava classificado ou não para a próxima etapa. Então voz dizia que sim, então pronto. Você dava o número, esperava um pouco e aí dava. Não era assim um computador. Esperava um pouco, vinha e dava. Aí eu vou na primeira etapa, segunda, na terceira etapa, eu ligando no orelhão e ela disse não, que esse número não constava nos selecionados para a próxima etapa. Aí eu falei: “Nossa, como é que pode?” Eu achava que tinha o perfil ideal porque o volume de leitura que eu tinha não era de segundo grau, e eu tinha o segundo grau e tinha disponibilidade. Eu achava que era perfeito, e você não tem nem com quem procurar saber por que, o que houve, por que não. Foi muito duro. Aí o que eu fiz? Eu tinha minhas economias, eu ganhava bem e estava por minha conta, aí o que eu fiz? Eu falei: “Eu vou procurar emprego no primeiro horário da

manhã, depois eu vou para a Biblioteca.” Então o que eu fazia? Eu acordava, tomava meu café, tudo fora, porque na pensão era só água, acordava na Bento Lisboa, saía, ia até o Largo do Machado, tomava meu café, comprava o jornal. E aí fui olhando que eu lia o jornal sentado em um banco e as pessoas queriam na verdade esperar eu ler o jornal para me pedir o jornal. Aí eu tirava o que eu achava que ia atrás, dava o jornal para as outras pessoas e ia procurar. Tem algumas cartas desse período que eu fiz para a minha família que são documentos importantes. Um pouco da minha revolta sobre isso de: “Puxa. Por que não tem lugar? Por que eu não posso trabalhar?” Alguns empregos eram tão óbvios que eu poderia realizar, e por que não? Eu lembro que a Mudanças Botafogo precisava de um apontador de mudanças que tivesse o curso primeiro grau, apontador de mudanças, você ficar dizendo o que tem na casa: bom, são seis cadeiras... Para controle mesmo daquela coisa, uma coisa banal. Quando cheguei lá e disse que tinha o segundo grau, disseram: “Não serve.” Eu disse: “Mas para eu ter o segundo grau, com meus documentos, é claro que eu tenho o primeiro.” “Não. Tem que ter o primeiro.” Eu disse: “Mas isso é irracional. Eu tenho o segundo.” “Não. Tem que ser o primeiro grau.” Um emprego de leitor, que eu também achava ideal, que era fazer clipping na verdade, você ficar lendo e selecionando matérias e tal. Também não consegui. Então coisas assim, que eram todas possíveis... Aí eu respondi um cara no jornal e um dia eu tomo um susto porque eu chego na pensão e a senhora me diz: “Esteve um homem aí, ele parecia estrangeiro, ele estava com sua foto.” Eu falei: “Pronto. Meu Deus, o que será?” Era assim que a gente vivia esse período. “O que será isso?” Eu tinha encontrado o Roberto na Biblioteca Nacional vindo do Chile, de cabeça raspada, eu falei: “Roberto...” Porque o Chile era um horizonte que a gente comentava muito, isso antes do Allende, mesmo antes do Allende o Chile era na juventude brasileira uma possibilidade de boa escola. Então havia antes de Allende uma coisa de ir para o Chile. Muita gente foi estudar no Chile antes de Allende. Depois de Allende intensifica, e com a repressão, essas idas. E Roberto tinha baixado por lá não sei por quê e estava voltando. Eu tomei o maior susto quando encontrei com ele na Biblioteca Nacional, e sem cabelo. Eu disse: “Será que o Roberto está vindo da prisão?” Eu disse: “Roberto, você estava preso?” Ele falou: “Não. Eu estou vindo do Chile, não sei o que...” Uma conversa estranha. E, bom...

V.A. – E por que ele estava sem cabelo?

E.C. – Eu não sei te dizer hoje. Eu tenho as minhas desconfianças, mas não sei. Ele já morreu e eu não sei. Inclusive a morte dele eu desconfio que foi aids. Ninguém sabe dizer por que ele morreu daquela maneira. Bom, aí, quando me disseram que tinha uma pessoa com a foto, eu já tinha esquecido que eu tinha atendido um anúncio que não dizia para o que era. Eu fiquei tão irritado com aquilo: “Puxa, como é que eu posso dizer que tenho

condições de realizar uma tarefa que não está explicada o que é no anúncio?” Então era um francês chamado Pierre, uma coisa assim, um francês que era um corretor de imóveis que queria uma pessoa assim como eu, ele falou assim: “Uma pessoa que não tenha os vícios do Rio de Janeiro, uma pessoa que tenha educação.” Aí lá vou eu para um apartamento no Leblon que ele me mostrou, um apartamento em Copacabana em um prédio imenso, o maior apartamento que eu já tinha visto. Eu falei: “Nossa! O que é isso aqui?” Então ele me mostrou que queria que eu ficasse no imóvel, que são imóveis que ele estava alugando, atendendo as pessoas, tudo. Aí eu olhei: “Ah, eu não quero isso.” E ele fazendo tudo, Pierre fez tudo para... Veja só: depois eu vou para Porto Alegre nas mesmas condições que eu vim para o Rio de Janeiro e fiquei. Eu acho que não era para eu ficar no Rio de Janeiro mesmo. Aí eu falei não. Aí eu fiquei assim procurando e lendo, estudando. O que eu vou fazer? Eu vi o *Interrogatório de Peter Vaz* com Fernanda Montenegro, aí eu vou ao teatro, vou ao cinema, e é um período muito rico para mim. E eu tomo uma decisão aqui na Biblioteca Nacional: “Eu vou estudar Literatura.” Então tomei uma decisão: “Literatura é o que me fascina, Literatura é o que me interessa. Eu vou fazer Literatura.” Aí eu volto para Salvador. Acabou o meu dinheiro, voltei para Salvador e faço o vestibular para a Ufba, para Letras e entro no vestibular.

V.A. – Em 73?

E.C. – Em 73, imaginando, já me sentindo mais velho do que os outros. Olha só, eu só tinha 23 para 24 anos, me sentindo mais velho do que os outros. Mas havia uma diferença, vocês não sabem a diferença que vai acontecer com o segundo grau deles e o meu segundo grau. Há um segundo grau no Brasil até 68. A partir daí há outro segundo grau. O meu segundo grau era, digamos assim, no meu segundo grau alguém me deu um livro difícil como a *Dialética da natureza* de Engels para eu ler: “Nossa, que coisa difícil.” Achava difícil aquilo. Aí, no dia seguinte: “Edson, você ainda acredita em Deus?” Eu falei assim... Era assim meu segundo grau. “Você ainda acredita em Deus?” Porque aquele livro deveria ter feito com que eu não acreditasse em Deus. Então era tudo assim, mas com todas essas barbaridades de quem estava começando a ler essas coisas, havia um interesse em leituras, em discutir Brasil e que papel a gente teria nessas coisas. Depois do AI 5, depois daquilo tudo não. Quando eu chego em 73 na universidade, e que entram aquelas pessoas que vieram normalmente do seu segundo grau, eu já percebo diferença, por incrível que possa parecer. Eu já me sinto mais velho do que eles. Há uma diferença. Bom, já estou eu me sentindo assim, uma escola toda silenciada. Há um poema que eu fiz na época, que depois até já reescrevi, que é *Advertência a Antônia Herrera*. Antônia Herrera, que era uma professora de teoria da literatura, colocou um poema de Neruda em uma prova de teoria da literatura e foi advertida pela direção da escola, porque ela não poderia fazer isso. Eu

costumo dizer que a gente fazia uma disciplina em Letras que era chamada *Língua atada*, porque era impressionante o que a repressão fazia com a escola. Então nós estávamos aprisionados. Você veja: um poema de Neruda não podia estar em uma prova de teoria da literatura. Porque Neruda morreu e ela decidiu fazer uma homenagem a Neruda colocando em uma prova.

Bom, eu sou um excelente estudante em 73. Vivo para estudar aquilo que eu gostava e gosto. Eu achava que era a melhor coisa do mundo você sentar para estudar literatura. E aí, esses meus amigos dos velhos tempos encontram abrigo no Instituto Goethe em Salvador. Um alemão bastante diferente, Shafner, eu não sei como grafa, é um homem tão especial que ele inclusive vai casar com uma mulher negra na Bahia. Ele achava o seguinte: se a Bahia era de maioria negra o Goethe tinha que estar aberto para a maioria. Olha que raciocínio diferente. E ele então abre a porta para que esse grupo crie um núcleo de estudos afro-brasileiro. Aí eles me chamam, em 74. Aí lá vou eu para o Goethe. Sento com eles e eles falam: “Edson, você está estudando literatura e a gente quer que você fique com a parte de literatura.” Eu já adorava Cruz e Sousa e aquelas coisas. Olha só: eu estou sentado, tem aqui um grupo de negros, e eu posso dizer que é a primeira vez em que eu sento, aos 24 anos, com um grupo de pessoas negras e o grupo de pessoas negras – não por ser um grupo de pessoas negras, sentei com vários a minha vida toda porque morei em ruas em que todas as pessoas eram negras, não é isso – mas um grupo de pessoas negras sentadas para discutir a situação do negro no Brasil. Era diferente.

V.A. – Quem fazia parte desse grupo? Roberto?

E.C. – Quem está vivo... Roberto, que depois rompe, Luís Orlando, que mexe com cinema hoje e é uma pessoa muito bonita, e o que ele faz, ele desenvolveu clubes de cinema em Salvador na periferia e ele hoje é vinculado à Ufba. Aquelas mostras de cinema tradicionais em Salvador, ele está sempre envolvido e é uma pessoa que desenvolveu cineclubes e viaja hoje o mundo todo, é uma pessoa muito rica. Quem estava mais? Estava o Manuel que vai escrever um livro sobre educação inter-étnica, morto recentemente. Havia um outro rapaz que eu não lembro, acho que estudava geografia. Não me lembro. Enfim...

V.A. – Mulheres?

E.C. – Não. Sem mulheres. Só homens. Esse grupo inclusive leva Abdias a Salvador, aí no Goethe logo em seguida. Aí eu digo para eles, por isso é que eu tenho paciência com os novos, eu disse a eles que eu tinha montado um grupo de estudos na universidade e havia muitas pessoas negras. No grupo de estudos da universidade está Jônatas Conceição, esse que é diretor do Ilê Aiyê, que vai ser meu colega de faculdade. Morávamos no mesmo bairro e éramos colegas. Aí montei um grupo de estudos. Por que montei um grupo de estudos? Uma professora de São Paulo, a Ligia Chiappini Moraes Leite, ela tinha terminado o mestrado com Antônio Cândido e foi a Salvador dar um curso rápido de teoria da literatura. Eu vi o curso, era para professores, eu insisti que queria fazer o curso porque tinha um grupo de estudantes, porque eu montei um grupo de estudos para que a gente além – você veja como eu gostava de estudar – além do que a gente estava tendo em sala de aula, que a gente deveria usar as férias, fim de semana, que a gente deveria estudar o que a gente quisesse sem professor, traçar um programa de estudos, comprar livros, depois a gente sorteava os livros, e resolvemos montar o grupo de estudos. Esse grupo de estudos tinha muitas pessoas negras. Tinha o Jônatas, tinha a Maria dos Anjos, tinha o Valdeveque, esses eram negros, tinha a Doriane que era branca, tinha a Isabel que era branca, tinha a Mônica que era branca. E o Péricles Cunha, esse que assina a resenha *O crime midiático contra a África* que está nesse Irohin, foi parte desse grupo também. Aí, estou com o grupo, longe de política, não quero saber de política, nem política da questão racial nem nenhuma política, nem partido. Olha só: “Eu quero só estudar.” Os professores achavam que eu ia dar aulas lá, porque os professores não tinham mestrado, os professores mais jovens iam sair para fazer mestrado e queriam alunos da graduação bons que pudessem... Então eu era assim, com a iniciativa do grupo, respeitado, estou tocando a minha vida, nada de política, nada de luta contra o racismo: “Eu vou ficar estudando literatura.” Aí estou eu sentado na biblioteca. Olha só o que vai mudar tudo: aí estoura uma greve na Ufba. É uma greve que não podia ser chamada de greve porque a palavra “greve” era absolutamente proibida. Era uma paralisação. Alguns tinham dúvidas se “paralisação” era com “s” ou com “z”, mas era paralisação. Não pode ser greve. Todo esse vocabulário: “Não pode esse vocabulário.” Só que é uma greve contra todas as formas de jubramento. Porque a universidade com a demanda, começa a criar formas, a Ufba, extremamente requintadas de jubramento. A ponto de ter disciplinas de matemática e língua portuguesa assim: entrou no vestibular entrou na universidade? Não. Não entrou. Ele vai fazer uma disciplina de língua portuguesa, se for da área de humanas, disciplina de matemática, se for da área de exatas. Caso ele seja reprovado nessa disciplina, ele volta. Eram assim as opções de jubramento: caso não termine em tanto tempo, fora. Caso não sei o quê, fora. Eram formas drásticas da ditadura militar de impedir o que eles consideravam o estudante que pudesse estar na universidade para fazer política e não para estudar. Então eram formas terríveis de botar o cara para fora da universidade. A greve vem com uma força impressionante.

V.A. – Dos alunos?

E.C. – Dos alunos contra todas as formas de jubramento. Eu estou na biblioteca, estou ouvindo um burburinho lá fora. Nossa escola era uma escola isolada ainda. Hoje ela já está no *campus*. Era um prédio antigo que a Ufba tinha em Nazaré. Então nós éramos só no prédio alunos de letras. Outros alunos que tinham disciplinas nas letras tinham que se deslocar para ir para lá, tipo inglês instrumental, essas disciplinas que eles eram de outros cursos e faziam nas letras. Nós não encontrávamos essas pessoas. Nós víamos, mas nosso universo era o universo dos alunos de literatura e de línguas.

V.A. – E a biblioteca que o senhor está falando é a biblioteca dentro do prédio?

E.C. – Biblioteca nossa, dentro do prédio. Nós tínhamos uma rica biblioteca. A universidade piorou muito, não é? Aí eu estou sentado com algumas pessoas do grupo, aí alguém vem me falar o que estava acontecendo lá fora. Eu falei: “Eu não tenho nada a ver com isso.” Eu falei: “Eu vou prosseguir. A gente está com um projeto. Nós vamos trabalhar.” E saio. Quando eu saio da biblioteca, o pátio está cheio. Aí olha o meu azar: eu aí parei para ouvir. Fiquei ouvindo e comecei a me irritar com o quê? Com o fato de um aluno que não era das letras dizer que ia parar a escola. Eu falei: “Assim não pode. Nós não vamos parar assim. Se a gente parar é porque a gente vai decidir parar.” Aí eu me inscrevo para falar, e falar sobre isso. Pronto, a partir daí a minha vida toma outro rumo. Porque eu era um pouco mais maduro, de certa forma eu tinha tido uma politização anterior a isso e tinha uma certa liderança dentro da minha escola. Era bom aluno, era uma pessoa que tinha iniciado coisas novas, então tinha um certo peso. E aí eu vou interferir para que a gente tome a decisão em uma assembléia nossa se vamos ou não parar. Fizemos a nossa assembléia e decidimos parar. Como eu tinha que sair então da minha escola para ir para as assembléias gerais e tal, eu vou vendo o outro movimento que está rolando, participo de algumas assembléias gerais, escuto e tal, mas sempre voltando para o grupo. E a gente faz uma greve por mais de trinta dias. A gente da Ufba. O MEC tenta interferir, o Edson Machado. É uma loucura, mas é um movimento tão forte que eles ficaram apavorados: simplesmente parou a universidade federal e a gente derruba as formas de jubramento. Quando volta da greve as pessoas acham que tinha que continuar. Mas eu não queria, porque o que se tinha debaixo do pano? Você tinha organizações de esquerda e partidos já controlando setores do movimento estudantil, e eu avesso a esse tipo controle sempre. Aí, como eles tinham lá sua chapa, eu formo uma chapa, inclusive que só eu sou homem porque uma crítica que eu queria fazer para eles era de que o curso era muito mais de

mulher do que de homem, a letras, e por que não podiam ser mais mulheres na direção do processo? Aí eu vou formar uma chapa e ganho o diretório de PC do B, de Partidão, de toda aquela turma. Eu ganho a presidência do diretório.

V.A. – Acadêmico de Letras?

E.C. – De letras. Eu não queria fazer nada, e já estou cada vez me envolvendo mais com tudo isso.

V.A. – Quando é essa greve, em que ano?

E.C. – Essa greve é de 1975. É uma greve famosa em Salvador. Ela não é mais conhecida porque, como eu lhe digo, os formadores de opinião e historiadores, se não aconteceu no Rio ou em São Paulo, não aconteceu em lugar nenhum, não é?

V.A. – E o você vai ser eleito presidente em 75?

E.C. – Em 75, logo depois que a greve acabou. E na verdade vou ter minha gestão até 76. E aí o grupo fica fazendo apelos: “Edson, a gente tinha que continuar.” Algumas pessoas do grupo me acompanham, mas há uma interrupção de minha participação no grupo que eu havia criado. Eu queria que você prestasse atenção nessa coisa: criei um grupo de estudos. Porque eu acho que há certas características do que a gente faz que vão se reproduzir em outros momentos. E volto a escrever poesias de maneira intensa nesse período. É um período muito bom. É um período em que eu namoro muito intensamente. Digamos, pela primeira vez eu me abro para as relações afetivas. Você viu que até agora, eu já estou com 24 anos, eu não falei sobre isso. É um período, você não sabe que entre 1968 e 1973 tudo foi muito triste na verdade, muito triste. E a partir daí que a gente já está vendo outros horizontes, eu me abro intensamente. É uma escola de mulheres e havia entre os homens muito homossexualismo. Quer dizer, entre os homens que não eram homossexuais eu era um deles, então, digamos assim, eu namorei muito na minha escola no meu período. Foi assim um período de namorar mesmo: namora aqui, depois termina, namora aqui, namora aqui... foi muito bom. E estou me envolvendo com fazer um diretório diferente, que a gente pudesse ter assinaturas de jornais, a gente repintou tudo porque era uma coisa feia,

horrorosa, parede suja... então a gente tentou fazer uma gestão mais aberta, valorizando as coisas de letras, fizemos uma semana de calouros que devemos muito à participação do Péricles, uma semana de calouros extraordinária para receber os calouros de 76, que foi uma semana com conferência, uma semana com discussão, inclusive trazendo a liderança do movimento estudantil naquele período que tinha feito a greve para falar. Aí apagam a luz: sempre assim, sempre a repressão em cima de tudo que você queria fazer, mas já um período novo, a gente já sabia que estava vivendo um período novo. Para você ter uma idéia, quando morreu Juscelino a gente teve certeza do que estava acontecendo em Brasília, que aquela reação da população a gente tinha alguma coisa a ver. E nós fizemos um telegrama para a Sarah Kubitschek manifestando isso, essa coisa da democracia. E fizemos um telegrama como presidente do diretório: Sarah Kubitschek, Brasília. Eu achava que não chegava. Era apenas uma maneira da gente se manifestar. Chegou, veio uma resposta, a gente ficou entusiasmado. Era assim um clima positivo. Bom, o que vai acontecer? Um pouco antes de terminar meu mandato, eu edito uns poemas, uma edição bastante precária que eu dei o nome de *Areal das Sevícias*. Os poemas são muito desse período: muito duros, muito tristes. E aí eu vendo esses poemas e com o dinheiro desses poemas eu saio de Salvador e vou embora para Porto Alegre. Eu estudava espanhol, que era motivo inclusive de gozação. Quem não fizesse inglês nas letras, ou francês, até mesmo alemão, mas espanhol? E eu gostava de espanhol já muito antes de tudo isso. Eu falava: “Não. Eu quero espanhol.” E quando eu escolhi ir embora para Porto Alegre, eu queria na verdade passar para Uruguai, para Argentina, eu achava que indo para Porto Alegre eu iria embora para esses lugares. Aí eu vou embora para Porto Alegre.

V.A. – Mas o senhor não tinha completado a faculdade ainda?

E.C. – Estava no quarto ano e sem completar.

V.A. – E vai embora assim?

E.C. – Assim. Desse jeito. É uma ruptura assim. Aí eu vou embora para Porto Alegre.

V.A. – Foi um namoro que não deu certo?

E.C. – Tinha a ver com namoro também, teve a ver com namoro, teve a ver com um certo cansaço dessa briga... eu sou uma pessoa que sempre estive no campo da esquerda e nunca aceitei as organizações de esquerda e o controle delas. Isso é uma coisa assim, que depois do movimento negro só vai se tornar intenso para mim. Nós sempre brigamos. Eu e o PC do B, nossa briga é antiga, é muito antiga. Teve agora na marcha Zumbi +10, mas essa briga é muito antiga. Essa forma de controle que eu nunca aceitei. E aí eu vou embora para Porto Alegre, uma cidade em que eu não conhecia ninguém. Me sentindo assim: participando do que eu achava que estava na estrada, é um período do Brasil riquíssimo.

V.A. – Mas por que Porto Alegre? Por causa de Uruguai e Argentina?

E.C. – Por causa da língua espanhola, mas longe eu achava que ali eu passava. Escolhi uma cidade: Porto Alegre porque vai estar mais perto. Não conhecia ninguém. Nesse período do Brasil você encontrava com facilidade uma pessoa que estivesse preparando um livro de contos, uma pessoa que estivesse fazendo um folhetozinho, como eu fiz, de poesia, você estava em um bar e alguém estava recitando um poema... Eu mesmo recitei muito em lugar público. Então era um momento de uma efervescência tão grande, que não é uma efervescência de organizações de esquerda como esses caras ficam falando. É uma efervescência de dinâmica de movimento social, e o movimento negro está rico e forte nesse período.

V.A. – Eu ia perguntar: E como é que ficou lá o Icba, o Instituto?

E.C. – O grupo se consolida como um grupo antes do MNU. O MNU só vai vir em 78. Antes do MNU.

A.P. – Então, eu queria saber de antes, lá na década de 60. Em 68 quando o Roberto te leva, como é que funcionava? Qual era a dinâmica? Vocês faziam leituras?

E.C. – Não. O que ele chama atenção? Ele indica alguns livros. É por causa dele que eu leio Edson Carneiro, é a primeira vez que eu ouço críticas a Gilberto Freyre, havia um tipo de leitura que nunca com a AP...

A.P. – Não era nada institucionalizado?

E.C. – Não. Não era. Era um grupo de estudantes pobres que dependiam da biblioteca.

V.A. –Mas o senhor falou que na época...

E.C. – A biblioteca nesse período emprestava livros, a biblioteca pública de Salvador. Então você podia levar livros para casa. Então era comum que a gente não só lesse lá, como a gente circulasse muito no empréstimo de livros. Então esse grupo a noite, depois de ler e em intervalos de cigarro e essas coisas, eu fumava muito, eu parei de fumar, mas eu fumei 25 anos. Parei há mais de dez anos. Mas nessa época a gente fumava muito. E descia toda hora para fumar e a gente conversava. Conversava não, sussurrava. Você não tem idéia do que era três, quatro pessoas paradas em uma biblioteca. O quanto isso era ameaçador, se a conversa tivesse referência ao que estava acontecendo. Lembra da caneta vermelha que eu te falei. Era um clima muito pesado, com a cumplicidade de toda essa classe média que está aí. Isso não teria sido feito sem cumplicidades. Foi muita cumplicidade, muita delação. Você vê: uma professora colocar na prova um poema em 1973, no segundo semestre de 73, dar uma advertência formal à professora. Alguém entregou a professora, não é verdade? Alguém achou que Pablo Neruda era uma ameaça a alguma coisa. Então esse era o clima que você vivia. Assim, se você fosse encontrar com alguém em um prédio em 72 e além de você subisse a Verena e subisse outra pessoa, o síndico já se achava no direito de imaginar que vocês estavam armando alguma coisa contra a ordem e a segurança do país. Era assim que era. Então havia um clima terrível sempre no Brasil persecutório. E não era paranoia. As pessoas eram de fato perseguidas porque queriam ler, porque queriam comentar, porque queriam conversar. Você imagina, em uma assembleia de estudantes e alguém falar “massa” e a pessoa na mesa falar: “Companheiro, por favor, vamos afastar esse vocabulário.” Porque todo mundo tenso com qualquer ilação que se pudesse dar ao movimento que estava se fazendo. Era nesse nível. “Greve? Não. Não estamos em greve. Nós estamos paralisados.” Olha que loucura. Então não havia a instituição de um grupo formal. Isso não havia. Havia contatos, amizade. O Luís Orlando é de uma gentileza tal comigo sempre. Eu gostava de literatura e então ele dizia: “Olha Edson o que eu achei em um sebo e trouxe aqui para você.” O Luís Orlando tem essa característica até hoje de ser uma pessoa que propicia. Então éramos estudantes negros e pobres.

V.A. – Agora, a relação com o movimento negro em si nessa década...

E.C. – Eles vão fazer rápido. No núcleo eles fazem já rápido. Anterior a mim com certeza evidente que havia coisas. Mas a minha primeira vinculação é com essas pessoas.

V.A. – Primeiro o Roberto na década de 60 e depois esses do Instituto Goethe.

E.C. – O Roberto no final dos anos 60 e depois no início dos anos 70 que eles montam um núcleo que vai ser bastante fecundo no Goethe. Esse Goethe vai ser importante para a história do movimento negro por quê? Quando o MNU vai fazer a sua assembléia em 78 e que a polícia federal não deixa fazer em lugar nenhum em Salvador, o Shaffner² diz: “Que faça no Goethe, que eu quero ver a polícia federal impedir.” Então a reunião se faz no Goethe – inclusive a Lélia tem depoimento disso –, esse mesmo Goethe, e com gente do lado de fora inclusive. Com a polícia o tempo todo perturbando a assembléia do MNU que se vai fazer em Salvador em 79. Então, esse Goethe já em 74, muito antes de se pensar em MNU, já estava abrigando pessoas. É uma figura curiosa que valia a pena ouvir. Eu acho que ele está em Salvador de novo.

V.A. – O Shaffner?

E.C. – O Shaffner É uma pessoa que valia a pena um depoimento. Eu tenho meu registro também da biblioteca do Goethe. Como a gente precisa de biblioteca, entendeu? As pessoas não têm idéia do que é ser estudante e não ter dinheiro, como é importante. O Goethe, ao abrir a biblioteca dele também e permitir que a gente fizesse cartão e pegasse empréstimo para mim foi muito importante. Então, onde eu estou? Quando eu chego em Porto Alegre eu vou conhecer o Oliveira Silveira, eu estou fazendo poesia, eu vou trabalhar e trabalhar duro em Porto Alegre, porque, como no Rio, de paletó e gravata eu vou procurar emprego. Enquanto estava fazendo letras eu trabalhei na *Tribuna da Bahia* como revisor. Então eu saía correndo da escola e ia para o jornal. Aí o que eu tinha? Eu cheguei em Porto Alegre de paletó e gravata e fui sentindo a dificuldade em uma cidade como Porto Alegre, de maioria branca, dificuldade de conseguir emprego mesmo. Das pessoas me perguntarem: “Mas por que você veio para cá?” Ao contrário de Salvador que é um porto aberto e que

² Roland Shaffner, ex-diretor do Instituto Cultural Brasil Alemanha (Goethe),

desde o século XVII a cidade já tinha sessenta mil habitantes. Salvador é uma cidade muito mais aberta. Porto Alegre é uma cidade fechada, em que eles não conheciam ninguém nem de Santa Catarina. Faziam deboche e desqualificavam as pessoas da Santa Catarina que eles ficavam chamando de “barriga verde”. Então gaúcho só conhecia gaúcho nos anos 70. Qualquer pessoa que chega assim de outro lugar: “Mas por que você veio para cá, tchê? Sozinho, tchê?” Quer dizer, “puxa, Salvador, por que veio para cá?” E eu dizia: “Vim porque quis...”

E.C. – ...Eu tiro o paletó e a gravata e vou procurar um trabalho, porque eu precisava trabalhar. Porque eu tinha vendido o meu folheto, tinha um dinheiro, cheguei em um domingo à noite chovendo em Porto Alegre, 27 de março de 1977. Chovia... E eu peguei o *Correio do Povo*, escolhi aleatoriamente uma pensão. O *Correio do Povo* existia bem grande, era um jornal enorme. Era o principal jornal em 77, hoje não é mais, é o *Zero Hora*. E eu peguei aleatoriamente e escolhi uma pensão. Quando o táxi pegou uma rua alagada, eu falei: “Meu Deus do céu, que lugar é esse que eu escolhi?” E para a minha surpresa, quando ele chegou na porta da pensão, primeira coisa: assim que eu falei... eu não tenho hoje um sotaque da minha cidade com a força que eu já tive, por força mesmo de convivência, relações afetivas, toda uma vida. Então, às vezes quando eu estou lá eu recupero algumas coisas, mas quem conhece bem o sotaque baiano identifica na minha fala muitas marcas. Nós abrimos sempre as pré-tônicas... é possível até falar sobre isso, que é uma área que a gente estudou, mas deixa para lá.

V.A. – As pretônicas? Ah, as pré-tônicas...

E.C. – As vogais antes das tônicas são abertas. Então o Caetano canta: “Carolina...” E Chico, que é o autor da música, canta: “Carolina...” Então a gente tende a abrir as pré-tônicas. Então existem regras que determinam. Como a gente falou o primeiro, a gente supõe que a nossa deveria ser o padrão. Mas, como o Rio de Janeiro era a capital e se definiu o padrão-Rio de Janeiro. Mas nós não falamos diferente. Nós achamos que os outros falam diferente sempre. Mas, veja bem, quando nós...

V.A. – Chegando na pensão, o senhor falou do seu sotaque...

E.C. – Não. Eu falei para o motorista primeiro. Ele perguntou de onde que eu era. Eu falei: “Salvador.” Ele perguntou: “Você está visitando parentes?” Eu falei: “Não, eu estou sozinho.” Quando chegou na porta da pensão ele me ajudou com as minhas malas, porque eu levei meus livros e estava com três malas enormes, ele chegou, aí a dona da pensão abriu, que era uma senhora alemã, ele chegou e disse: “Minha senhora, esse jovem está vindo da Bahia...” Ele fez uma apresentação minha. Eu fiquei super surpreso. Assim: “Nossa, que recepção!” Eu ainda disse para a minha mãe assim: “Parece que sou um príncipe que naufragou no Guaíba. Cheguei aqui sem nada, mas as pessoas têm, de certa forma, me tratado muito bem.” Eu vou dar muita sorte em Porto Alegre. É uma surpresa até para os gaúchos. Quando eu conto eles dizem: “Puxa, em Porto Alegre?” Para você ver como são as coisas. Aí eu vou para uma pensão e no dia seguinte eu saio para pegar jornal, uma prática que eu já tinha, vou procurar trabalho e: nada. Eu fiz um poema, que está editado, no dia 4 de abril. Cheguei dia 27 de março, já estava cansado, 4 de abril já fiz um poema. O poema é assim, deixa eu ver se vou lembrar dele todo: “Não há vagas. Há contudo espaços três por quatro onde cabem um paletó e uma gravata e uma frente recém-datada. Não há vagas. Há gavetas, vergastas. Não há vagas.” Então eu já estava de saco cheio de não ver possibilidades. Eu tiro o paletó e a gravata e em um instante as vagas apareceram. E vou procurar qualquer serviço. Na mesma hora: servente de pedreiro, no estaleiro Só, tinha um grande estaleiro em Porto Alegre, auxiliar de serviços gerais, eu vou fazer. Eu vou trabalhar de polidor de ágata. Eles têm muita ágata no estado e faziam uns cinzeiros desses que você vê em aeroporto, bonito, então tinha que polir aqueles cinzeiros. Polidor de cinzeiros, eu tenho tudo isso na minha carteira. E aí eu vou trabalhar na Transdroga, que era uma transportadora paulista que tinha uma filial lá, no depósito. Quando eu cheguei lá para trabalhar a loteria estava começando, então os cartões de loteria eram assim de perfurar, lembra que tinha uma coisa que furava o cartão? Os pacotes desses cartões eram super pesados. Eu não aguentava carregar um pacote. Eu era magérrimo nessa época. Eu tenho fotos, era muito magro. Eu tinha dificuldades para levantar 50 quilos com 27 anos.

V.A. – Então não era uma transportadora de drogas, era uma transportadora de tudo.

E.C. – Não. Transdroga transportava tudo. Veja bem, quando você entra em um armarinho em uma cidade do interior para comprar um desodorante é uma coisa. Mas as pessoas não têm idéia. No Brasil é por estrada que tudo chega. Como é que chegam aquelas caixas em Porto Alegre, como é que se distribui para os pedidos no interior? Então você tem que descarregar o caminhão, organizar nos estrados das cidades correspondentes. Descarregou o caminhão. Agora vem o caminhão que vai para tal lugar. Aí você vai encher aquele caminhão. Então nós pegávamos às quatro horas da tarde e não tínhamos horas para

terminar. Eu vou escrever muita poesia com minha vida em Porto Alegre. Porque eu estava procurando ter um contato com o real, com a realidade para que minha poesia fosse diferente. Aí eu vi que na Sertório, que era a rua onde estava a Transdroga, a rua Sertório, tinha um Senai. Como eu pegava quatro horas, ficava morto de cansado. Às vezes a gente saía duas, três, quatro horas da manhã. E às vezes amanhecia o dia. Se tivesse trabalho no depósito tinha que ficar para trabalhar. Você entrava quatro horas, mas tinha um intervalo para a janta, se ficasse até de madrugada vinha café com pão, mas só saía quando o depósito ficava *ok*: “Aí vai embora. Entrou a turma, fica até não ter nenhum caminhão para descarregar, nenhum estrado. Acabou, acabou. Os caminhões saem e você vai embora.” Tudo muito novo para mim. As pessoas ficavam desconfiadas, por quê? Com a minha fala, por ser baiano. Depois com a minha escolaridade. Afinal de contas são marcas que estão na sua língua. E eu não contava nada, ficava: “Oh baiano” e tal. Ficava aquele disfarce. Aí eu fui na Sertório e me matriculei em uma coisa que eu adorava, que era a madeira. Eu me matriculei em um curso de marcenaria do Senai, que eu tenho um diplomazinho de uma etapa de Porto Alegre. Não falei nada, então no meio dos meninos, o professor era até um descendente de polonês, e eu ia lá de manhã aprender marcenaria. E me deu muita alegria tudo isso. Aí eu vou à biblioteca, a biblioteca abria aos domingos, a biblioteca pública. Olha a importância disso: abria aos domingos, e não biblioteca pública que é fechada sexta-feira. Sexta-feira, então quem trabalha não pode ir à biblioteca. Abria aos domingos. E lá eu ia à biblioteca, continuando meus estudos. Nunca parei de estudar, nunca parei de ler. Um dia eu entro na biblioteca e vi um aviso de que estava se reunindo em algum lugar – era um clube de cultura de Porto Alegre – jovens escritores gaúchos. Porque o período está cheio disso. Aí eu peguei uma noite e fui lá. Peguei o meu folheto e fui lá. Aí reencontrei as minhas pessoas. Então pessoas que estavam fazendo literatura, receberam muito bem meu folheto, eu recitei algumas coisas. E aí era um clube de cultura que existe até hoje na Ramiro Barcelos, e dos judeus. Havia um arquiteto judeu no grupo e ele estava conseguindo que o clube de cultura abrigasse jovens escritores. Qual era a ideia do grupo? A ideia do grupo era organizar recitais e editar uma antologia. Eu aderi na mesma hora. Imagina, eu com o cabelo grande, baiano com o cabelo grande, de alpercata com minha bolsa a tiracolo, e não fumava maconha... Porque a ideia de baiano nos anos 70 era alguém que com certeza: “E aí baiano, o que tem aí?” Eu falava: “Não tenho nada. Eu tomo cerveja, mas não tenho nada.” Era estranho assim um cara de sandália, cabeludo, com sacola e não ter nada. É, não tinha nada. E eles ficavam impressionados com a minha vida. A minha vida para eles era uma coisa de literatura: “Como é que podia um cara, fazendo letras, estar assim vivendo...” Eu dizia: “É, estou vivendo assim.” Aí um dia o grupo então começa a preparar uma antologia e nós vamos dar uma entrevista ao jornal *Zero Hora*, e sai a foto de todo mundo no jornal. E eu dei uma entrevista ao Antônio Holfel que era do *Correio do Povo*, que depois vai ser político, vai ser vereador. Dou uma entrevista porque eles ficaram encantados com isso. Eu acho os gaúchos muito neles mesmos. E quando eles viajam, eles fazem clubes de gaúchos. Eles têm dificuldades lá com seus relacionamentos.

Mas, encantados com alguém da Bahia e tal. E os poemas que eu fiz lá eram poemas muito do que eu vivia. E voltava para a minha pensão e tal. Noites inteiras de discussão, de preparação e eu estava no meu ambiente. Aí quando sai o anúncio no jornal, que eu entro no meu trabalho, eu sou chamado lá em cima com mil desculpas: “Puxa, você não falou nada para a gente, você não falou...” No estaleiro, sem aparecer em jornal eu já tinha tido uma situação assim: é que eu era apontador também, auxiliar de serviços gerais, e confesso para você que, digamos assim, fui um auxiliar de serviços gerais muito bom. Tem uma frase que eu não esqueço, de uma pessoa que me disse assim: “Eu nunca vi um servente que nem você.” Por quê? Ele pensava em um martelo e eu já estava com um martelo na mão. Tanto que eles ficaram assim: “Baiano, não esquenta a cabeça.” Porque eu descobri o que era uma operação tartaruga. O estaleiro trabalhava com prazos para reparos e entrega de navios. Era um estaleiro gigantesco. Não existe mais o estaleiro Só. Na margem do rio. Essa indústria naval sofreu um abalo. O estaleiro tinha mais de três mil empregados. Mas havia uma operação tartaruga permanente no estaleiro, tipo assim: uma lentidão para tudo. Tudo era feito lentamente. Por quê? Havia prazos e a empresa o tempo todo... era o único lugar que eu trabalhei em que se estimulava que você fizesse hora-extra, porque, tipo assim: “Se você quiser, não tem problema nenhum. Pode trabalhar. A gente paga.” Era muito assim. E tudo devagar. Então: “Baiano, não esquenta a cabeça. Está trazendo as coisas muito rápido. Pára um pouquinho aí.” Então eu fui aprendendo. Lá no estaleiro eu já tinha tido um problema, que o engenheiro não aceitava que eu então pudesse, se eu tinha uma escolaridade, estivesse fazendo aquele trabalho. Eu falei para ele: “Mas eu vou fazer esse trabalho. Eu acho que eu estou vivendo a minha vida.” Mas eles não aceitavam, não queriam. Mas terminou e o que eu fiz? Depois quando estava na Transdroga, e aí é por causa do jornal. Quando eu saí no jornal – nossa! – que eu entro no depósito, os caras me chamam lá em cima: “Não, mas a gente não sabia. Você escreve, que isso, você tem que vir aqui para cima.” Eu falei: “Não. Eu vou ficar lá embaixo. Está muito bom. Eu gosto muito do pessoal lá.” Eu não estava em Porto Alegre para fazer carreira mais, nem buscar isso ou buscar aquilo. Eu estava vivendo a minha experiência de vida. Então foi muito legal. Aí o lançamento foi na feira do livro de Porto Alegre. O nome do grupo era *Qorpo insano*, por causa do autor, com “Q”, Qorpo insano por analogia com Qorpo Santo, e a antologia é linda, até hoje. É graficamente muito bonita. E eu só editei os poemas que eu fiz em Porto Alegre mesmo. E a minha apresentação está lá: “natural de Salvador, é aluno do curso de marcenaria do Senai de Porto Alegre.” Só está isso, não tem mais nada no livro. E aí você vai conhecendo pessoas, e as coisas foram tomando um outro rumo.

V.A. – Você disse conheceu o Oliveira Silveira.

E.C. – O Oliveira Silveira que é um poeta importante para a gente que mexe com a questão racial. Mas, veja bem o meu processo: em Porto Alegre eu vou viver uma situação, do ponto de vista racial, muito diferente de Salvador. Você conhece em Salvador poucas pessoas com a minha aparência física que tenham feito movimento negro. Tanto que quando eu vou à minha cidade é curioso encontrar em algumas pessoas que não me conhecem, pessoas que não conhecem minha família nem nada, que eu faça movimento negro. Porque são pouquíssimas pessoas. As pessoas com a minha aparência são educadas para não serem negras e não se sentirem comprometidas como tal. Em Porto Alegre eu vou viver uma realidade muito diferente. São outros padrões. Em Porto Alegre a existência do branco italiano, do branco alemão e os negros serem uma minoria permitiu a segregação. Quem está fazendo uma tese sobre isso é o Medeiros³, que ele vem lá do Sul, sobre a diferença dos padrões de discriminação no Sul. Então, esse campo intermediário é praticamente anulado no Sul. Não existe a idéia do mulato, do “puxando para branco” como existe na minha cidade: “Como ele é?” “Ele é assim puxando para branco.” Não existem essas categorias intermediárias. Você é negro. Ou seja, você não é branco, não há a possibilidade de você ficar se escondendo aí em lugar nenhum. As pessoas sabem que você é negro. Então por esse lado eu fui tomando as minhas notas. Não só de linguagem, porque eu anotei muita coisa de linguagem, o que eu percebi no Sul em relação a Salvador? No meu período de Sul, 1977, porque o Brasil já mudou muito. A única coisa que nós tínhamos em comum era o arroz. Na Bahia nós comíamos o arroz do Rio Grande do Sul. Fora daí eu achava que tudo era diferente, que até o feijão que eles comiam é o que eu não comia. Eu já conhecia o feijão de lá porque eu tinha passado no Rio e aqui no Rio eu conheci o feijão preto. Mas na minha cidade nós não comíamos feijão preto, comíamos o feijão nosso lá, que a gente chama de mulatinho. Não comíamos feijão preto. Então no Rio Grande do Sul eu vou comer feijão preto, eles só comem feijão preto. Mas no mais, eu achava que linguagem, que tudo eu ia notando as diferenças. E isso da questão racial é uma anotação que eu faço já da diferença que eu percebia dos grupos de negros isolados na rua principal, que é um calçadão, enquanto ficam passando a maioria de pessoas brancas: ilhas de negros assim. O estudo do Medeiros eu espero que possa contribuir para as pessoas perceberem essa diferença. É um estado em que até outro dia as pessoas terminavam e tinham formaturas diferentes, igrejas diferentes: segregação real. Entre você ter seu lazer, mais de cem clubes de negros no estado: “Então você faz o seu lazer lá, a gente faz o nosso aqui.” Então tudo muito separado. Esse processo que está vindo, eu ainda não sei com que força ele está vindo, eu não imaginava a força que tudo isso ia explodir. Ele é parte das minhas observações. Na verdade, quando eu estou em Brasília em 1980, é que eu começo de fato, procuro e no acaso vou trabalhar no CNPq... Ah, sim, quando eu cheguei em Brasília, é importante dizer isso: eu fiz outro vestibular e retomei meu curso para terminar. Para alegria da minha mãe, que vivia no meu ouvido o tempo todo “tem que se formar, tem que

³ Carlos Alberto Medeiros, foi um de nossos entrevistados no projeto. É doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.

se formar”. E eu fui compreendendo e hoje então, compreendo tanto isso deles, porque eles já se foram, como era importante para eles que isso acontecesse.

V.A. – O senhor sai de Porto Alegre por quê?

E.C. – Porque deu.

V.A. – Quando foi?

E.C. – Eu saio de Porto Alegre em meados de 78, segundo semestre de 78.

V.A. – Aí vai direto para Brasília?

E.C. – Não. Eu ainda volto para Salvador, eu ainda trabalho em um jornal lá, o jornal *A Tarde*. Eu estou com uma pessoa, com um relacionamento afetivo, do Sul mesmo, comigo. Ela vive comigo esse período em Salvador. Eu passo mais um ano em Salvador e aí que eu vou para Brasília. Eu chego em Brasília no início de 80.

A.P. – E você participa em 79 da...

E.C. – Não. Nada de política. Só literatura. Eu estou no meu canto, quieto, indo para o jornal, voltando, fazendo literatura. As pessoas dizendo: “Edson, você está...” “Não. Eu fazendo só isso.” E definitivamente para mim estava acabado essa coisa. Eu queria retomar meus estudos, eu estava lendo muito, preocupado com o que eu via em literatura da questão racial sim, com certeza ia ser um dos meus temas. Mas não estava preocupado com militância e ativismo, longe de mim.

V.A. – MNU em 78, nada?

E.C. – Nada. Estou ouvindo os ecos, estou sabendo. Tem amigos meus próximos como Jônatas que está na origem do MNU. Mas eu estou fora. Não estou participando. Quando chego em Brasília em 1980, faço...

V.A. – Por que Brasília?

E.C. – Na verdade uma pessoa que eu conheci, que morava em Brasília, tinha me dito: “Edson, Brasília é um lugar que tem oportunidades.” Eu falei: “Brasília?” “Passa lá, não sei o que...” Bom, eu passei por Brasília. Na verdade eu não pretendia ficar. Mas fui à Brasília. Cheguei em Brasília, como comecei a trabalhar logo depois que cheguei em Brasília, dois dias depois já estava trabalhando, fui trabalhar em uma livraria que era a livraria de esquerda em Brasília. Era uma livraria que tinha entre os sócios o Partidão, Cristovam Buarque, que eu vou conhecer, está chegando em 80 comigo em Brasília. Eu revisei o primeiro livro dele, do Cristovam. Aí eu vou trabalhar na livraria que é a livraria de esquerda da cidade.

V.A. – Qual era o nome da livraria?

E.C. – Livraria Galilei. A livraria vendia horrores. A gente ficava até dez horas da noite trabalhando. O que eu vendi de *O que é isso companheiro?* vocês não queiram saber. Foi assim, aquela loucura. Aí a mãe do Honestino – que era do PC do B, que é um desaparecido, foi assassinado pela Ditadura na UnB – resolve lançar o livro do Honestino na livraria Galilei. Aí eles botam uma bomba dentro da livraria. Eu digo assim: “Lá vou eu...” Veja bem: eu sempre fugindo da política e sempre encontrando a política no meu caminho. Bom, aí o gerente da livraria era o Jackson, que tinha sido na juventude uma daquelas pessoas que fez um intenso movimento estudantil em 68, se ligou a grupos organizados de esquerda, vai ser preso em Salvador bem jovem e ele é uma daquelas pessoas que vão a televisão dizer, como jovem, que aquilo estava errado. Não sei se você se recorda disso: há um conjunto de depoimentos de jovens que renunciaram à luta armada, renunciaram às organizações de esquerda, falam bem do Projeto Rondon e tal. O caso do Jackson, é um caso desses. Ele estava preso, a mãe dele morre indo visitá-lo e ele tem um irmão com essa diabete de infância, que você sabe que o cara dificilmente vai chegar aos 20 anos. Ele sofre muito, não é? E ele termina aceitando renegar a esquerda e tal. Ficou muito

marcado. Não me lembro o sobrenome dele. Ele existe ainda, ele assessora o PDT no Senado. Jackson. Ele é uma pessoa muito atormentada com tudo isso porque as pessoas o estigmatizavam muito. E eu acho que nossa amizade se fortaleceu porque eu entendi isso perfeitamente. Imagina: eu tinha sido jovem como ele, nós éramos da mesma geração, e eu imagino alguém com 19 anos vivendo o que ele viveu. E ele voltou para Brasília, se formou em economia na UnB e era então o gerente da livraria. Uma pessoa extremamente dinâmica, muito inteligente, e eu estou lá. Aí tem esse episódio político, todo mundo lá sempre e eu procurando dizer: “Não. Eu não vou participar.” Como eu fiz vestibular para a UnB no meio do ano, eu tenho que deixar a livraria, porque a livraria era o dia todo. A UnB tem dois vestibulares, então tinha um no meio do ano. Eu fiz meu vestibular, entrei em meados de 80, e aí onde é que eu ia trabalhar? Porque eu tinha que trabalhar. Aí eu vou trabalhar em uma gráfica porque pegava quatro horas da tarde. Eu saía da UnB e ia para a gráfica. Aí eu vou trabalhar na gráfica e consigo trabalhar, já em 81, porque eu fazia revisão também de uma revista, como bico, da Organização das Cooperativas Brasileiras. E lá um dia eu fico sabendo que o CNPq vai reeditar a *Revista Brasileira de Tecnologia* em 81 e está precisando de gente. Aí eu vou e sou selecionado para trabalhar na *Revista Brasileira de Tecnologia* do CNPq. Então eu estou na Universidade de Brasília, faço uma série de serviços avulsos de copidescagem, de revisão, Brasília tinha muito trabalho nessa área. Tudo bem, um dia eu estou no CNPq, vou pegar trabalho e tem uma moça negra, a Elmodad, que era daqui do Rio e estava no CNPq de lá. E eu ia lá, a gente ficava conversando, ela ficava na sala do lado da *Revista*, eu já era editor de texto da *Revista*, aí conversa vai, conversa vem, falando sempre da questão racial, ela via os livros que eu carregava... Eu disse: “Eu me interessei pelo tema.” Conversando ela falou: “Você precisa conhecer um pessoal. Eu sou do MNU aqui.” Aí me convidou para conhecer o pessoal. Eu fui conhecer o pessoal. Segunda vez que eu participo de uma reunião, 1981, que nós estávamos juntos e o assunto era pensar a situação dos negros. Eu considero esse o meu segundo momento. E eu ainda estou sentindo que eles estão aí, estão preocupados, eu tenho um tipo de preocupação, mas eu sou uma pessoa e eles são outras pessoas. Estão preocupados, mas eu tenho uma preocupação mais intelectual e não ativista. Bom, eles me chamaram para mesas de alguns eventos, porque eu lia bastante, falava. Aí eu ia falava e tal. Aí, passaram a me chamar com mais frequência para as reuniões. Eu ia, não ia... Um dia eu vou para uma reunião onde iam ter duas pessoas novas que iam aderir à organização. Aí eu fui. Não me pergunte o que é que eu falei nesse dia porque eu não vou lembrar. O fato é que para essas duas pessoas novas, teve fala de todo mundo e eu me inscrevi para falar. Eu não me sentia membro do MNU, eu sentia que eu estava indo às reuniões, que eles me chamavam para participar, me botavam até em mesas, mas eu não me sentia parte da entidade. Mas na hora de falar, eu falei, não sei o que eu falei. O fato é que depois da reunião, Jacira Silva, que é jornalista e trabalha no MEC, disse que queria falar comigo. O MNU se reunia em 81 nos altos, a gente chamava assim, da Farmácia Santa Clara. Tinha a Farmácia Santa Clara e tinha uma área acima da Farmácia, uma sala. Do lado tinha um

barzinho. Então, depois da reunião ela me chamou para conversar, então ficamos eu e ela conversando e eu queria saber o que era. Ela falou: “Edson, você já se deu conta da sua importância para as outras pessoas?” Essa foi pergunta que ela me fez. “Você se deu conta do que você disse às pessoas lá em cima?” Eu, digamos assim, já sou um homem de 31 anos com uma trajetória de vida muito errática, acreditando na literatura, e estava lendo, lia bastante, mas eu não me dava conta. A fala dela ao fazer isso, foi assim de repente... Ela me pediu para pensar nisso, aí eu fui para casa pensando. A partir desse diálogo com ela eu sinto que alguma coisa mudou para mim. Eu sou uma pessoa, a partir daí, que vou progressivamente me envolvendo do meu jeito. Porque meu envolvimento, quando se dá, é um envolvimento que eu me atiro nas coisas. A partir daí eu acho que eu me envolvi profundamente com a questão racial, como ativista. O que é diferente. Eu tenho muita paciência com as pessoas novas por isso. Porque o ativismo é uma coisa muito exigente. A gente não deve dizer às pessoas o tempo de ser ativista. É um processo interno e cada um tem o seu. O meu foi extremamente longo.

V.A. – O tempo de se transformar em...

E.C. – Um ativista é uma coisa um pouco distinta de um interessado na questão racial, um estudioso da questão racial, com contribuições positivas. Eu não estou dizendo que o que essas pessoas fazem não é importante. Mas o ativismo mesmo, a entrega à ação, à iniciativa política, eu acho que é algo que você não força. É algo que rola ou não rola. Bom, a partir daí eu vou começar a fazer militância mesmo. E em 84 vai acontecer um outro encontro casual. Eu encontro uma pessoa chamada Arlete Sampaio, que tinha sido minha contemporânea de Colégio da Bahia. Arlete foi expulsa do Colégio da Bahia. E ela vai para Minas, ela vai se ligar a VPR, ela é uma pessoa que entra na luta contra a Ditadura e depois rolou, rolou, ela fez medicina, depois em Fortaleza. Ela estava em Brasília e era uma pessoa forte em uma corrente trotskista que era o jornal *O Trabalho*. Então a corrente *O Trabalho* editava o jornal *O Trabalho*. Então essa corrente *O Trabalho* era uma corrente trotskista com ligações internacionais, como sempre. E estão eles lá, dentro do Partido dos Trabalhadores. E eu então, conversando com ela em um encontro casual – nós não nos conhecíamos do Colégio da Bahia, nós éramos contemporâneos, ela não tinha vinculação com a AP, por exemplo. Então, ela estava lá fazendo o mesmo que eu estava fazendo, mas nós nunca nos encontramos no Colégio da Bahia. Mas como falamos sobre isso, foi uma empatia muito grande e tal, e aqueles tempos que foram muito intensos, conversa vai conversa vem, ela me perguntou o que eu fazia. Eu disse: “Estou fazendo movimento negro.” Ela falou: “Por que você não vem para o PT?” Eu falei: “Partido não.”

V.A. – Ela é negra?

E.C. – Não, Arlete não. Ela já foi vice-governadora inclusive do Distrito Federal e agora é a candidata ao governo pelo PT. Ela falou: “Edson, por que partido não? É um partido aberto, partido dos movimentos sociais. Você pode entrar para isso, para transar isso...” Então, através desse convite da Arlete e entrando nessa conversa de era aberto, movimento social, eu entro no Partido para criar a Comissão do Negro do PT, com esse objetivo. Como eu não conhecia ninguém, saí procurando as pessoas: “Você conhece algum militante negro?” “Conheço Fulano.” Aí montamos a Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores em 1984, agosto de 1984. Aí meus vínculos com o MNU se esmaecem, porque o MNU de Brasília não aceitava essa ligação com o Partido. Aí eu então vou ficar na Comissão do Negro do PT e me entrego de uma maneira total à militância. Em 84 eu já estou fazendo o meu mestrado e pouca gente de movimento negro, em 84, sabia lá o que era isso. Então às vezes a gente nem falava.

V.A. – Mestrado em letras também?

E.C. – Não, em comunicação, meu mestrado é em comunicação.

V.A. – Na UnB?

E.C. – Na UnB. E eu nem falava nisso com as pessoas porque não era como hoje que tem muita gente fazendo mestrado. Na época não era bem assim, em 84. Eu estou fazendo mestrado e organizando a Comissão do Negro do PT. Imediatamente o que eu organizo? Encontro de estudos. Achei que as pessoas tinham que estudar. É por isso que eu digo a você que tem umas coisas que vão ficar se repetindo: encontros de estudos. Então marcávamos encontros de estudos, selecionávamos textos e fazíamos discussão dos textos.

V.A. – Nessa Comissão do Negro?

E.C. – Nessa Comissão do Negro do PT, que vai crescendo e o PT já vai se preocupando com ela. Ela vai crescendo. Começamos a trazer pessoas para fazer palestras dentro da sede do PT. Professor de história da África, Lourdes Teodoro, enchendo a sede do PT. Lá vai a Comissão do Negro crescendo. E aí nós organizamos o quê? Em uma reunião fiquei sabendo, por que eu nem sabia, que São Paulo tinha Comissão, que tal lugar tinha Comissão. Eu falei: “Ah, mas então os negros do PT, a gente deveria organizar esses negros nacionalmente.” Olha a minha ingenuidade. Aí Arlete era a pessoa que viajava a São Paulo porque ela era a representante do PT do Distrito Federal na Direção Nacional. Então dentro da Comissão nós organizamos um texto propondo ao Partido dos Trabalhadores o primeiro encontro nacional dos negros do PT. Arlete leva isso. Leva e isso é aprovado no Encontro Nacional do PT.

V.A. – Na diretoria?

E.C. – No encontro que eles tinham, todo mundo. O Francisco Weffort, que era o secretário, saindo do encontro, dá uma entrevista ao *Diário Popular*: “Esse encontro foi muito importante. Inclusive aprovamos uma decisão da maior importância para o Partido dos Trabalhadores, um I Encontro do Negro do PT.”

V.A. – Quando foi esse encontro nacional?

E.C. – Esse encontro vai ser em 1987, em Brasília. É o primeiro. Era secretária de Lutas Populares, a Erundina... Não, o encontro da direção é antes, em 1986. E fica aprovado para 87. Erundina mandou uma carta dizendo o seguinte: que achava que o encontro não deveria ser só dos negros do PT, devia ser dos judeus, porque havia, por exemplo, uma comissão judaica em São Paulo de petistas. Eu respondi para ela que achava ótimo que os judeus se organizassem no PT, mas que esse encontro nosso era dos negros do PT. Então uma primeira coisa: construir o encontro com autonomia. O Ivanir⁴ já fez um depoimento público aqui no Rio há uns três anos atrás, junto de Benedita da Silva, se redimindo de quanto essas pessoas que estavam dentro do Partido dos Trabalhadores fizeram para boicotar esse encontro. Você não sabe o que isso vai gerar. Olha só: eu estou na minha ingenuidade, não estou ligado a nada. Eu me destaco tanto no Distrito Federal que, como

⁴ Ivanir dos Santos é outro de nossos entrevistados.

independente, eu chego à Executiva do PT lá no Distrito Federal. Eu era membro da Executiva como eleito com voto de pessoas independentes...

E.C. – Criamos um jornal, *Raça e Classe*. O PT no DF não tinha jornal. Os negros criam um jornal.

V.A. – Não tinha jornal de jeito nenhum?

E.C. – Não. E nós criamos um jornal, o *Raça e Classe*. Um bom jornal inclusive. Quem for estudar imprensa negra brasileira não vai poder ignorar o *Raça e Classe*. Aí nós criamos o *Raça e Classe*, o PT vai se apavorando. Ou seja, começaram a me acusar de estar fazendo um partido dentro do Partido. Aí começam aquelas coisas, é um massacre. Você está se explicando em encontro, em convenção. Bom, vem a campanha da Constituinte em 86. É muito importante aquela campanha. Por quê? Na campanha de 86 nós queríamos que negros que não assumiam a questão racial e que eram fortes, fossem candidatos. No caso, bem específico, era Chico Vigilante, que já foi deputado federal e hoje é deputado distrital. Era a primeira eleição do Distrito Federal. Ela tinha uma característica: como era a primeira eleição do DF, o DF nunca tinha tido eleição, os candidatos a Constituinte, todos teriam acesso à televisão. Não era assim... todo mundo teria acesso à TV e rádio. E nós avaliamos isso na Comissão. Eu cheguei à cidade em 1980. Até 84 eu fugi, embora todo mundo me conhecesse por causa da Galilei, por causa disso e daquilo, eu não me envolvi com política, com ativismo. Me envolvi com política com o MNU, que era bastante incipiente no DF. Vou me envolver com política a partir de 84. Eu jamais colocaria meu nome para ser candidato. Porque nem eu tinha raiz na cidade, nem tinha dinheiro para a candidatura, não tinha coisa nenhuma. Então o que nós avaliamos na Comissão? Nós não tínhamos candidatos mas gostaríamos que tivesse um candidato negro porque a luta da Constituinte era fundamental, criminalizar o racismo, aquelas bandeiras da época. Aí nós vamos procurar o Chico Vigilante, se ele toparia essas bandeiras. Ele falou que não. Aí a Comissão volta, avalia e fala assim: “Ah, não. Nós precisamos ter um candidato.” E eu sou tirado pela Comissão indicado para a plenária como candidato para a eleição constituinte pela Comissão. Nunca passou pela minha cabeça isso. É aquilo que eu te falo: aí aceita, não aceita “mas, fazer uma candidatura assim?” Uma candidatura de propaganda. Eu tenho essa fita. Eu tenho uma fita que eu vou passar para cd com todos os programas do PT nas eleições de 86. Estão lá todas as minhas inserções, pequenas. Todas com absoluta coerência com tudo que eu estou te falando aqui. Você vai ver como eu apareço na TV, o que eu digo na TV, que símbolo eu usei na minha campanha, o que eu falei, o que eu fiz.

V.A. – Qual foi o símbolo?

E.C. - O símbolo que eu usei foi uma máscara nigeriana imensa. O meu material de campanha foi muito bonito. Eu acho que foi o mais bonito que o PT teve em 86. Uma máscara muito bonita. E o *slogan* foi assim: “A hora e a vez da nossa cidadania”. Aí vinha aquele rosto, quando aparecia o meu retrato era atrás, por dentro do *folder*. E a gente vai fazer uma campanha. Para o azar meu, o que vai atritando a minha luta com o PT, o *Correio Brasiliense* faz uma pesquisa. Sabe aquela coisa de pesquisa de amostra. Por acaso, fizeram uma amostragem de Sobradinho e duas ou três pessoas citaram o meu nome. Então, na pesquisa aparecia o meu nome e os candidatos organizados apareciam abaixo. O PT começou a imaginar que eu tinha alguma coisa. Aquilo era um mero detalhe. Não tinha nada. A gente só trabalhava com aquilo. Eu vou sofrer muito do PT durante a campanha, mas sofrer muito. Mas a gente faz a propaganda de rádio, a gente faz a propaganda de TV, a gente visita casas, é uma campanha muito bonita. Eu tive aí em torno de 600 votos no Distrito Federal. Por essas coisas de destino, a primeira do DF urna aberta, eu fui o primeiro voto apurado. Você vê como é a vida, o primeiro voto. O primeiro voto apurado no Distrito Federal. E fiz uma campanha com muita coerência. A Comissão do Negro cresce durante a campanha. Quando terminou a campanha, o PT não elege ninguém e marca uma reunião na UnB no mesmo dia que nós marcamos uma plenária da Comissão do Negro. Tinha quase 100 pessoas na nossa plenária e o PT não tinha nem 50 pessoas. O Partido começou a dizer que nós estávamos construindo algo. Aí começa a briga feia. E aí eu decido, faço minha carta e deixo o Partido dos Trabalhadores.

A.P. – Em?

E.C. – Em 1987. Levei três anos e deixo o PT. Realizamos o I Encontro do Negro do PT, com muita briga com essa turma idiota que depois vai reconhecer o erro deles aí, anos depois. Não compreenderam o que a gente queria mesmo, de fazer uma articulação independente dos negros dentro do Partido. Aí eu vejo que não dá, faço, lamentei na minha carta deixar uma coisa que eu havia criado, que era a Comissão do Negro do PT, e vou embora. Aí termina 87 sem vínculo nenhum e, em uma reunião com algumas figuras bem conhecidas, Gilberto Leal, Hédio Silva Júnior⁵, Marcos Cardoso, que foi um impacto a minha saída para esse pessoal que militava. Afinal de contas a Comissão do Negro do PT

⁵ Hédio Silva Júnior é um de nossos entrevistados.

DF se destacava. A gente tinha realizações, a gente tinha propostas. A gente não estava atrelado ao Partido. A gente criou uma agenda própria. Aí as pessoas vieram me perguntar por quê? Aí eu disse por que em um almoço. Eu disse por que eu tinha deixado, eu não acreditava que o Partido dos Trabalhadores quisesse de fato a questão racial e que eu achava que o caminho era criarmos uma organização política negra. Isso eu disse para eles em um almoço. Bom, passou, eu vou terminar o meu mestrado, porque o meu mestrado vai ser muito prejudicado por conta do meu ativismo mesmo. Eu então termino o meu mestrado e aí começo a articular o que seriam as primeiras discussões dessa organização. Quem participa dessa discussão, que chegamos a ter reunião clandestina em Salvador, Hédio Silva Júnior, Luiza Bairros, Luiz Alberto, Valdélino Silva, Júlio Camisolão do Rio Grande do Sul. Então começamos um processo de discussão. A certa altura...

V.A. – Mas por que clandestina se nós já estávamos na democracia?

E.C. – Veja bem, era clandestina porque não interessava às pessoas que era do MNU, que o MNU soubesse desse tipo de reunião. Porque o que eu estava propondo para eles era: “Essa etapa de entidade acabou. Essa etapa de negro dentro do PT acabou. A gente tem que criar uma organização política negra.”

V.A. – Seria um partido negro?

E.C. – Não tinha nome de partido. Veja bem, era nos articularmos politicamente. Porque veja bem, O CNA criado em 1912 não era um partido. Ele virou um partido em função de sua história. Então você não precisa, para criar uma organização, dizer que ela é um partido. Se vai ser ou não partido, o processo vai dizer. Mas você tem que criar um campo de articulação política autônomo.

V.A. – Mas uma entidade também é uma organização política.

E.C. – É. Mas uma entidade tem limites. Eles atuam, eles não disputam como a gente pretendia disputar. Veja bem, se eu formo uma entidade como o MNU, qual era o limite do MNU? O limite do MNU era: as pessoas tinham como centro, em sua imensa maioria, o partido. Que é o que vai matar o MNU. Matou. O MNU que está aí é sobrevivente. As

pessoas são da DS, as pessoas são... O MNU começa com um espírito de autonomia. Aos poucos essas vinculações externas vão condicionando a ação do MNU à centros de decisão que estão fora do MNU. A necessidade da organização era sermos o centro de decisão. Ou seja, aquilo que vamos fazer não está submetido ao que o PT quer. Que era o princípio do MNU, inclusive a idéia de MNU era essa. Se perdeu. Bom, se discute para cá, se discute para lá o que vamos fazer, a Luiza Bairros um dia, junto com o Valdério, me diz o seguinte: “Edson, o que eu faço com os dez anos de MNU? O que eu vou fazer com dez anos do MNU? Nós já temos dez anos. Sair do MNU para criar uma organização política nova? Por que não construir essa organização a partir do MNU?” Eu disse: “Não. Eu não acredito nisso.” Veja bem, eu sou provocado por eles a assumir um processo de construção de uma organização a partir do MNU. Porque eles entendiam também que o MNU tinha limites como entidade, que, digamos assim, que a gente não iria muito longe. Mas eles estavam com medo de abandonar um espólio de MNU. Eu entro no MNU desta vez com esse objetivo, de transformação da entidade em uma organização política. A entidade não é uma organização política no sentido que eu estou falando. Veja bem, uma entidade tem que respeitar o seguinte: Verena é do PDT. Verena então admite que Brizola é o Tchan! Mas Verena é do MNU, ela se filiou à entidade. É um direito que a entidade dá a ela, se filiar. Por que ela se filiou? Porque ela aceita o estatuto da entidade, ela aceita tudo isso. Mas ela está na rua fazendo campanha para o PDT. Em uma organização política isso não existe. Em uma organização política nós iríamos discutir que forma de intervenção nós teríamos em uma eleição. E poderíamos chegar à conclusão de que o PDT era o lugar onde a gente ia colocar o nosso candidato. Mas chegaríamos ou não a essa conclusão. Em uma organização discute-se a partir daqui para esses campos, e não de lá para cá como o MNU foi sendo tomado por essas decisões da Causa Operária, da DS...

V.A. – O que é DS?

E.C. – DS é Democracia Socialista, que aqui no Rio de Janeiro são os dois que afundam o MNU. A DS e a Causa Operária. E setores da Convergência também, aqui no Rio de Janeiro, que afundaram. A entidade do MNU é sobrevivente, não é nem sombra do que o MNU existiu real. Aí bom: “Edson, vamos entrar.” “Não, não...” Terminei entrando. Aí iniciamos um processo. Você veja: quem acompanhar o processo do MNU de 89 até a Marcha vai ver que alguma coisa nova estava acontecendo na entidade. A entidade recria, a gente vai discutir todos os documentos básicos, já preparando uma passagem, que é o que a gente dizia, de entidade para organização política. A gente vai fazer toda essa revisão. Vamos conseguir três mil dólares com a Sesi, na época, e fizemos um seminário em Recife só para discutir essa passagem: o que seria um MNU uma organização política? Que tem um relatório desse tamanho. É imenso o relatório dessa discussão feita na entidade. Bom,

os setores tradicionais do MNU começam a se sentir ameaçados. Eu vou para a executiva do MNU. Eu transformo o jornal do MNU que existia em um tablóide. É só você olhar o que existia antes da minha gestão de secretário de Imprensa e o jornal que vai existir depois. Quando você botar o *Raça e Classe* você vai falar: “Aqui tem uma continuidade. Aqui já é o Edson.” Aí você vai ver o tipo de temas que vão estar discutidos. E o MNU começa a discussão de projeto político. É nesse período. Ou seja, o que seria os negros construírem um projeto político não para os negros, mas de um ponto de vista negro para o país. “Todo mundo falando em projeto político e nós não estamos construindo um projeto político.” Então começa a discussão com texto inclusive publicado no jornal do MNU, você vai encontrar da construção de um projeto político. Nós vamos indo assim. E, claro, a reação é imensa a tudo isso: “Edson quer transformar o MNU em uma ONG. Porque Edson...” Quem são os setores com quem a gente briga? Os setores são: o comandado por Milton Barbosa em São Paulo, uma reação, eles são reacionários até hoje, essa turma. O Rio de Janeiro fica vacilando: é e não é, é e não é, mas termina puxando para um lado. E Luiz Alberto, que sempre foi um adversário político meu, por um outro lado. E a gente, Dionísio, o MNU de Goiás, O MNU de Brasília e pessoas de vários lugares, a gente tentando construir uma coisa nova. Bom, uma pessoa que fazia meio-de-campo entre nossa posição e a posição do Luiz Alberto na Bahia, inclusive tinha contatos pessoais profundos com ele, era Luiza Bairos. Aí Luiza Bairos vai estudar o doutorado nos Estados Unidos. Rompe-se essa ponte que atenuava a diferença que nós tínhamos com aquele grupo. Aí pronto, sem Luiza o atrito vem imediato e forte entre o que nós representávamos e o que representava o grupo da Bahia. O grupo da Bahia faz uma aliança com o grupo do Rio de Janeiro, que era Marcelo Dias, era Haroldo, essa turma que sempre quis usar o MNU, mas sempre estiveram vinculados a outras coisas. Então a junção dessas duas turmas que toma, em uma convenção, a maioria do MNU e eu me retiro do MNU.

V.A. – Quando é isso?

E.C. – Isso vai se dar em 95.

A.P. – Então você entra em 89 de novo...

E.C. – E abandono em 95. Agora, antes tem um episódio que vai me dizer bem o que eles são. É quando eu sento na reunião da executiva em Salvador, no final de 94, e falo para eles de uma proposta que eu tenho de mobilização nacional. Qual é? A Marcha Zumbi dos

Palmares. A reação da executiva não foi boa. Eu falei: “Não gostei disso.” Nhé, nhé nhé... uma marcha... Aí eu disse: “Olha gente, eu vou trabalhar por isso, por essa proposta. Eu acredito nela e vou trabalhar por isso.” E inclusive quero avisar para vocês que um dos maiores inimigos do MNU – que nós tínhamos na época – era o Ivanir. Eu falei: “Já marquei uma reunião com ele no Rio.” Foi um escândalo! A gente conversar com o Ivanir era um escândalo. E aí, a reunião foi marcada no IPCN. E aí para a minha surpresa, quem aparece na reunião? Luiz Alberto, Haroldo, todo mundo. Aí eu vou, nem me incomodo, e exponho para o Ivanir, com eles sentados assim. Exponho para o Ivanir o que é a proposta, a proposta só seria bem sucedida se nós conseguíssemos articular todo mundo. Tinha que ser uma mobilização ampla. Ivanir aproveitou para descascar o MNU do Rio por conta das eleições de 94, que não apoiaram ele e o tipo de postura que tinham tido com ele. Aí deixei eles lavarem lá essa roupa e depois falei assim: “A proposta nossa não vai mexer com nenhum contencioso. Se existe essa coisa a gente vai ter que sufocar isso e tal.” E aí eu começo a viajar para difundir a proposta. E o MNU quieto. Começo a viajar. E aí quais são as alianças que eu vou ter? As ONGs. É Ceert, é Geledés, aí a proposta vai crescendo. E aí a gente vai articulando uma grande plenária em São Paulo. Aí tem a plenária em São Paulo.

V.A. – Quando é?

E.C. – Ela vai ser mais ou menos em junho ou julho. Se eu tivesse me preparado teria essas datas com precisão. É meio do ano, junho, julho, a plenária em São Paulo.

V.A. – De 94 ainda?

E.C. – Já em 95. E aí a plenária da marcha. Aí nós vamos brigar muito com quem? Com a turma do Flavinho, a turma do PT, a turma da CUT, que não queriam a Marcha no 20 de novembro. Eu faço três intervenções inclusive na plenária, por conta dessa data. Tive que usar até uma argumentação do tipo: “Tancredo não morreu no dia 21 de abril.” Eu disse para eles: “Mas a morte foi anunciada no dia 21 de abril por causa da data de Brasília, por causa da data de Tiradentes.” Data tem importância. Se nós construímos o 20 de novembro e agora que vamos fazer uma manifestação de massa eu não vou fazer no 20 de novembro? Tem que fazer no 20 de novembro. Caía no meio da semana.

V.A. – E eles não queriam por quê?

E.C. – Estavam armando um seminário internacional em São Paulo. Só eu fiz três intervenções. “Vota” e o 20 de novembro ganhou. Tiramos o quê? Uma executiva. Você precisava ver o tamanho da executiva que se tirou nessa plenária de São Paulo. Eles meteram logo três centrais sindicais na executiva.

V.A. – Quem eram as pessoas?

E.C. – As três centrais sindicais, que eram CUT, CGT e tinha uma outra pequena, daquele barbudo... Eram três centrais e todo mundo, entidades, a executiva ficou enorme. Marcamos a primeira reunião da executiva. Eu vou a São Paulo, quando eu chego de manhã, tinha quatro gatos pingados. PC do B estava, a Unegro. Voltamos de tarde: já não voltaram. Aí quem passou para me pegar? O Hédio, que estava nesse dia com o Ivair⁶, passaram para me pegar. “E Edson?” Eu disse: “Rapaz, estou apavorado.” “Não vai ter marcha assim?” Eu falei: “Não. Nós vamos ter que trabalhar.” Aí de lá eu já vim para Minas, que foi fundamental para 95, e aí eu começo a minha pregação, solta, de acreditar na Marcha. E a gente articula bem em Brasília, a gente articula bem o apoio do governo do Cristovam, que era o governador.

V.A. – Em Minas você vem para onde?

E.C. – Minas é uma... de Minas eu venho ao Rio. É um período que eu estou fazendo esse tipo de coisa como eu fiz dois anos atrás: é viajar, é falar para as pessoas, é ir a São Luís, é dizer que a Marcha é real... Porque quando chega a hora de mobilização de movimento negro, você não sabe os fantasmas que aparecem. Então não é fácil fazer uma coisa assim. Qual é a vantagem que nós tivemos em 95? O governo era Fernando Henrique Cardoso. E aí PT e CUT fazem a sua avaliação de que poderia ser interessante a Marcha. Mas eles com isso não estão aceitando uma pauta de reivindicação negra ou a autonomia do movimento negro. Eles estão de olho no Fernando Henrique e na oposição a Fernando Henrique. Já há boatos em 95, gente que vai gritar na Marcha “Fora FHC”, em 95, que é o primeiro ano do Fernando Henrique. Aí o que começa? Começa uma manobra que vem desse campo que é: “Como tomar a Marcha e transformar a Marcha, na verdade não em uma coisa que dê o movimento negro com autonomia?” Então esta briga está surda já em 95. Mas como o

⁶ Ivair Augusto Alves dos Santos também é nosso entrevistado.

governo é Fernando Henrique a CUT tem que ajudar. Nós propusemos um jornal da Marcha. Só sai um número. Eu venho fazer o jornal. Venho a São Paulo e faço o jornal. Eu que fiz o jornal. E gozado, que os textos que eu escrevi, o texto que está na primeira página, eles usarem agora contra mim. Ou seja, dizer que aquilo é que era Marcha. Na época eles não fizeram nada. Quem fez foi o movimento negro mesmo. Parecia que eles tinham feito alguma coisa. Eles não fizeram nada. Ficaram quietos. E para conseguir que os bancários rodassem esse jornal levou mais de 40 dias. Quando o jornal sai, sai em cima da Marcha, o jornal da Marcha. Sai 400 mil exemplares do jornal da Marcha para a gente distribuir. E a gente em Brasília acreditando que a Marcha ia acontecer. O MNU absolutamente na moita com a Marcha: “Tô. Num Tô. Tô. Num Tô” O MNU não vai construir a Marcha. Em alguns lugares em que a gente tinha força, Goiás, alguns setores do MNU como Brasília, se envolvem. Mas a turma que estava sob a influência dessas forças que vão ficar se envolvem assim. Tanto que os ônibus da Bahia foram poucos, os ônibus do Rio foram poucos. A grande força de mobilização veio de Minas.

V.A. – Quem é em Minas?

E.C. – Minas você tem setores, digamos assim, ligados à CUT, ligados ao PT, e tem um setor de movimento negro que abraça a Marcha com características muito fortes. É um momento de Minas muito bonito. Você precisa ver as fotos das mobilizações pré-Marcha de Minas, situações de rua. Muita gente.

A.P. – Marcos Cardoso...

E.C. – Marcos Cardoso está envolvido.

A.P. – Mais quem?

E.C. – Naquele documento da Marcha, se eu soubesse tinha trazido um exemplar para vocês. Posso até mandar pelo Correio, se vocês têm. Vocês têm aquele documento da Marcha que eu editei?

A.P. – Não.

E.C. – Vou mandar para vocês. Porque o que tem? Tem o documento da Marcha e tem um conjunto de depoimentos. Aí você vê nome de pessoas. Tenho que mandar isso para vocês. Editamos cinco mil exemplares na época. É onde está o documento da Marcha, a foto de Fernando Henrique assinando. Aquele documento é importante.

V.A. – Deixa eu fazer uma pergunta. O senhor falou que foi para São Luís, foi para um monte de lugares fazer a sua pregação individual porque na hora que começa uma mobilização aparecem muitos fantasmas. O quê?

E.C. – Fantasmas assim, por exemplo, como agora dessa vez. Alguém está sempre a serviço de alguma outra coisa. Eu sempre atribuo isso à infiltração e à desqualificação do movimento negro. É impressionante como as pessoas do movimento negro podem tomar um chopp no Amarelinho, e alguém lá fala uma coisa sobre alguém, e como aquilo vira verdade. É impressionante isso no movimento negro. Eu não conheço nenhuma área de política que alguém não fale assim: “Quem está falando isso? Por que ele está falando isso de Edson? Edson a gente já conhece. A gente pode ter problemas, mas por que ele está dizendo isso?” Então no movimento negro é impressionante o que pela oralidade se desqualificam pessoas. Então a Marcha, um momento de mobilização, e dessa vez eu me preparei, é um momento em que você recebe e ouve todo tipo de boateira. É isso que eu digo que são fantasmas. Todo tipo de tentativa de impedir que aquilo aconteça. Eu tive que falar pelo telefone com o Vicentinho. E eu digo isso nessa introdução desse documento da Marcha, a importância que o Vicentinho teve para segurar muita da fofoca em torno de movimento sindical e movimento negro. Ele foi correto conosco em 95, o Vicentinho. Você viu, o documento levou quase 40 dias, o jornal, para ser rodado. Havia um boicote de setores que viriam para a Marcha, mas não queriam dar fôlego na Marcha ao movimento negro. Eles viriam. Zé Dirceu estava na Marcha. Eu tenho foto. Lula estava na Marcha. Eu tenho foto. Eles vieram todos para a Marcha, com a bandeira do PT. Tivemos uma briga na hora de sair o caminhão principal com essa Sandra da executiva, que era executiva da CUT, porque eles colocaram na frente do caminhão da Marcha a bandeira da CUT. Só que o caminhão era do Sindicato dos Professores, que era meu sindicato. Eu falei que antes de sair a Marcha aquela bandeira tinha que sair dali, que aquela não era uma marcha da CUT. E havia já uma bandeira da CUT na lateral do caminhão, então não precisava o caminhão vir da Marcha com a bandeira da CUT. Foi a maior discussão do lado do caminhão para poder retirar a bandeira da CUT. Eu falei: “A bandeira vai ter que sair. Não é uma marcha

da CUT.” Então essa tensão todo o tempo. Isso em 95. Agora você viu o que deu. Deu duas Marchas essa tensão. Porque o governo era Lula. Só não deu duas marchas em 95 porque o governo era Fernando Henrique. Aí eles resolveram bancar aquela tensão e ficaram o tempo todo. A Unegro? O que a Unegro tinha da bandeira em 95, se ela tivesse tido de gente trabalhando pela Marcha, era uma beleza. Pagou pessoas inclusive para ficar segurando bandeiras da Unegro em 95, para dar a idéia de que a Marcha era uma construção. E não era. Não era. Os setores de movimento negro que apostaram na Marcha, apostaram. O documento da Marcha é um documento construído com imensa dificuldade. E nós contamos no final foi com Geledés e Ceert para sistematizar coisas frouxas que a gente estava conseguindo aqui e ali. E assim a gente consegue sistematizar um documento que hoje todo mundo fala que é histórico. Hoje todo mundo fala que a Marcha de 95 é um momento histórico. Mas quem fez esse momento, as pessoas que participaram sabem bem o quanto se fez para evitar esse momento histórico. Para você ter uma idéia, há um empresário que tem muito contato com o movimento negro, ele é negro, de Salvador, já vou lembrar o nome dele. Não sei se vocês já colheram o depoimento dele. É importante o depoimento dele, porque ele se aproxima muito de Luiz Alberto por causa de emendas no orçamento, ele tem uma empresa de construção civil, é um empresário negro. Já vou lembrar o nome dele, estou com o nome dele aqui. Pois bem, esse homem, para você ter uma idéia do que rolou naquela época, esse homem quatro ou cinco anos depois, quando eu já estava trabalhando, acho que, com o Ben-Hur na Câmara, me deu uma carona um dia e me falou: “Edson, tem uma coisa que eu tenho que falar com você.” Eu disse: “O que é?” “Eu fui a São Paulo falar com o Vicentinho contra a Marcha de 95. E hoje eu me arrependo disso.” Para você ter uma idéia de pessoas se darem ao trabalho de estarem minando, porque a gente dependia muito dessa relação com o movimento sindical. Queríamos ter um diálogo com ele mas não queríamos estar subordinados. Era uma coisa muito tensa.

V.A. – Mas por que ele foi falar com o Vicentinho?

E.C. – Por que o que aquela turma apostava? Se o movimento sindical saísse da Marcha, a Marcha não aconteceria.

V.A. – Mas qual era o interesse desse empresário?

E.C. – Eu sei lá! Aí é que está, eu sei lá que interesse ele pode ter? É isso que eu digo a você, esses são fantasmas que aparecem. Por que uma pessoa pode temer a organização e a

manifestação do movimento negro? Eu não sei por quê. Mas isso é muito forte. Para você ter uma idéia a minha casa foi arrombada na Marcha de 95. A minha companheira, Regina, que eu conheci convidando ela para ser da Comissão do Negro do PT, como eu convidei muita gente, e nós já estamos juntos há 19 anos, temos duas filhas, Regina chega em casa e vê... Não, a vizinha chama a Regina porque foi duas horas da tarde que eles entraram e não tinha ninguém em casa. Aí a vizinha chamou a Regina e Regina veio para casa. Quando Regina chega em casa, o portão está aberto e ela já vê uma porção de papéis espalhados. É um período em que eu tenho uma visibilidade razoável. Até entrevista minha a um jornal de Brasília estava exposta assim na garagem, porque a gente entrava pela garagem da casa. Quando ela entra, qual era a parte da casa que estava mexida? A parte dos meus documentos, a parte dos meus papéis. Ela chamou a polícia. Aí a polícia veio, olhou tudo, ela foi chamando a atenção da polícia para isso. A polícia falou: “Eles procuram nos homens para ver se tem dólares, se tem drogas, se tem não sei o que. A senhora está achando que foi alguma outra coisa?” A Regina falou: “Nós estamos envolvidos com isso, isso, isso, estamos em véspera de uma manifestação assim e temos receio de que isso não seja uma coisa política.” Eu vou chegar à noite e ficamos com aquilo. Não houve nenhuma solução. Não aceitamos que podia ter sido ou não. Pois bem, um ano depois, acabou a Marcha, tem um escândalo documentado que é o chamado escândalo da P2 no Distrito Federal. Cristovam descobre que tem uma Polícia Militar mas tem uma P2 no governo dele. Aí vem à tona documentos da P2. Na época da Marcha eu dei um curso de extensão na faculdade de comunicação na UnB sobre relações raciais. Ali, tipo, mês de setembro mais ou menos. Era um curso aberto à população, não era um curso só para estudantes da UnB. Um curso que podia ter estudantes mas podia ter qualquer pessoa que se matriculasse. Era a primeira vez que ia ter um curso dessa natureza na UnB. Aí eu dou esse curso na faculdade de comunicação. Pois bem, nos documentos da P2 apareceu então o acompanhamento que a P2 fez do professor Edson Cardoso, tendo matriculado uma pessoa no curso. E aí tem no jornal *Correio Brasiliense*, relatório do cara sobre as aulas que eu estava dando. Aí eu falei: “Aquela invasão de minha casa...”

V.A. – Mas lá tiraram alguma coisa?

E.C. – Veja bem, lá não tiraram nada. Parecia apenas dizer o seguinte: “Olha, a gente veio procurar algo.” O que eu não sei. Sabe aquelas coisas revolvidas? O algo que tiraram, para dizer que houve roubo, foi: um cd, lembra aquele tipo de cd de fita? Roubaram um telefone móvel, um telefone desses. Só isso que roubaram. Eu comigo acho que esses dois episódios estão relacionados.

V.A. – Mas a P2 está obedecendo a quem?

E.C. – A P2 é autonomia da polícia em relação a governo. Porque afinal de contas o comando da Polícia militar está subordinado ao governador.

V.A. – Mas a quem essa P2 está...

E.C. – Eu não sei. Mas eu acho que uma mobilização de negros, como se anunciava a Marcha de 95, a P2 podia estar a serviço de forças que acompanham o movimento social. Nós sabemos que, por exemplo, o Exército acompanha alguns movimentos sociais, a Marinha acompanha alguns movimentos sociais, a Aeronáutica acompanha alguns movimentos sociais. Isso existe até hoje. Mesmo no governo Lula, os movimentos sociais são acompanhados por essa agência que tem aí.

V.A. – A Abin.

E.C. – Abin. Então, quem sabe quem estava acompanhando o quê? Estava a serviço da Presidência da República, estava querendo saber o que estava por trás? Eu não sei. O fato é que eu estou lendo o jornal, eu falei: “Mas sou eu? Aconteceu isso o ano passado?” Eu não sabia de nada. Então dessa vez a gente se preveniu um pouco quanto a isso, dez anos depois. Mas nessa primeira vez a gente era muito bobo. Mas veja bem, essa tensão toda que existiu em 95, teve o seu ápice quando da negociação para Fernando Henrique nos receber. Então ele tinha um porta-voz, que era aquele do Itamaraty que depois foi ser embaixador na França, é o prêmio que ele ganha. Como é o nome dele, o porta-voz do Fernando Henrique?

V.A. – Eu sei quem é.

E.C. – Você sabe quem é? Bom, estabelecemos com ele a negociação...

E.C. – ...Pedido então veio o Sérgio Amaral, um auxiliar de Sérgio Amaral e Hélio Santos. Qual era a conversa? Se o presidente recebe.

V.A. – Só o senhor?

E.C. –Só eu. Se o presidente recebe. Vai receber ou não vai receber. O que o Sérgio Amaral disse: “Edson, o presidente não pode ser constrangido. Então nós precisamos saber exatamente quem vai subir.” Observe que nunca houve mais reunião de executiva. Parecia um grupinho de pessoas que dizia que estava ali e tinha comando. O comando vai ser muito raro da Marcha. A gente agora vai fazer articulações dar o que der. A Marcha não obedeceu a um comando formal. A executiva, é nessa hora que me ocorre lembrar da tal executiva, aí eu falei: “Não. Não vai ser constrangido. A gente entidades que participam de uma direção e que os nomes sairão daí desse grupo.” “Tudo bem.” Então se combinou isso: o presidente receberia. E o Sérgio Amaral me disse uma frase que o Fernando Henrique tinha intenção real de fazer. Eu ainda brinquei e falei assim: “Ele pretende ser um Kennedy brasileiro então?”⁷ Ele falou: “Sim. Sim, pretende.” E enfatizou a sinceridade de Fernando Henrique em relação a implementar políticas públicas em benefício da população negra. Bom, se combinou então e ele disse: “Edson, nós somos um governo de aliança e há forças na aliança que estão puxando o presidente da República para a Serra da Barriga. Então, há compromissos e o presidente vai conciliar. Ele vai à Serra da Barriga mas eu assumo com você o compromisso de que o presidente volta para receber a Marcha.” Entre essas forças, segundo ele, estavam pessoas ligadas a partidos da aliança, negros inclusive, que estavam nesse trabalho. É só olhar quem foi à Serra da Barriga que você vai ver, o avião estava cheio. Inclusive Benedita da Silva foi à Serra da Barriga com o Fernando Henrique. Olodum foi à Serra da Barriga, Ilê Aiyê foi à Serra da Barriga. Nem Olodum, nem Ilê Aiyê participam da Marcha de 95. E muitas outras entidades. Muita gente que estava pendurada no governo Fernando Henrique achou também que marcha não era para rolar. E toda a turma tenta subir.. Tentou subir, porque choveu muito, o helicóptero faz uma tentativa e o Exército termina dizendo ao presidente: “Não insista porque não há condições.” Eu não sei o que houve, mas eles terminam não fazendo o que eles queriam fazer na Serra da Barriga. Voltou para Brasília e nos recebe. É claro que aí o PSDB por trás bota uma porção de gente na sala que nós não sabíamos quem é que tinha convidado aquelas pessoas. Havia pessoas negras, professores, gente que estava ali mas quem chamou foi o Fernando Henrique, não

⁷ John F. Kennedy foi o 35º presidente dos Estados Unid. **Responsável pela Lei dos Direitos Civis, que pretendia dar cabo à discriminação contra negros que imperava no país.**

fomos nós. Na hora, aí começa o zum-zum-zum nas vésperas da Marcha de que o MNU queria que eu não subisse para falar com o presidente. Olha que absurdo: eu tinha conduzido o processo até ali e agora o MNU vinha me dizer que o nome do MNU não era Edson. Aí eles fazem consultas. Uma pessoa que vai ter um papel importante, uma pessoa que hoje eu não tenho nem relacionamento com ele, mas que na época vai ter um papel importante para defender meu nome, entre outras pessoas, vai ser o Ivanir daqui do Rio de Janeiro. O Ivanir vai defender: “Quem sobe é Edson. Porque afinal de contas...” Fernando Conceição, que era também da executiva, vai dizer: “Não. Quem sobe é Edson.” Era do movimento pelas reparações. Então alguns nomes vão se opor a essa intenção do MNU, Ceert, Geledés, todo mundo vai dizer: “Que isso? O Edson que vem trazendo tudo isso e agora não vai subir porque Luiz Alberto quer subir? Não!” Então é um quebra pau, tem uma reunião do MNU, que eu não participo – é claro – lá na UnB, em que ... aí é que eu deixo o MNU. Porque até então eu mantinha meu vínculo com o MNU. Eu vou assinar todas as coisas como membro do MNU. Depois disso aí realmente ficou claro que não tinha nenhuma condição de a gente dialogar. Mas quem subiu fui eu, quem entregou o documento fui eu, quem pediu a Fernando Henrique para falar fui eu. Existem imagens sobre isso. Quem diz ao presidente da República que o governo dele, como os outros, tem Ipea, tem IBGE, tem dados mas não tem políticas públicas, e o que a gente estava querendo eram políticas que levassem à superação. Entrego o documento a ele, peço para falar, mas quando eu entrei na sala, eu chamei o Sérgio, falei: “Sérgio, está havendo uma coisa estranha aqui. Cadê a imprensa?” Não tinha imprensa. Olha só: cinco ministros vão receber representantes de uma Marcha que tinha mais de trinta mil pessoas, eu dei várias entrevistas ao longo do dia, desde sete horas da manhã eu já estava dando entrevista, e a imprensa toda sabia que o presidente ia nos receber, mas a imprensa não era convidada para o encontro. Olha que coisa surpreendente. Eu falei: “Sérgio, cadê?” “Não, Edson...” Eu disse: “Tem uma coisa errada aqui.” Quem olhar o vídeo da Marcha, que nós fizemos, vai ver que no vídeo da Marcha eu aperto a mão do Fernando Henrique, o que eu estou dizendo para ele? Explicando para ele que tem um anexo, que é do movimento de remanescentes de quilombos, está ali anexo ao documento, que é parte de nossas reivindicações, que eles fizeram um encontro em Brasília, então é parte, anexamos, e que eu queria falar. Ele disse que eu podia falar. Aí não tem um microfone. Aí você vai ver que eu me afasto e falo assim sem microfone. Falo para ele, digo quais eram as entidades que estavam participando do processo, aí não cito Benedita, não faço a menor referência à Benedita. Ela estava sentada assim, toda bicuda, na frente e não faço referência à Benedita. Tanto que quando o Fernando Henrique vai me responder, ao representante, porque ele não vai nem citar meu nome, quem pegar a fala de Fernando Henrique vai ver que é uma resposta a alguém, a algo que ele ouviu anteriormente. A primeira pessoa que ele cita é Benedita da Silva. Porque ele percebeu que eu não citei a Benedita, que estava com ele no avião. Não citei a Benedita. Aí o documento foi entregue, e eu preocupado porque não tinha imprensa. E outra coisa que eu estava preocupado era com o protocolo de entrega do documento. O Sérgio então, depois

dali, ali mesmo no terceiro andar, o Sérgio na sala dele me diz assim: “Não precisa protocolar. Documento entregue na mão do presidente da República está entregue.” Eu falei: “Não Sérgio, não está entregue. Não está entregue porque eu vou sair agora lá fora e Deus...” Já tinha ido embora todo mundo. Olha o que meus adversários vão dizer que eu fiquei dentro do Planalto negociando com Fernando Henrique Cardoso, imagina. Negociando protocolar o documento. Eu falei: “Eu só saio daqui com o documento protocolado.” Ah, foi uma correria. Eu falei: “Não. Não posso.” “Edson, eu asseguro.” Eu falei: “Não Sérgio. Eu não posso. Eu tenho que dar satisfação a um conjunto de pessoas e entidades lá fora. Está todo mundo esperando. Como é que eu saio daqui dizendo que entreguei um documento ao presidente da República e não tem um protocolo. A gente precisa protocolar isso porque a gente quer cobrar essas coisas.” Aí é que veio finalmente o protocolo. Aí que eu saio com o documento protocolado: e que foi entregue no Palácio do Planalto no dia 20 de novembro de 1995 um documento de entidades do movimento negro com um conjunto de reivindicações. Parece uma banalidade burocrática. Mas o que vai acontecer? Não era banalidade. Quando nós vamos fazer o vídeo, minha senhora, e vamos atrás das imagens, as imagens tinham sido apagadas. Olha que crime. Um crime isso. Vocês estão fazendo documentação, pois bem, quando vocês verem o vídeo vocês vão ver que é uma coisa rápida, eu entrego o documento... desaparece. A única coisa que nós conseguimos recuperar. Não tinha imprensa e quem gravou, a Nacional, apagou as imagens. Aí eu corri para fazer um projeto rápido, com o governo Cristovam para conseguir recursos para editar separadamente. Por isso que eu digo, vou mandar para vocês, é um documento histórico da maior importância. Porque eu falei: “Não. Nós temos que fazer um documento.” Aí fizemos cinco mil exemplares. Você vai lá, apoio: BRB, que vai estar lá. E distribuímos gratuitamente para todo mundo, são cinco mil exemplares, e vamos correr então para fazer o vídeo da Marcha. Porque não tinha como, senão ia ficar como se a Marcha não tivesse tido. A cobertura da imprensa foi pífia, foi terrível. TV e rádio sempre dão mais, mas a imprensa escrita, ela faz tudo para boicotar, e aí você teria ficado sem. Então foram essas tensões. E hoje, é claro, muita gente que boicotou a Marcha até diz que estava lá, tem gente que diz que é um marco histórico, não sei o que, mas... é uma turma que fez o possível para não rolar. Mas rolou e rolou com muita força. E dez anos depois, quando a gente anunciou a Zumbi +10, quem esperava um vespeiro daqueles? E anunciando, e deixando claro que a marcha não era contra ninguém, a marcha era datada: se fez dez anos atrás, tem dez anos. Por que tem Santiago +5, não sei o que, e não vai ter Zumbi +10? Beijin +15, não sei o que... Zumbi +10, qual é o problema? Aí começou uma história do PT. Era outro PT já. “Marcha não.” “Como marcha não?” “Se não houver hegemonia do governo, não tem marcha.” Isso eu estou inventando? Não. Reunião em Porto Alegre, havia testemunha da reunião. Matilde, Ivanir, Flavinho, aí eu rompo com o Ivanir, durante o Fórum Social Mundial se reuniram para avaliar, porque nós conseguimos colocar uma oficina da Marcha no Fórum Social Mundial. E eles preocupados com isso. A Marcha estava crescendo. O Fórum Social foi no ano de 2004, dezembro de 2004. A gente

já estava com oficina sobre a Marcha, e eles preocupados. Aí teve uma reunião. Tinha uma moça da Articulação de Mulheres na reunião, dentro da reunião, que até ela ser identificada eles falaram, quando ela foi identificada acabou a conversa. A conversa era nesse nível, de precisar impedir a Marcha. “Mas não pode mais impedir porque a Marcha já tomou corpo. Então a gente tem que hegemonizar a Marcha.” Hegemonizar para eles é sinônimo de controlar, que na verdade não é do dicionário político isso, é do dicionário do ativismo. Hegemonia é uma coisa, hegemonia não é controle. Mas eles entendem assim. Aí vieram para controlar e aí foi aquela luta.

V.A. – Não entendi a história da moça.

E.C. – Porque eles estão em uma reunião. Eles foram para o Fórum Social. E fizeram uma reunião a parte. Nessa reunião não estavam só essas pessoas que eu citei. Havia outras pessoas. Está sentada lá uma pessoa que não era deles, mas ela era do Conselho da Seppir. Então ela estava sentada. Então eles estavam falando assim abertamente o que eu estou falando. Quando ela foi percebida na sala, e o pessoal falou assim: “Mas quem é essa pessoa?” “Essa pessoa é fulana de tal. Ela é da Articulação.” Aí mudou de assunto.

V.A. – Ela era da Articulação da Marcha Zumbi +10?

E.C. – Exatamente. Aí parou a reunião. Aí foi que nós ficamos sabendo.

V.A. – O senhor nem estava nessa reunião?

E.C. – Não. Eu nem estava. Uma conversa crua dessas, isso aí eles estavam falando entre eles: Flavinho, Ivanir, Matilde, uma ministra se dando a um desrespeito desse, dizer que o movimento social não pode fazer o que o movimento social quer. Como é que um governo pode dizer a um movimento social o que ele vai fazer? Ele não pode. Agora, aí começaram a criar o que para boicotar a Marcha? “A Marcha é contra Lula.” Mas em que momento eu disse isso ao Luís Dulci? Eu fui ao Palácio do Planalto três vezes dessa vez, porque, ao contrário do Fernando Henrique, que colocou o Sérgio Amaral – para vir a saber a importância do Sérgio Amaral é só saber que ele foi daí para Paris, que é um lugar que todo mundo no Itamaraty quer ir. Portanto ele devia ser um quadro importante de governo. Foi

ele que foi negociar com a Marcha de 95. Nos deu rasteira na coisa da comunicação, é verdade. Mas, no mais ele cumpriu tudo. Mas e o governo Lula mandou quem negociar com a gente? Ninguém. Em nenhum momento. Eu fiz os ofícios em papel timbrado do *Ìrohìn*, contando o que era a Marcha e o que estávamos solicitando, com mais de 50 dias de antecedência. Qual eram os assuntos, fiz ao ministro da Justiça, fiz ao presidente da Câmara, ao presidente do Senado, enfim, era o meu papel, como um cara que está na secretaria da Marcha, o *Ìrohìn* era quem estava secretariando a Marcha, encaminhar as solicitações em Brasília. Nada de resposta. Aí como eu fui do PT / DF, e algumas pessoas do PT / DF trabalham na equipe do Dulci, eu procurei uma pessoa, a professora Lúcia Ivanov, que é um quadro do PT e que estava trabalhando com o Dulci. Falei para ela: “Lúcia, você me conhece há muitos anos. Eu não sou do PT desde 87, mas eu jamais ia reunir pessoas apenas para vir a Brasília falar ‘fora Lula’. Isso não existe. Isso é uma calúnia. O que nós queremos é entregar um documento ao presidente da República, como fizemos com o Fernando Henrique, e cobrar políticas públicas.” Aí ela acertou que eu falasse com o senhor Geraldo Magela, chefe de gabinete do Dulci que estava viajando com o Lula na Europa, o Dulci, e o Geraldo Magela me receberia. Aí eu fui, levei os panfletos que a gente já tinha feito da Marcha, levei toda a documentação, levei os jornais do *Ìrohìn*, levei tudo e falei para ele: “Senhor Geraldo Magela, é isso que é a Marcha. Está havendo isso, isso, demonização da Marcha para impedir que a gente fale com o presidente...” Ele perguntou sobre a Seppir. Eu falei: “A Seppir? A Seppir é que alberga esses grupos. É ela que está dando força a esses grupos.” Ele ouviu, tomou nota de tudo durante uma hora, me deu o cartão, ficou com o cartão e me disse: “Edson, me faça um outro ofício então, direto para o Dulci. Vou lhe dar o e-mail e tal.” Mande. Fiquei mais tranquilo, falei: “Vai rolar.” Nada, nada. Aí demorou, demorou, já faltavam uns 15 dias, e todo mundo querendo saber: “Edson, cadê o cronograma, cadê a programação?” Aí você sem nada. O ministro da Justiça me respondeu por telefone, através de uma funcionária, dizendo que o ministro não ia responder, quem ia responder era o funcionário tal. Eu falei para ela: “Olha, por favor, me mande isso por escrito, por e-mail, porque eu tenho que dar satisfação às pessoas.” Ela caiu na asneira e mandou por e-mail. Aí que a gente vai fazer aquela manifestação na porta do Ministério da Justiça. Ou seja, depois de segurar um ofício mais de 40 dias, responde que quem vai responder é um funcionário subalterno. Isso em uma marcha que é pelo direito a vida e está falando dos assassinatos das pessoas negras e da intolerância religiosa, temas todos vinculados ao Ministério da Justiça. E eu explicitava no ofício sobre o que a gente ia falar. Porque você tem que dar um tempo de defesa institucional. Você não chega na porta de uma instituição dizendo: “Eu quero ser recebido agora.” Você tem que avisar a instituição com a devida antecedência, dizer quais os temas que você pretende tratar, para que a instituição inclusive possa dizer: “Olha, isso que você veio tratar...” Aí você tem as suas defesas, você tem a sua documentação. A gente tentou fazer tudo de maneira respeitosa, e não chegar na porta: “Eu quero entrar. Vou dar pau.” Não é nada disso. Foi uma tudo com papel timbrado, tudo direito. Aí, quando Dulci chegou, passou tempo,

faltavam 15 dias, nós recebemos então por escrito uma convocação do Dulci urgente, com o carimbo de urgente, para ir ao Palácio do Planalto. Aí eu fui e levei a Ana Luíza Flauzina do EnegreSer. Não queria que essa conversa não tivesse testemunha. Aí fui com ela. O EnegreSer, junto com o *Ìrohìn*, ficavam com tarefas de secretaria da Marcha em Brasília. E ela é colaboradora do *Ìrohìn* também. Aí nós fomos, e quando eu chego lá, para minha surpresa, o Dulci vem receber na porta, super amigável. O Dulci me conhece desde os anos 80. Quando o Ceert fez um programa de oportunidades iguais para todos na prefeitura de Belo Horizonte no governo Patrus, o Ceert me chamou para ficar com a parte de Educação, e eu fiz várias palestras, eu falei para mais de 800 professores durante alguns meses, do trabalho desse projeto do Ceert que foi feito com a prefeitura de Belo Horizonte. E quem era a pessoa que tratava disso? O Dulci. Então ele me conhecia. Me conhecia de Brasília de quando ele foi deputado federal nos anos 80, ainda no meu período de PT. Então não era uma pessoa estranha. Então ele veio, me recebeu na porta: “Oi, estai, tudo bem, e tal...” Quando a gente entra, quem está lá? Matilde Ribeiro e dois asseclas dela da Seppir, estão sentados lá no sofá. Então não seria uma conversa entre a gente e o Dulci. Ok. Conteí tudo para ele. Tudo o que estava acontecendo. E disse para ele: “Eu acho muito estranho esse medo. Por que esse medo de uma manifestação de movimento negro? E quero lhe avisar, eu estou viajando dois anos porque durante dois anos eu viajei por aquela marcha], eu estou viajando o Brasil inteiro por conta dessa Marcha e nunca ouvi de ninguém que viria a Brasília fazer manifestação contra o presidente da República, desestabilizadora do presidente. Aliás, boa parte das pessoas que virão para a Marcha são eleitores do Lula. Então eu não compreendo por que o governo não quer, com uma data histórica, uma marcha que se remete... receber o movimento social e entregar um documento.” Aí ela perguntou, a Matilde, se tinha alguma coisa da Marcha para ela. Eu falei, “Não. A Marcha quer conversar com o presidente da República.” Outra coisa que ela me perguntou e disse que eu tinha o direito de não responder: “Edson, quantas pessoas vocês estão esperando para a Marcha?” eu falei: “Umas trinta mil pessoas. Estamos trabalhando para isso.” Pois bem, foi só o que ela me perguntou, se tinha alguma demanda para ela. Eu falei: “não tem” e não tinha. Eu não tinha nenhuma demanda para a Seppir. Foi só o que ela falou. O Dulci disse: “O presidente tem recebido Contag, MST, o presidente tem recebido. Como vai ter duas marchas, eu me comprometo a falar com o presidente, eu estou indo com ele a Ouro Preto, a pessoalmente mostrar ao presidente que eu acho que ele tem que receber as duas marchas.” Foi o que o Dulci me disse. Eu falei: “Ótimo.” Saí de lá tranquilo e então tocamos o barco dessa maneira. Mas “receber que horas?” “Nós vamos estar respondendo isso...”. Chegou na véspera da Marcha e nada. No dia da Marcha, de manhã: nada, nenhuma resposta. Eu falei: “Putá merda.” Aí nós fomos para a rua. Agora, na concentração, que a imprensa veio, eu descasquei! Mas sabe o que é jogar pesado? Até que não era nem a minha intenção, mas eu falei: “É demais isso. Você está aqui agora na rua, trazer essas pessoas com essa dificuldade e não sabe se ninguém vai receber...” Eu sentei-lhe o cacete. Cheguei a dizer coisas assim: “Eu acho que o número dos partidos deviam ser uma centena

e não uma dezena, porque o do PT devia ser 171.” Cheguei a falar desse jeito. Isso no rádio, assim na TV, Rede Globo, mas esculhambei. Sabe o que é esculhambar? Eu falei: “Não é possível. Isso é desrespeitoso. Você está vendo aqui alguma faixa contra o presidente da República? As pessoas estão com as suas bandeiras. As pessoas vieram com bandeiras de movimento negro e querem cobrar do institucionais ações. Não ouve nada, nada. Tudo mentira. É claro que eles estavam ouvindo mídia, que eles estavam com os seus... Por que eu sei que eles estavam com pessoas lá durante a Marcha? Porque na hora de editar o jornal da Marcha, o *Ìrohìn* que fala da Marcha, todo dedicado à Marcha, o que eu observei? Que as fotos entram “Presidência da República”. Como tinha fotos da Marcha dos fotógrafos da Presidência da República, todos PR. Eu falei: “Mas por que esses caras estão fotografando a Marcha?” Tanto que eu botei na capa foto da Presidência da República para chamar a atenção das pessoas. E atrás, a foto do cara assim debruçado nas cruzes, que até botei um poema meu, eu botei “Presidência da República”. Então, fotógrafo da Presidência da República devia fotografar em princípio o presidente da República e onde ele vai. Mas estavam lá fotografando a Marcha. Então eu acho que eles estavam tendo uma idéia da dimensão da Marcha. No meio da Marcha, já tipo dez e meia da manhã, depois das pessoas fazerem manifestação no Ministério da Justiça, toca um celular. Ligaram para o *Ìrohìn*, a menina que trabalha no *Ìrohìn*, a Darlete me disse: “Edson, eles ligaram inclusive pedindo desculpas porque não tinham retornado antes.” Você acredita? Com a Marcha na rua? Você acredita em um governo desse? Pedindo desculpas por não ter retornado antes, mas que agora precisava falar que o presidente vai receber. E aí falaram que o presidente recebia e que o ministro da Justiça ia receber junto. Aí foi aquela vitória, arrancada ali na rua. Porque até o dia eles fizeram isso. Não tinha nada. Mas sabe o que é nada? Nada que pudesse dizer que nós estávamos a serviço do PSDB, a serviço do PFL, essas coisas tipo “fora Lula”, não tinha nada disso. Não tinha nada disso. E a gente sofrer o tipo de calúnia que eu vi sofrer, meses, de PC do B, de PT. Chegaram a dizer na Internet que o Bush tinha me dado 10 milhões de dólares para a Marcha. Chegaram a dizer que a Marcha era bancada pela Ford, o que vai provocar na Ford o seguinte comportamento: a Ford recua diante de compromissos que já havia assumido com o *Ìrohìn*, não para a Marcha, para o *Ìrohìn*, e a gente... veja que o jornal da Marcha só sai em janeiro porque a Ford não liberou mais nenhum dinheiro entre setembro e dezembro. Já que as pessoas ficavam na rua dizendo que a Marcha era da Ford. A Ford: “Opa.” E a gente passou a pão e água sem tirar o jornal inclusive por conta disso. Calúnias. “Você conhece o currículo de Edson Cardoso?” Era Milton Barbosa botando na Internet o Currículo de Edson Cardoso. Então, esse tipo de gente é uma gente tão pequena, lacaios na verdade, lacaios de PT, lacaios de CUT, lacaios de PC do B. Porque na verdade não são pessoas que tivessem a coragem de dizer: “Existe um debate político.” Nada. E aí eles fizeram a marchinha deles. Só de ônibus da Petrobrás eu contei uns 15 ônibus. Mas de Campinas. Você precisava ver que ônibus que eles levaram. O que eles não olharam foi o calendário da lua. Eles escolheram o 22, lua minguante. A chuva que eles pegaram em Brasília era de você morrer de rir. Não se via nem prédio na frente. Então eles tiveram que

interromper a Marcha bem em frente da Câmara e sair correndo porque a Marcha acabou. Eles não queriam fazer Marcha nenhuma. Eles não tinham nada.

V.A. – Agora, quando o senhor...

E.C. – Eles não tinham nada para fazer. Os documentos todos chupados dos nossos. Não existia, não existe lá um movimento negro. Lá existem pessoas negras em determinadas instâncias. O movimento negro estava no dia 16. Isso eu posso lhe assegurar. Pessoas que vieram com enormes dificuldades. Onde a gente conseguiu dinheiro? Um pouquinho na Sesi, um pouquinho na Fase, fontes que tradicionalmente apoiam o movimento. Mas tudo pouquinho assim: Action Aid deu cinco mil reais, que a gente fez o programa de rádio para convocar. Então assim tudo muito pouquinho, tudo muito chorado. Eu dei cheque para pagar palco, para só ter dinheiro depois, foi uma loucura para a gente ajeitar tudo e fechar tudo. Não tinha apoio nenhum, não tinha apoio de nada. E eles dizendo que a gente estava. Eu com 10 milhões de Bush... primeiro que eu aceitaria os 10 milhões, para começar. Com dois milhões eu montava a melhor gráfica de Brasília e *Irohìn* estaria sendo rodado em uma gráfica própria. Eu não tenho nenhuma dúvida de que aceitaria. Então chegaram a dizer coisas desse tipo. E eu com minha história de vida. Aí você vê como as coisas são. Mas, mais uma vitória. Lula recebeu e eles lá de cabeça baixa, todos os dois, você pode olhar nas fotos, Dulci e Matilde com a cara deste tamanho. E a gente com um sentimento de vitória total em poder dizer para o Lula o que a gente disse. Levamos uma hora com o ministro da Justiça, que ouviu assim, ele bota a mão em baixo do queixo, ficou uma hora ouvindo tudo o que ele tinha que ouvir sobre intolerância religiosa e sobre assassinatos de pessoas negras. Ouviu tudo que ele tinha que ouvir. E o Lula lá tomando nota bonitinho do que vai fazer, vai não sei o que, e a gente entregou o documento e foi embora todo mundo em paz, tranqüilo voltou para as suas casas.

A.P. – Teve imprensa e foi protocolado?

E.C. – Imprensa, nós pedimos fotos. Aí entrou rapidinho e pá, pá... São essas fotos que a gente fez circular.

V.A. – Agora, o senhor disse que ficou dois anos lutando por essa Marcha...

E.C. – Foi. A Marcha foi uma construção penosa.

V.A. – E nessa construção teve uma conversa com a Seppir para poder fazer essa Marcha junto?

E.C. – Veja só, nós, na primeira reunião, meu primeiro anúncio público da Marcha, foi em uma reunião convocada pela Seppir. A Seppir convocou pessoas do movimento negro, bem no início, para discutir o formato do Conselho. Isso era, mais ou menos, maio de 2004, abril de 2004, por aí. Então era a primeira reunião em que eles tinham um formato de conselho e chamaram várias pessoas de movimento negro. Me chamaram e eu fui sem nenhum problema. Então foi no auditório do Ministério da Cultura. Quem estava de movimento negro? Sueli Carneiro estava, estava Flavinho, tinha MNU, uma série de pessoas que não eram da Seppir convidados, todo o *staff* da Seppir, todo mundo. A Matilde falou e disse que ia sair para deixar a gente trabalhando, vendo, analisando a proposta que eles tinham de Conselho. Eu me inscrevi e pedi a ela para só sair depois da minha fala, que eu tinha uma coisa para falar. Aí falei da Marcha no ano seguinte. Falei: “Como aconteceu muita briga há dez anos atrás...” O que eu queria chamar a atenção? “Essa Marcha não é contra ninguém. Quero já avisar aqui. E eu acho que quem está no institucional vai se beneficiar de pressão que se faça.” Você faz pressão, você beneficia quem está institucionalmente instalado.” Então deixei isso claro ali, público, para todo mundo. Para não haver dúvida, chamei Sueli Carneiro de testemunha, procurei Gilberto Leal que estava sentado bem do outro lado: “Gilberto, você poderia almoçar comigo?” Gilberto é um comandante da, como é que chama? Da Conen e é um homem forte na Seppir, só que invisível, não aparece. Aí fomos almoçar, eu, Sueli Carneiro de testemunha e Gilberto Leal: “Gilberto, aconteceu isso e isso das outras vezes, a gente está preparando uma Marcha e a gente queria contar com todo mundo. Queria inclusive que você, como da Conen, participasse dessa articulação.” “É, nós vamos ver isso e tal.” Com essa antecedência. Em 2004. Quando a gente começa as primeiras articulações ficou claro que eles já estavam detonando a Marcha.

V.A. - Quando o senhor falou na plenária o que a ministra Matilde falou?

E.C. – Ouviu, prestou atenção, disse “sim”, e se retirou. Não fez nenhum comentário que não achava bom. Mas eu, por precaução, é isso que eu digo: “Eu já aprendi muito. Já estou

com 56 anos.” Eu já sabia que a eles não interessava mobilização. Olha o que aconteceu: nós poderíamos ter dito às pessoas: “Quando passarmos na Marcha em frente da Seppir, vamos vaiar a Seppir.” Nunca, em nenhum momento a gente se desviou do foco que era: Presidência da República, Ministério da Justiça, é lá que nós estamos indo. Então veja bem, toda aquela tensão de chega ônibus, teve acidente com um ônibus de Pernambuco, a gente fica com aquela preocupação toda. Quando você chama pessoas do Brasil inteiro, e pessoas negras que vem com dificuldades, em ônibus precários, você fica sempre com uma certa tensão de responsabilidade, sobre o que pode acontecer. O país é imenso. Você sempre fica tenso com esse momento. É um momento muito tenso. Então naquele início ali tenso e tal, a concentração estava a alguns metros da Seppir, porque a gente concentra em frente a Catedral e a Seppir é logo o primeiro bloco dos ministérios. Pois bem, a Marcha passou pela Seppir e ninguém nem levantou a cabeça. E me disseram que eles estavam todos pelo vidro olhando, os funcionários, todo mundo olhando, viram para a janela olhar. Passou, ninguém falou nada, ninguém disse uma palavra. Eu acho isso significativo. Eu acho significativo que entidades do movimento negro – tinha mais de cem entidades presentes – tenham passado pela Seppir como se ela não tivesse nenhuma importância. Eu acho que é um julgamento. E eu acho que o governo Lula está lendo isso, porque alguma coisa me diz que a Matilde só vem perdendo força institucionalmente. Observe o que está acontecendo para não parecer uma interpretação que eu desejaria que fosse assim: Matilde anunciou uma conferência o ano passado, disse que ia tirar um plano, até agora, o governo está acabando, e não tem plano nenhum. Nada. Anunciou o plano para Salvador com o Lula presente. O Lula foi a Salvador e não rolou.

V.A. – Que plano?

E.C. – Seria o plano de combate do governo Lula, finalmente, com base na Conferência se faria um plano de políticas públicas.

V.A. – A Conferência do ano passado?

E.C.- A Conferência que eles fizeram no ano passado, jogaram aquele dinheiro todo. Nada rolou. Santiago +5 está mais para não rolar do que para rolar. E tem esse evento internacional em Salvador que reúne os países africanos e intelectuais da diáspora e tal. Vamos ver como é que ele vai sair. Mas o Itamaraty está a frente. Mas a Matilde, eu vejo ela perdendo força em relação ao governo. Então, naquele dia, sem que aquilo fosse

resultado de uma palavra de ordem, de uma orientação de comando, nada, não houve isso, as pessoas simplesmente seguiram para os seus objetivos com alegria, com música, com tudo. Quem participou que pode dizer para vocês. Foi uma coisa muito bonita a Marcha, muito tranqüila, de vitória, uma coisa feita com muita dificuldade que você chega ali e fala: “Só por chegar já é uma vitória.” Um sentimento muito bonito. Quem viu, quem participou sabe que não se trata de uma interpretação distorcida. E acabou agora. Tem gente que não entende a dinâmica de movimento social: “Pois é, fica fazendo marcha para quê?” Sabe o que eles entendem? A gente faz marcha para conseguir emprego no governo? Não. A gente faz marcha para pressionar o governo por políticas. Movimento social faz esse esforço e depois se dilui. Por isso que ele é movimento social. O MST não é um movimento social, é uma organização. Por quê? Ele faz uma marcha, tem um comando, tem dinheiro, continua mobilizado, não é assim? Faz pressão. Não é movimento social. Movimento social, quando ele faz uma manifestação dessa é um esforço tão grande para isso no movimento social, que logo depois, atingido aquele objetivo de entregar, você tem refluxo natural das coisas. Você não vai no dia seguinte falar: “Gente, agora vamos marcar uma reunião.” Vão falar: “Edson, reunião como?” Não é assim, não é todo dia, isso não rola assim. Movimento social tem uma dinâmica própria. Observe que a Anampos⁸, que é aquela articulação que está por trás da criação do PT, então você tinha a Anampos...

E.C. – ...Do movimento social. Então esse era o desejo: “Nós vamos ter um partido e vamos ter duas centrais, uma central sindical e uma central de movimentos sociais.” Eles conseguiram criar a CUT, mas a tal central de movimentos populares não existe. Por quê? Porque eles nunca entenderam a dinâmica do movimento popular. A dinâmica do movimento popular não vai se submeter a uma central controlada pelo Partido dos Trabalhadores. Isso não existe. É outra dinâmica no movimento popular. Você tem aquela reivindicação, você trabalha em cima daquilo, você trabalha aquilo e depois você mantém. Não é algo que fique. O MST se descola de um mero movimento social e vira uma organização política com recursos próprios, com recursos para bancar dirigentes, para bancar escola de formação, para mandar uma pauta permanente, quadros profissionalizados... É uma outra coisa. Movimento social não é assim. “Ah não Edson. Agora não vai dar bicho.” É isso que é movimento social. Tem uma outra dinâmica.

V.A. – Isso que eu queria perguntar. Mesmo antes, na Marcha de 95, o senhor disse que foi para São Paulo, foi para vários lugares do Brasil.

⁸ Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais.

E.C. – Eu faço propaganda.

V.A. – Pois é. E os recursos? Porque uma das coisas que a gente...

E.C. – Isso. Veja só, agora para mim foi bem mais fácil por quê? Porque agora nós tínhamos o suporte de uma ONG, o *Ìrohìn*. Veja bem, eu tenho o *Ìrohìn*. Ele tem um projeto, esse projeto inclui passagens, eu tenho o meu projeto. O *Ìrohìn* jogou tudo que tinha na Marcha. A gente jogou pesado. A gente sabia que se a gente não joga... Você vê o jornal. O jornal chegou a sair com 48 páginas. Nosso jornal a gente quer com 32 páginas, porque a gente sabia que tinha que a tender a Marcha, dar prioridade a Marcha. Quando eu coloco hoje o número 6, que é o número de retorno que é a reunião que a gente fez em Brasília, que eu esqueci de te falar. Essa reunião, nós pegamos dinheiro da Ford, para essa reunião...

V.A. – Qual reunião?

E.C. – Reunião de agosto de 2004, que está toda documentada no *Ìrohìn*. Para essa reunião nós chamamos todas as forças para uma avaliação de 95 até aquela data e a proposta da Marcha. Então você vai ver lá quem estava na reunião: Frei Davi, que depois vai ficar contra a Marcha, Ivanir, que vai ficar contra a Marcha, todas as forças. Tinha um Frei mas tinha mãe-de-santo, Mãe Beata. Tinha deputado, Luiz Alberto, que vai ficar em cima do muro; Paim, senador, tinha representante político; tudo que era ONG, tinha juventude, tinha hip-hop, reunimos 40 pessoas. A reunião nos custou trinta mil dólares. Onde? No Hotel Manhattan com filmagem, ela está toda filmada e gravada, com relatório profissional, todas as fitas, porque eu me preveni. Eu disse para você, eu aprendi. Então nós fizemos uma reunião onde cada entidade pudesse avaliar o que aconteceu no movimento negro de 95 para cá e a proposta da Marcha. E a visão é unânime dos avanços que o movimento negro teve: interiorização, novos agentes, não sei o que... e: fundamental a existência da Marcha por pressão. Todo mundo acordou. O problema é depois dali. E o que faz a reunião? Designa o *Ìrohìn* para ficar responsável por tocar a proposta. Está tudo documentado. Não é “Edson saltou na frente.” Por que designaram o *Ìrohìn*? Designaram o *Ìrohìn*. O *Ìrohìn* pega e vai fazer. Só que a partir da reunião, e começam a coisa da Ford, a Ford não dá mais um tostão para a Marcha. A gente então vai fazer o quê? A gente vai usar dinheiro do jornal

e aí nós vamos pegar então essas agências que tradicionalmente já financiam o movimento. Aí nós vamos procurar Action Aid, a Kherr do Brasil, a Fase, Sesi... São esses pequenos projetos que vão dar sustentação fundamentalmente a essa coisa. Aí eu me lanço de corpo e alma na proposta. Então não tem nada escondido. E outra coisa, tudo prestado conta. Eu tenho cópia de todas as prestações de contas.

V.A. – E antes, em 95? Como é que o senhor conseguia viajar?

E.C. – 95 é diferente, até de ônibus eu viajei. Em 95 eu tinha uma vantagem. Primeiro, 95 eu estava com a possibilidade, eu tinha um trabalho no GDF, fui chefe de Gabinete do Florestan Fernandes de 92 a 95, ganhava muito bem. Nesse período que eu fui chefe de Gabinete do Florestan de 92 a 95 eu tinha vínculo com a Universidade de Brasília, professor de 40 horas, de leitura em produção de textos, durante três semestres, que era o período que você como professor substituto podia dar aulas. Então com o Florestan eu tinha toda a liberdade de organização de movimento negro: passagens para o MNU, para a executiva? Todas do Gabinete de Florestan. Não tinha problema nenhum. Florestan sempre foi generoso com isso. E me dava toda a liberdade. Quando mataram Hermógenes e Reinaldo aqui, eu liguei para Florestan na mesma madrugada. A gente nunca chamava ele de deputado, e ele também me chamava de professor: “Professor aconteceu isso, e isso, e eu vou precisar ir com passagens do Gabinete para o Rio de Janeiro.” Tinha passagens, quem controlava era eu. Ele falou: “Edson, para essas coisas você não precisa me ligar. Você tem que ir mesmo.” Aí eu já amanheço aqui como membro da executiva do MNU para acompanhar o enterro aqui no Rio de Janeiro, no assassinato de Hermógenes e Reinaldo. Então tínhamos essa facilidade, quando eu fico com Florestan. 31 de janeiro de 95 encerra o mandato dele e eu vou para onde? Eu vou para o Arquivo Público, atendendo inclusive solicitação de jornal. Aí eu vou para a parte de edição do Arquivo Público.

V.A. – Arquivo Público do DF?

E.C. – Do DF, como pessoa contratada para trabalhar no setor de edição. Quando eu estou no Arquivo Público, um colega meu que foi professor do Marista comigo, o Cléber, que é uma pessoa importante do PT lá do Distrito Federal, montou um grupo de professores da rede vinculado ao Gabinete do secretário de Educação, era governo do PT, onde essas pessoas iriam pensar a escola de aperfeiçoamento de professores, do corpo docente da rede pública. E eles queriam alguém que fosse bastante crítico, que fosse professor e que não

fosse da rede, para ficar dentro do grupo servindo, digamos assim, como crítico das coisas que vão acontecer. Pois bem, aí eu passo do Arquivo Público para uma assessoria ao secretário de Educação, para participar desse grupo de trabalho. E aí, no grupo de trabalho, eu coloquei a coisa da Marcha para eles. E aí, o que vai acontecer? Meu ponto eu assinava em casa em 95. Vou ter uma série de regalias porque, ao mesmo tempo que eu participo do grupo, eu fico desobrigado de fazer uma série de tarefas cotidianas, que você tem que cumprir no seu trabalho todo dia. Eu era um consultor que podia pegar o resultado da discussão e emitir a minha opinião. Aí eu fico livre para construir a Marcha de 95. Devo a isso. Senão não teria. E tinha o meu salário. Senão não teria sido possível. Aqui não, aqui eu já tinha uma ONG, aqui eu tinha um jornal, tem outras coisas. Aqui você tinha apoios. As ONGs hoje têm outro *status*, aí era possível fazer e isso foi feito sem nenhum problema.

A.P. – Então, você falou em vitória, e eu fiquei pensando aqui que até outros entrevistados já disseram que você seria a pessoa ideal para dar um depoimento sobre a tramitação da Lei 10.639. E aí você falou que foi assessor do Ben-Hur Ferreira, você podia falar...

E.C. – Essa minha coisa de Parlamento é interessante que eu vou mandar para vocês também, que é uma separata que nós fizemos no Gabinete do Florestan, um episódio que é anterior a isso que eu acho que vale a pena vocês registrarem: o Florestan estava se sentindo muito doente, ele estava muito doente. Florestan fez uma cirurgia e é possível que no final de 68, 69, ele fez uma cirurgia e ele acha que colocaram sangue contaminado nele. Ele acha isso, tinha consciência disso. Ele só se deu conta que estava com essa hepatite tipo C, quando ele não tinha mais fígado, com um estado de cirrose bastante avançado. E ele achava que o contágio era daquela cirurgia que ele fez em um período muito duro. Então o quadro dele nos três anos em que eu fui chefe de Gabinete não era nada bom. Nós tínhamos que cercar Florestan de muitos cuidados. Muito disciplinado, ele era o primeiro a chegar na Comissão de Educação. Para vocês terem uma idéia, a carteira de identidade de Florestan só tinha o nome da mãe, Maria Fernandes. Não tinha o nome do pai. Florestan é filho de uma empregada doméstico e com seis anos ele já engraxava sapatos. E ele manteve essa fidelidade de classe. A questão racial também tem um envolvimento muito afetivo, não era só intelectual, como acontecia com o Brizola também. Eu soube de um detalhe da biografia de Brizola no Sul que me esclareceu algumas coisas. Eu sempre fiquei procurando saber por que Brizola tinha essa preocupação com a questão racial. Claro, você pode dizer: “Nem tanta.” Mas tinha alguma. O que Brizola fez com Abdias é um caso estranho porque Abdias nunca se elegeu. E Abdias não foi o primeiro suplente, ele era o segundo suplente. Ou seja, você ter que deslocar duas pessoas para dar integralmente um mandato a uma pessoa. Isso que é um compromisso político. E Abdias fica então quatro anos no Congresso fazendo aquele mandato extraordinário que ele fez como deputado, que é um mandato

belíssimo. Então você veja só, eu queria saber por quê. E no Sul o que eu fiquei sabendo? Quando Brizola vem jovem e pobre do interior para Porto Alegre, na adolescência, 13, 14 anos, quem acolhe Brizola, quem ajuda Brizola é uma família negra. Esses detalhes biográficos que envolvem afetividades, esse tipo de ajuda, às vezes permitem que a gente entenda certas coisas. No caso do Florestan, e Florestan estava muito disposto, nós almoçávamos três dias da semana juntos, quando ele estava em Brasília. Porque eu tinha que acompanhá-lo. Foi até bom para mim, que é o período em que eu estou deixando de fumar e o restaurante era um restaurante natural. Foi muito bom para mim esse período que eu era obrigado a comer uma comida que normalmente eu não comia. E durante o almoço, nós conversávamos, e ele se interessava muito por conversas que levassem ao passado. Ele estava com a memória muito lúcida de tudo, e o que ele me contou me dá uma pista de que nesse período de infância difícil, de precariedade, de necessidades, onde ele morava em São Paulo? Havia uma vizinhança negra. E aí essas solidariedades dessa convivência marcaram profundamente Florestan. Eu acho assim que há coisas que vêm da análise intelectual, há prioridades que você define pela sua opção política, mas eu acho que há prioridades que são resultados de certas coisas que marcam você. E eu estou dizendo isso porque Florestan foi uma pessoa extremamente comprometida, e eu tive a prova disso na forma como ele me apoiou durante esses três anos. Nesse período do mandato dele, o setor conservador puxa uma reforma da Constituição. Que não foi anunciada nas eleições, não era uma coisa que o eleitor tivesse se comprometido ao votar naquelas pessoas, que iam fazer uma reforma na Constituição. E o PT então se manifestou contra, disse que não ia apoiar uma reforma da Constituição já que aquele não era um Congresso para fazer isso. Aí Florestan, sabendo como ele estava, Florestan disse o seguinte: que ele devia uma coisa aos negros. E o que ele faz? O período da LDB o Gabinete vivia cheio de pessoas da educação, o tempo todo. Era a grande base do Florestan, professores, pessoas da área de educação. Todo mundo disse: “Se vai ter reforma, a gente tem emendas.” Então tinha uma série de emendas. Florestan não apresenta, porque o PT decidiu: “Nenhuma pessoa do PT apresenta emenda constitucional.” Aí Florestan afastou todas menos uma, que ele fez do punho dele, lá sentado como ele fazia. Porque o artigo da *Folha*, a gente que mandava para a *Folha* toda a segunda feira lá. Então a gente aprendeu rapidamente a ver a letrinha dele, ainda não era computador nesse período. Era uma máquina super moderna que a Câmara tinha, mas não era computador. Aí depois ele revisava o texto. Quando passava três, quatro linhas ele falava: “Eu não corto. Você corta e depois eu vejo.” Não gostava de cortar. E ele, com a letrinha dele, já quase que dava o número de linhas da *Folha*. Às vezes faltava uma, faltava duas mas era detalhe. Aí ele com o punho dele propôs um capítulo à Constituição, dos negros, assim como tem dos índios e apresentou. Ah, o Partido... Aí ele fez uma carta à direção do Partido e na carta ele alega uma razão de consciência. Veja bem, Plínio já tinha alegado razão de consciência porque ele era muito igrejeiro, para não votar a favor do aborto. Então a bancada ia votar e ele falou que ele não e alegou razão de consciência, o Plínio de Arruda Sampaio. Florestan eu acho que é um caso raro, alguém alegar uma razão de consciência para desobedecer o

Partido em uma questão como essa. Ele falou que alegava uma razão de consciência. Por quê? Para ele a luta pela democracia no Brasil, por uma sociedade democrática, justa e tal, passava prioritariamente... a carta é linda. Eu estava fazendo um ofício comum para ele assinar, se eu colocasse a palavra sucesso, Florestan falava assim: “Prefira êxito. Sucesso é francesismo.” Então ele era muito ligado nas palavras. Estou dizendo isso porque nessa carta ele diz assim: “Prefiro a companhia fraterna do movimento negro.” É uma frase. Mas ele diz que desobedece, tem razões para isso, expõe as razões e apresentou a emenda. Como ele ia muito para São Paulo, começou a pressão do PT. Entregamos lá no lugar de entregar as emendas a emenda do Florestan. Aí começou das lideranças, perguntando se era o Florestan mesmo que tinha assinado. Porque eu era de movimento negro e eu poderia estar... Eu disse: “Quê isso? Que barbaridade é essa?” Começou uma pressão sobre o Gabinete, nojenta. Aí eu falei: “Professor o senhor tem que editar isso. É a última coisa que a gente faz no Gabinete. Tem que editar isso.” Então existe uma separata, eu vou mandar para você, que nós fizemos dez mil exemplares e que tem um discurso do Florestan, porque ele só discursava sem texto, ele não preparava discurso por escrito. Ele, digamos assim, chegava e falava as coisas. Ele tem uma fala nessa separata sobre o que significa consciência negra. Ele disse assim: “Por que o movimento fala de consciência negra?” É uma definição tão bonita, ele capta tão bem o que o movimento negro quer com consciência negra, que é uma beleza. Então a separata tem essas preciosidades, tem esse discurso, eu juntei tudo isso, e tem o texto na íntegra da emenda e tem a carta que ele fez para o Partido e que o Partido botou na gaveta. Aí eu botei dez mil exemplares dessa carta na rua. É lindo o documento, a gente tem o maior orgulho disso. Aí ele fez uma introdução e na introdução é uma homenagem que ele vai fazer a mim, ele agradece ao professor Edson Cardoso, seu chefe de Gabinete por insistir nisso, nisso e nisso, que eu estava certo porque ele tinha essa dívida com o movimento negro, chegou e fez um prefácio que é uma beleza. Essa separata foi editada e distribuimos dez mil exemplares.

V.A. – O senhor já tinha experiência nessa função parlamentar, legislativa?

E.C. – Não. Eu conhecia a Câmara, porque o primeiro discurso sobre a questão racial que eu fiz foi para um deputado que chegou em Brasília com 200 mil votos porque Lula tinha mandado votar nele, um deputado negro. Não sei se você se lembra dele, Djalma Bom, um sindicalista que se elegeu deputado federal pelo PT. Depois ele desapareceu, sumiu o Djalma Bom. Aí meu primeiro pronunciamento é de 20 de novembro de 84. Eu fiz um pronunciamento sobre o 20 de novembro para ele ler. Ele sempre se queixava, como ele me via lá com a Comissão de Negro do PT, ele se queixava: “Ah Edson, em São Paulo a gente não dá sorte com o pessoal que mexe com isso.” Ele tinha uma certa distância da Comissão do Negro do PT lá. Mas comigo, a gente se relacionava bem. Eu ia muito na Câmara

porque o PT - DF que eu conheci não era esse PT com dinheiro. O PT era pobre. Então, se a gente queria uma xerox, a gente ia na Câmara. Então a Câmara era um lugar onde a gente conhecia pessoas. Então prestava um serviço, às vezes um trabalho, tinha muito disso. E mudou muito. E no Gabinete de Djalma Bom eu conheci uma pessoa que trabalhava com ele. Aí disse: “Edson, a questão racial...” E eu insistindo. “Faça.” Aí eu fiz um pronunciamentozinho, uma bobagenzinha e entrou lá. Então eu já conhecia a Câmara, conhecia isso, mas nunca tinha exercido essa função. O Florestan, eu brincava muito com ele, porque eu tinha deixado o Marista em setembro, porque no Marista foi uma coisa muito triste. O Marista queria que a gente fizesse negociação sem o sindicato. E chamou no auditório essa discussão. O auditório do Marista tinha umas portas assim, que abriam e fechavam, e os alunos ficaram, botaram as caras para ficar vendo a coisa dos professores. Eu levei uma Constituição e disse ao diretor lá que propôs aumento de salário, que o Marista topava, mas sem o sindicato, sem a participação do sindicato. Aí eu levei a Constituição e a Constituição é clara sobre isso, essa negociação salarial tem que ter a presença do sindicato. Eu cheguei e mostrei a Constituição e disse: “Mas se eu obedecer a vocês para ignorar esse item na Constituição agora, qual é o outro item da Constituição que vocês vão me pedir amanhã?” E os alunos lá fora. O cara ficou sem graça. Eu falei: “Eu não aceito. Eu só aceito com o sindicato, negociação salarial com o sindicato.”

V.A. – O senhor era professor de Português?

E.C. – Professor de Literatura. Aí eu tinha onze turmas do segundo ano do segundo grau, mês de setembro. Um professor demitido de escola particular em setembro significa professor desempregado até fevereiro, porque ninguém contrata ninguém, não é? Aí eles mandaram me chamar alguns dias depois, me tiraram de sala inclusive: “Edson, nós não podemos ficar com um professor que não respeita a direção.” Ninguém falou nada, dos outros professores. Alunos se recusaram a receber outros professores durante dias. Eu tinha onze turmas. Mas os professores ficaram quietos, inclusive o sindicato, que não tinha nenhuma força junto às particulares. O sindicato só tem força com a rede pública, particular não tem força nenhuma. Aí passou e em dezembro o Marista aproveita e demite logo metade dos professores. Aqueles que não reagiram quando eu fui demitido, quando foi em dezembro botou muita gente para fora. Eu fiquei: “Deus do céu, o que eu vou fazer?” Aí é que eu edito *Bruxas, espíritos e outros bichos*. Edito um livro.

A.P. – Isso é em que ano?

E.C. – É 92. Edito um livro, que é *Bruxas, espíritos e outros bichos*, estou em um momento de militância super intenso, viajando, falando, porque eu sempre dei cursos e sempre fiz muitas palestras, esse é o problema. Eu faço muita oficina sobre a questão racial, o que é racismo... É por isso que, como ontem, eu venho para uma mesa, as pessoas vem me dizer: “É que você falando assim fica claro.” Eu digo: “Mas é porque eu falo isso assim há muito tempo.” Então eu já tenho uma certa didática para explicar as coisas porque isso eu venho fazendo há muito tempo. Olha, eu tinha duas crianças nenéns, e fiz livro e viajava para o lançamento do livro, muita gente ajudando no sentido de provocar um lançamento, vender o livro e tudo mais. Mas não estava dando, não dava para segurar as coisas e eu sempre trabalhei. Aí eu falei: “Puxa, como eu vou fazer?” Aí a minha companheira falou que tinha uma pessoa, olha que coisa engraçada que aconteceu, tinha uma pessoa, o nome dela era Regina também, que era uma senhora da Bahia e que ela botava búzios. Eu falei: “Eu vou. Não custa nada. Mas eu quero ir por uma coisa que eu estou sentindo.” O que eu sentia? Uma apelo para a militância crescente, crescente, e ao mesmo tempo eu estava vivendo uma dificuldade material, pondo a minha família em risco. O que era certo fazer? Porque o correto de você procurar o búzio é quando você está com, porque a estrutura do búzio é binária. Então o ideal é quando você consulta o búzio dentro de uma coisa assim. O que eu queria saber? Se eu continuo ou não continuo fazendo isso que eu estou fazendo porque eu estou sentindo que isso pode trazer prejuízo para esse universo, que afinal de contas tenho toda a responsabilidade nele. Aí a Dona Regina chegou, jogou os búzios e disse que sim que eu tinha que continuar. Isso era importante para toda a minha vida, que eu tinha que continuar fazendo aquilo que eu tinha nascido para fazer. Ah, eu fiquei aliviado, coisa boa. Aí ela falou: “Estou vendo uma outra coisa aqui referente a trabalho.” Eu falei: “Mas eu não queria trabalhão, não é trabalho.” Ela falou: “Não, não. Tem uma outra coisa aqui.” Ela falou assim: “Um homem branco vai lhe ajudar.” Eu falei: “Um homem branco vai me ajudar?” Não se passaram nem 15 dias e eu estava trabalhando com o Florestan. Quando eu contava isso para ele, ele morria de rir. Eu dizia assim: “Professor, os búzios disseram isso. Eu estou trabalhando aqui hoje, mas os búzios disseram.” Ele falava: “Não.” Ele dava risada, não acreditava. Mas isso aconteceu.

V.A. – Mas como foi o convite?

E.C. – Aconteceu porque como eu tinha contato na Câmara, a pessoa que estava no Gabinete do Florestan passou para a liderança do PT, para assessoria de não sei o que, e ia ter uma vaga no Gabinete do Florestan para chefe de gabinete. Aí eu fui e levei meu currículo. O que o Florestan achou, as questões que fizeram ele me escolher: primeiro a questão racial e ser professor, ser da área de educação. Então ele achou que tinha um perfil. E ele apostou nisso e o nosso relacionamento muito intenso, foi muito legal.

V.A. – Voltando...

E.C. – Deixa eu te falar, isso é importante porque é um episódio da Câmara que eu participei e que eu acho importante. Depois eu volto à Câmara quando o Paim ocupa a terceira secretaria, Mesa Diretora da Câmara. Então ele tinha o Gabinete dele com o pessoal, mas agora ele podia fazer outras contratações. Paim eu já conhecia desde 86 quando Paim chegou à Brasília com a Constituinte, se elegem Paim e Benedita, nós da Comissão do Negro fizemos um jantar de comida angolana para Paim e Benedita. Paim era mais cru. Benedita vinha do Rio e a questão racial era uma coisa que ela estava mais ligada. Mas Paim não estava ligado. E nós da Comissão do Negro nos colocamos à disposição para ajudar e tal. Eu fiz vários pronunciamentos para Paim de graça, sem nenhum vínculo institucional. Assim: “Edson, me ajuda...” E aí ficou uma relação. Eu fiz o *Raça e Classe*, botei coisas dele. Então havia um relacionamento entre nós. Ele me conhecia, sabia o que eu estava fazendo, sabia tudo mais. Então quando ele pegou a terceira secretaria ele me chamou para dizer que ele queria realizar uma coisa, que era ter uma pessoa de movimento negro na assessoria dele. Aí eu vou, inclusive fiz cartão e tudo depois que estava trabalhando lá, vou começar uma coisa que foi nova, inovadora na casa: assessoria de relações raciais. Porque até então o que a Câmara tinha? A Câmara tinha assessor de economia, assessor de agricultura, a liderança tinha tudo e todo mundo tinha assessoria, mas relações raciais não era visto como uma área para isso. Pois bem, Paim chega na terceira secretaria com uma negociação com a bancada, então ele já sabe que vai ter que dar cargos para isso, para aquilo, aí distribui os cargos para outros deputados. É toda uma negociação. Porque a mesa da Câmara tem força. E aí Paim então mostrou o organograma do que ele queria fazer. Aí apareceu lá assessoria de relações raciais. A liderança falou: “Não, essa assessoria não.” Foi uma briga para impor uma assessoria de relações raciais. E eu não era do PT. Eu tinha sido do PT. Olha que coincidência, terminei no Florestan e eu não era do PT. Inclusive quando o PT vinha me cobrar, porque o PT cobrava dos funcionários, Florestan falava: “Não. Eu sou do PT. Eu pago. O Edson não é do PT. Edson não está obrigado a pagar nada. Edson trabalha para mim, não para o PT.”

V.A. – Cobrar o dízimo?

E.C. – Evidente. Você estava trabalhando, tinha que pagar. Ele falava: “Edson não. Ele já contribui com o movimento negro. Não tem que contribuir com o PT.” Desse jeito que ele era: “Não. Ele trabalha para mim, não para o Partido dos Trabalhadores.” Aí lá ia eu agora

com o Paim. O Paim vem e me chama para isso. Aí eu peguei essa assessoria. O que essa assessoria vai trazer de positivo? Abdias não fazia isso porque tinha um assessor. Abdias fazia porque ele era um ativista do movimento negro. Então tem um mandato extraordinário na Câmara. Mas Paim vai fazer porque tem uma assessoria. Ou seja, montou-se na terceira secretaria uma assessoria para a terceira idade, para não sei o que, onde eu entrava de manhã com a obrigação, como eu era um cara que já acompanhava a questão racial, de entregar a ele um pronunciamento da questão racial, entregar a ele sugestões de projetos de lei sobre a questão racial. É claro que a coisa aí anda. Você vai ver as separatas que nós fizemos. Aí o tema foi sendo cotidianizado, ou seja, Paim falava todo dia. Aí você vai ver, eu acho que fiz para Paim mais de uma centena de pronunciamentos sobre a questão racial. Foi bom para mim porque desenvolvi a possibilidade de escrever sobre o tema com muita facilidade. É diferente de escrever um livro, de escrever uma dissertação. Era uma coisa ali, saiu agora, está no jornal? Eu tenho que responder agora, aqui e agora. Então isso foi muito bom. Aí o que a gente faz, qual é a marca desses dois anos? (Porque o mandato da terceira secretaria são dois anos.) A aprovação da Lei 9.459, que é desse período da minha assessoria, ou seja a criminalização da injúria. Então isso é desse mandato. E mais, a gente vai fazer um belo seminário que a gente fez um livro sobre discriminação nos meios de comunicação, em que a gente leva professores universitários, artistas globais, pessoal de governo... É um seminário de um dia inteiro com alunos de três faculdades de comunicação. É o *Meios de comunicação e diversidade racial*, tem um livrinho que eu organizei. Você vai ver lá, eu sou o coordenador do seminário. O seminário é iniciativa do Paulo Paim, mas você vai ver lá o crédito que ele me dá, o crédito está na separata, está lá: “Edson é o coordenador dessa iniciativa.” Vamos introduzir na casa uma coisa nova, que é isso de você fazer esse tipo de evento. Aí terminou esse mandato, vem o Ben-Hur que era um deputado negro que eu tinha conhecido em 87 quando eu dei o meu primeiro curso de formação em Campo Grande. O secretário de Educação era negro em Campo Grande em 87, ligado ao PMDB, eu escrevi agora um artigo lindo sobre a constitucionalidade das cotas, doutor Aleixo Paraguaçu. Ele é negro e era o secretário de Educação do PMDB em 87. e me chamou, me levou a Campo Grande para dar um curso, uma oficina. Essa oficina é onde eu conheço bem jovem essa turma: Ben-Hur, Carlos Porto, que depois foi ser secretário do PT de questão racial, todo mundo era muito jovem e eu voltei lá várias vezes dando cursos sempre. Aí Ben-Hur chega a Brasília e aí me convida para ser chefe de gabinete dele. Aí eu vou ser chefe de gabinete do Ben-Hur, que é uma gestão muito confusa porque Ben-Hur logo em seguida comete um erro louco, que é aceitar uma secretaria e me manda um suplente que não era negro, nunca tinha sido nem vereador, não conhecia a Câmara, para a gente fazer isto. Foi terrível para mim. A gente fez, mas é muito duro você pegar um parlamentar assim. E Ben-Hur só volta depois que deixa a secretaria no final do mandato. Então Ben-hur pegou dois espaços do mandato. Mas ainda assim o que eu acho pesamos, na aprovação do Artigo 14, porque é o Gabinete que vai espicaçar o Itamaraty para que o Artigo 14 seja uma ação do governo brasileiro para Durban. O reconhecimento

do Artigo 14 da Convenção Internacional pela eliminação de todas as formas de discriminação racial. O Artigo 14 é o que prevê uma instância de controle e fiscalização do cumprimento da Convenção. E o Brasil não tinha assinado o Artigo 14, não tinha aderido ao Artigo 14. Porque ele é pós-Convenção. Primeiro se fez a Convenção, depois é que se inclui esse Artigo porque se criou um comitê para fiscalizar se os Estados implementam ou não a Convenção. E mais, é nesse comitê, caso você tenha esgotado no país todas as denúncias de uma situação de discriminação racial. Vamos supor: você é discriminado agora no seu doutorado e aí você recorre a todas as instâncias e não consegue, esgotou as instâncias no Brasil, você pode se dirigir às Nações Unidas, a este Comitê. Então um Comitê dessa importância e o Brasil não reconhecia o Comitê. Então uma das coisas que nós fizemos no Ben-Hur era dar prioridade a massacrar isso aí e terminou que o Brasil reconhece com Durban, e finalmente reconheceu o Artigo 14. Outra coisa que no Ben-Hur foi importante: assim que eu cheguei, qual era a minha idéia? Eu falei: “Ben-Hur, acho que a primeira coisa que devemos fazer é ver quais os projetos que foram arquivados nessa legislatura. Porque pode ter coisa importante e a gente desarquiva os projetos.” Aí, quando eu olho, que projeto importante estava lá?

V.A. – ...Projetos que tinham sido arquivados.

E.C. – Isso. Aí, entre os projetos estava um que, na verdade, isso é preciso ser dito: Beato, o pai da Lucila, passou uma suplência no Senado, me parece que apresentou projeto de Educação, Paim apresentou, Abdias apresentou, Benedita apresentou, é importante recuperar as iniciativas outras porque revela que sempre foi uma preocupação do movimento esse resgate do passado. Falar de História da África, de História de Cultura Afro-Brasileira, isso não é uma coisa de uma pessoa, isso sempre veio por várias gerações de movimento. Então o movimento negro de Pernambuco entregou a Humberto Costa um projeto, em Pernambuco. Eu digo que entregou isso, porque ele diz isso na justificativa do Projeto. Então está o Projeto, mais um projeto introduzindo História da África. O do Paim tem uma história curiosa: como a gente estava na rua em 88, não sei se você lembra, teve manifestação aqui no Rio mesmo. Eu mesmo botei em *Bruxas*... Foi uma manifestação muito forte. Eu cheguei até a analisar aquela rota dos militares em detalhes no livro. O movimento negro estava na rua aí Paim tem um projeto introduzindo História da África aprovado no Plenário da Câmara em três dias.

V.A. – Em 88?

E.C. – Em 88. Aprovado, para o Senado. No Senado ele ficou oito anos parado e foi arquivado. Porque também eles fazem esse jogo no Congresso: quando tem uma pressão da

opinião pública, por isso que o jogo das duas casas é nojento e, por exemplo, como Florestan defendia e muita gente defende, e eu também, o ideal seria um Congresso unicameral. Um Congresso que você tem a possibilidade da revisão da decisão permite esse joguinho do tipo assim: “Está todo mundo aqui, está de olho, em uma data a gente faz um jogo de cena e aprova e manda para lá.” Como são os mesmos partidos, tudo igual, o cara fala: “Agora lá senta em cima e acabou.” E aquela coisa de movimento social, você tem a capacidade de fazer aquela movimentação de 88 em tudo quanto foi cidade, mas depois como é que você vai manter uma mobilização daquela? Aí você refluí. Você não tem *lobby* profissional. O seguimento de movimento social que não tem *lobby* no Congresso é o movimento negro. Aí o que você vai ter? Paim e outros, Abdias, Benedita, enfim, você já tinha tido várias iniciativas. Aí chegou a do Humberto Costa em uma outra conjuntura, e a proposta é aprovada na Comissão de Educação discretamente. Foi aprovada, mas como ele não voltou e não era por determinativo, o que aconteceu? A proposta foi arquivada. Se ninguém toca nela?

V.A. – Ele não voltou, quem?

E.C. – O Humberto Costa não voltou deputado. Por que ele não voltou deputado? Porque o PT o colocou como puxador de votos no estado e não para deputado. Se ele sai como deputado, estava eleito. Mas o PT o colocou como puxador de votos em uma campanha majoritária para poder... e aí ele não se elegeu deputado. Tanto que o PT o trouxe ministro logo em seguida, ministro da Saúde. Eu aí liguei pessoalmente para o Humberto Costa e disse para ele que o Ben-Hur estava chegando, que a gente tinha visto que o projeto dele estava arquivado, o que ele achava da gente desarquivar o projeto, porque essa era a nossa intenção. Ele falou: “Eu acho ótimo!” Então a gente desarquivou o projeto.

V.A. – Deixa só eu entender esse tramite legislativo: como o deputado não volta para a próxima legislatura...

E.C. – E ela não tem aprovação, por exemplo, em mais de uma Comissão para poder prosseguir, o que se faz?

V.A. – Precisava ter aprovação em mais de uma Comissão.

E.C. – Senão o cara fala: “Arquiva.” E o projeto é arquivado. Toda legislatura se arquiva uma porção de projetos.

V.A. – Entendi.

E.C. – Você desarquivar não é pegar... Você pode pegar aquele projeto, e aí como eu vi que foi aprovado na Comissão de Educação e tinha uma emenda de Esther Grossi. Qual era a emenda dela? A emenda era o seguinte, em vez de ser, chega originalmente como disciplina, só que com a LDB o Congresso não aprova disciplina, se aprova conteúdos. Com a LDB o Congresso não pode mais estar aprovando disciplinas para introduzir em currículos, se aprova conteúdos. Ela fez então a modificação para conteúdo. Então foi uma emenda acrescentada na Comissão de Educação, que era só alterar isso. Mas eu falei para o Ben-Hur: “Deputado, eu acho que não é ético, tendo ela que está aqui, apresentar um projeto assim sem consultá-la.” Então eu fui procurá-la, isso é trabalho do chefe de gabinete. Ela estava andando e continuou andando e não deu a mínima. Eu falando para ela de que íamos apresentar o projeto e como ela tinha apresentado a emenda, a gente ia apresentar junto Ben-Hur e Esther Grossi. Ela disse: “Tudo bem.” Foi andando e não deu a mínima para o assunto. Assim fizemos, reapresentamos o projeto e o projeto então é esse projeto com essas assinaturas que vai tramitar e que vai virar a Lei 10.639. Então se você tem assessoria na casa preocupada com a questão racial, você chega a preencher essas lacunas. O problema é que você não tem normalmente esse tipo de interesse, então por isso que essas coisas não rolavam. O que nós fizemos mais com o Ben-Hur? A criação da Frente Parlamentar Brasil-África, que foi uma coisa muito bem feita no mandato do Ben-Hur; fizemos ainda um seminário, também inédito, na Comissão de Economia, que era presidida pelo Mercadante, o que facilitou enormemente as coisas. Que é Superação das Desigualdades Raciais, o título. Isso deu um livrinho também. Então, um seminário inédito sobre economia e superação das desigualdades raciais. Aí pronto, o pouco tempo que o Ben-Hur passou fizemos pronunciamentos e editamos aqueles livrinhos e outros projetos. Bom, depois de tudo isso Paim ocupou a primeira vice-presidência do Senado. Aí eu vou fazer a mesma assessoria que eu fiz para ele na mesa da Câmara, eu vou fazer agora na mesa do Senado, com outras condições. Aí o que nós vamos fazer? Nós fizemos de saída um seminário sobre reforma e a questão de gênero e raça, que foi um belo seminário. Para você ter uma idéia, um seminário que tinha dois ministros, tinha Miriam Leitão aqui do Rio, muita gente nas mesas, gente boa de movimento negro, muitas mulheres negras porque a gente chamou a Articulação das Mulheres Negras para participar. É um seminário que tem um texto também muito bom. Então com o Paim nós recuperamos a apresentação de

projetos e os pronunciamentos que, praticamente de dois em dois dias, um pronunciamento. Ontem quando alguém leu a Constituição, eu quase falei isso ontem, mas não quis falar, quando ele leu aquele trecho da Constituição que diz que a República deve... Lembra um advogado ontem, “as desigualdades sociais...” Ao perceber aquela lacuna, eu apresentei um projeto para o Paim incluindo a palavra “raciais” ali, “desigualdades sociais e raciais”. Promover a superação das desigualdades sociais é o objetivo da República, aí eu coloquei como objetivo da República promover a superação das desigualdades sociais e raciais. É um projeto, uma emenda constitucional, é a emenda nº 2 de 2003, então dá para acionar para ver onde ela está. Emenda 2 de 2003 é essa emenda botando ali... Tem uma coisa que se você tem uma assessoria você pode ver essas lacunas e ir buscando cobrir essas lacunas. Aí pronto, terminou o meu mandato em janeiro de 2005. Aí você veja, essa coisa da Marcha, que é onde eu encontrei muita possibilidade de viajar: Paim me liberou muito em 2004 para viajar pela Marcha, muito mesmo. Não tive nenhum problema com isso, de viajar. Eu visitei, para você ter uma idéia, 12 cidades do Rio Grande do Sul em 15 dias. E no Rio Grande do Sul é bem diferente de ir a Bahia falar da questão racial. Como eu cheguei no Rio Grande do Sul como assessor do senador Paulo Paim, você fala em espaços na Câmara municipal assim que são espaços do povo falar. Então você acerta com as entidades, eu tinha todo um roteirinho, então: “já está marcado que Edson Cardoso vai falar nesse espaço da Tribuna Popular.” Então você entra na câmara municipal e fala para os vereadores, os vereadores ficam ouvindo você e você fala naquele espaço. Então tem uma tribuna dentro da câmara municipal. Em Bagé mesmo nós fizemos dentro da Câmara com o vice-prefeito, com o Dom Gílio,⁹ estão na mesa, tudo. Eu trouxe todos os jornais. Você fala em rádios. No Rio Grande do Sul as rádios falam de política o tempo todo. Então às vezes a rádio é pequenininha mas está sendo ouvida lá na Argentina e no Uruguai. Então você marca e: “Nós temos aqui conosco o assessor do senador Paulo Paim.” Oh, é uma autoridade no Rio Grande do Sul. Eu visitei 12 cidades em 15 dias falando. Esse tipo de apoio para a divulgação da Marcha a gente teve. A rede dos APNs, que é forte no Rio Grande do Sul, chegar na rodoviária e já ter um cara te esperando, te leva, já tem a casa para você dormir. Tem toda uma rede montada e isso foi feito. Então eu penso assim: eu hoje não aceitaria nenhum convite para trabalhar no Congresso. Eu acho até que saí em uma hora boa.

V.A. – Saiu quando?

⁹ O bispo Dom Gílio Felício, primeiro **bispo** negro a atuar na capital baiana como bispo-auxiliar da Arquidiocese de Salvador, atualmente é bispo da Diocese de Bagé, Rio Grande do Sul. Fonte: www.al.rs.gov.br/ag/noticias/2005/06/NOTICIA111576.htm

E.C. – 15 de janeiro de 2005. Foi ótimo. 15 de janeiro do ano passado, porque terminou o mandato do Paim. O mandato da Mesa é de dois anos.

V.A. – O senhor foi assessor da Mesa?

E.C. – Da Mesa. Eu nunca trabalho no gabinete. Aliás, gabinete é onde você fica sabendo o que você não quer saber, onde você conhece o parlamentar naquilo que você não quer conhecer.

V.A. – Mas com Florestan o senhor trabalhou no gabinete.

E.C. – Florestan foi outra coisa. Para você ter uma idéia, Florestan não apresentava nem emenda ao orçamento, porque ele achava que não era função do parlamentar. A função parlamentar era fiscalizar a execução orçamentária. Mas não era função dele ficar apresentando emenda para chafariz em lugar nenhum. O mandato de Florestan era um mandato ideológico, outra coisa. Que padrão. Era a única pessoa com quem eu trabalhei que ele podia entrar no gabinete, você estar lendo e ele achar bom. Imagina. Esses caras, quando você está lendo o jornal... eles querem ter assessor e não quer que você leia, ficam o tempo todo te chamando. Você fala: “Estou lendo, estou estudando.” Imagina, mas você vai trabalhar com gente ignorante é terrível. Você trabalhar com o Florestan, era um cara que valorizava. A gente sentava para conversar e era como se não existisse tempo: “Não aqui você está mergulhado em uma reflexão.” Então livros faziam parte. Era uma delícia.

V.A. – O senhor não conhecia o Florestan antes?

E.C. – Não. Eu disse para ele: “Os búzios disseram.” Foi muito legal. Ficamos e foi um relacionamento muito bom.

V.A. – Então essa Lei 10.639 acabou vindo como um projeto de Lei da deputada Esther Grossi...

E.C. – E do Ben-Hur Ferreira. Na origem é: movimento negro de Pernambuco, Humberto Costa, arquiva, aí a gente retoma, volta isso e vira Lei sancionada.

V.A. – Mas o Ben-Hur não aparece no nome.

A.P. – Aparece só a Esther.

E.C. – Mas é porque quando você circula assim, se você acessa, mas se você tiver acesso ao documento está lá: fomos nós que encaminhamos. É porque entra o primeiro nome. Não, mas é Ben-Hur. Isso é certeza absoluta. Fui eu que fiz isso. A Esther Grossi entrou por uma gentileza e por excesso de ética, a gente achar que era um absurdo. Ele tinha encaminhado, ela fez uma emenda passando. Você não pode ignorar isso, não é? A gente podia ter ignorado. Até porque a forma como ela nos tratou e recebeu... Eu já expliquei isso inclusive em Porto Alegre. Estavam falando em Projeto Esther Grossi. Eu falei: “Não é verdade isso. O Projeto é: movimento negro de Pernambuco, Humberto Costa e esse trabalho foi só um trabalho de desarquivar a proposta para que ela continuasse circulando.” Só isso.

A.P. – Só um trabalho fundamental.

E.C. – É, mas não se ficar atribuindo... Não é esse o caso. Até porque o conteúdo é antigo de movimento negro. Eu não gosto dessas autorias porque fica parecendo que essas pessoas estão criando alguma coisa, que não é verdade. Sempre se perseguiu isso. Se você olhar a Frente Negra, a preocupação com a educação está visível desde o estatuto. A gente sempre acreditou. Eu estava contando ontem aquela coisa, eu digo para os italianos: eles conseguem a dupla cidadania olhando para trás: “Esse é meu pai, esse é meu avô.” O que eu concluo daqui? A identidade se afirma na História. Se eu quero dominar uma população, o que eu faço? Ou eu apago ou eu distorço a história do grupo. Porque eu sei que eu vou causar danos à identidade do grupo se eu faço isso. Então não é um acaso que a História da África seja contada como ela é contada. Como ela é contada mesmo? “Os portugueses iam passando por uma praia, nem iam parar lá. Aí os negros ficaram chamando. Aí eles foram. O que aquele pessoal está fazendo? Nós temos uma porção de negros aqui para vender para vocês por fumo e por cachaça. Ah, não... Aí eles insistiram muito e a gente trouxe.” Quando fala que trouxe diz que boa parte da tripulação dos navios negreiros eram negros que controlavam outros negros. Aí vieram para cá. Chegaram aqui e aqui era um paraíso

para os negros. Só não dizem que a gente era os donos dos engenhos, que a gente é que construiu a riqueza, porque está faltando historiador para dizer isso também: “Que inclusive os engenhos eram de negros, que os negros eram muito ricos.” É porque estão dizendo que haviam muitos escravos de negros. Eu imagino que deve ter registros de pessoas negras que tiveram escravos negros no Brasil. Mas é mais ou menos como alguém dizer no futuro que na minha casa tinha uma empregada doméstica. E o cara vai dizer assim: “Não. Naquele período eu achei um documento, o cara que era o grande cara que queria mudar ele tinha uma empregada doméstica.” Ora, o fato de uma pessoa negra, ele encontrar um documento de que tinha um escravo ou mais um, não altera o estatuto colonial da escravidão. Assim como o fato de você ter uma empregada doméstica em casa não altera que você vive em uma sociedade capitalista e que você não é a pessoa que detém os meios de produção e que explora. Evidentemente você tem uma empregada, mas isso não vai concluir daí que você... Mas é assim que tem historiador concluindo, não é? Ele encontra duas referências a negro com escravo e daí conclui: “Não. Mas a escravidão não foi bem assim.” Aí você fala: “Não foi é? Então quem era dono da cana-de-açúcar? Quem era dono? Você encontrou algum negro que tinha um engenho? Ah, quando você encontrar, aí a gente muda tudo.” Eu quero saber onde os negros perderam esse dinheiro, que ficou com os brancos. Então é um absurdo você concluir, mas tem historiador fazendo isso, fazendo esse tipo de inferência, porque ele encontra uma documentação que inclusive não é do Brasil, é dos Estados Unidos, onde tem muita documentação de pessoas negras que foram escravizadas por pessoas negras. Mas isso não anula o fato colonial da escravidão colonial, como eu ter uma empregada doméstica não anula a situação do capitalismo no Brasil. Evidente que não vai anular. Você acha que eu estou exagerando?

A.P. – Acho muito interessante. E nessa perspectiva de olhar para trás, eu queria lhe perguntar, até voltando lá para aquele 68 que o Roberto te levou e tal, eu queria saber o seguinte: quando que você toma contato com a história da Frente Negra, com o passado dessas lutas do negro no Brasil? Tem algum momento específico? É nessas reuniões em 68?

E.C. – Leituras... Veja só, minhas primeiras leituras, eu acho que o primeiro livro de uma pessoa negra que eu li foi Edson Carneiro. Eu acho que foi assim a primeira leitura. Circulava muito algumas traduções da Civilização Brasileira, eu me recordo que eram títulos que davam conta da agitação negra nos Estados Unidos do anos 60. Há alguns títulos traduzidos nos anos 60 mesmo aqui no Brasil. Então havia algumas traduções a que a gente tinha acesso na época. O impacto era grande. Você não abria uma *Fatos e Fotos*, uma *Manchete* sem estar diante de manifestações negras nos Estados Unidos. Uma coisa que é preciso remontar para a gente entender um pouco isso, a importância desse bloqueio, deixa

eu me lembrar aqui qual foi o ano exatamente. Antes de eu ser propagandista de laboratório, eu passei um tempo na revisão do *Diário de Notícias* em Salvador. E na revisão, isso em 71, tinha um quadro na parede, um papel fixado, com os itens que, caso tivessem passado na redação, o revisor tinha responsabilidade. Um dos itens era “racismo e relações raciais”. Então esse tipo de tema sempre foi censurado pela Ditadura.

V.A. – Não podia passar?

E.C. – Não podia passar.

V.A. – Eu pensei que o senhor tinha que detectar...

E.C. – Não. Se tivesse passado pela redação, o revisor não podia dizer: “Isso foi da redação.” “Não. Você tem responsabilidade aqui.” Então ficava o aviso na sala da revisão.

V.A. – Por exemplo?

E.C. – Por exemplo: eu passo lá pouco tempo. Não vivi nenhuma situação como essa. A idéia de racismo no Brasil era censurada. Ou seja, se a matéria era sobre racismo: “Para e chama e avisa o chefe.” Se vocês pegarem aqueles depoimentos do teatro... lembra dos depoimentos daqueles encontros de cultura do Teatro Casa Grande? Não sei se vocês chegaram... que foram editados pela Opinião? São debates dos anos 70, 74, 75. São os debates do Teatro casa Grande, aqui no Rio. São muito preciosos. É Paz e Terra e Opinião. Tem um depoimento do Avancini sobre televisão. Você está vivendo a chama redemocratização, então uma efervescência cultural, 75, 75, todo mundo debatendo, já fazendo avaliação. Ou seja, a consciência...

V.A. – Começa a Abertura, o projeto de Abertura...

E.C. – Exatamente. Então é um período de muita avaliação. Aí o que o Avancini diz: que havia uma interdição explícita – eu estava falando do *Diário de Notícias* em Salvador, ele está falando de Rede Globo – de que esse tema não poderia estar nas novelas. Ele falou proibição explícita. Está na fala do Avancini, que eu sempre uso em oficinas. Porque eu uso em oficinas assim: explícita, e depois que deixou de ser explícita, será que passou a ser implícita? Porque depois é um tema que vai ser abordado com muito cuidado pela Globo durante um tempo, pressão, uma coisa assim, e é abordado daquele jeito que a gente falou ontem¹⁰. Ele fala assim: “Proibição explícita.” Aí ele diz quais os temas que eram proibidos explicitamente. Aí entre eles aparece “racismo e relações raciais”. Então se você pegar o decálogo que saiu no Opinião, racismo e relações raciais vai estar. Então você está vivendo uma época em que a Ditadura tem consciência do noticiário que está no mundo, das lutas na África e do que está acontecendo nos Estados Unidos e a tentativa, sabendo qual é a situação no Brasil, de criar um tapume porque era um foco de possível agitação. Toda a imprensa negra que está sendo feita nos anos 60 e 70 vai ser acompanhada. Os documento do SNI, que valiam a pena você dar uma olhada, porque o que vazou para a gente em uma reportagem do *Correio Brasiliense* é que aquele *Árvore das Palavras*, lembra um jornalzinho, Abdias, várias iniciativas foram acompanhadas pelo SNI. Então ter acesso à essa documentação, essa documentação existe, de controle do SNI dessas iniciativas. Então sempre houve, tanto que o MNU vai surgir com aquela dificuldade de acompanhamento da Polícia Federal. Então o tema era controlado pela polícia e nos lugares de veículos de comunicação ou a televisão havia interdição explícita ao tema. Então isso é um pouco algo do período. Então não é uma banalidade ler em uma revista como a *Manchete* nos anos 60 matéria sobre mais um verão quente nos Estados Unidos com manifestações contra o racismo. Aquilo foi importante para nós. Primeiro porque aquilo aparecia em revistas perfeitamente acessíveis. Não era assim: “Só vai ter acesso a essa informação se você...” Não. Eram revistas que você encontrava em uma biblioteca, você podia ler a revista na biblioteca. Ela estava lá na biblioteca para você ver. Então isso provocava comparações, possibilidades de analogia, são primeiras referências, digamos assim, de liderança que você vai ter. Os Estados Unidos teve uma força muito grande nisso de chamar a atenção, de mostrar coisas. Todo um visual, havia uma moda diferente, o que as pessoas estavam vestindo, o que as pessoas estavam fazendo em seu cabelo, mas para os negros havia um referencial diferenciado. Então o cabelo black não foi uma coisa no Brasil assim tão bem assimilada. Eu falei do delegado Gutemberg em Salvador. Mas quando eu cheguei em Brasília, conversando com Lourdes Teodoro, ela me disse assim: “Edson, eu fui a primeira pessoa a usar o cabelo black power em Brasília e eu sei o que eu sofri com isso.” Então essas mudanças que vieram na aparência, um cabelo mais negro que aí assumia uma rebeldia. Porque você está ainda em uma época em que os bairros populares de maioria negra tinham afixado, como em Salvador, “faz-se cabelo”, como era a expressão? Mas que

¹⁰ O depoente se refere à sua participação na mesa “Negro ativismo em debate”, ocorrida no Seminário Crise da mídia ou mídia da crise, realizado na UFRJ, entre os dias 26 e 28 de abril de 2006.

fazia alusão a que o fazer cabelo significava você enfrentar um ferro quente. “Alisa-se cabelo” era a expressão. Muito comum nos bairros populares “alisa-se cabelo”, onde uma pessoa fazia uma renda porque ela tinha um ferro e ela alisava cabelo a ferro quente. O Rio sempre gostou de henê, por exemplo. Tinha certas diferenças no Rio de Janeiro. Mas Salvador era o ferro quente mesmo. Depois veio o pente. Hoje nesses bairros populares o que se encontra? “Faz-se tranças”. Hoje as pessoas estão fazendo tranças. Tem uma diferença. Então é um período de “alisa-se cabelo”, a chegada do cabelo negro solto...

V.A. – O senhor usava esse cabelo black em Porto Alegre?

E.C. – Usei.

V.A. – O senhor estava falando que usava sandália, bolsa de couro, cabelo black em Porto Alegre...

E.C. – Usei. Isso era uma forma, digamos assim, “não era nada não”, mas era uma mudança. De você poder dizer: “Não preciso cortar meu cabelo baixinho.” Havia um visual.

A.P. – Essa discussão entrava naquele grupo de 68?

E.C. – Entrava, claro que sim.

A.P. – E Frente Negra, lutas do negro no Brasil?

E.C. – Frente Negra eu não li. Mas não quero dizer o Roberto não tenha lido. Eu não li nesse período, vou ler depois. Mas não digo que eles não tenham lido. Eles estavam mais velhos do que eu, acho que eles estavam com uma outra visão. Eu tentei dar um depoimento mostrando para você quanto uma pessoa pode demorar, como eu demorei, a

decidir: “Esse é o meu lugar, essa é a minha leitura, é a minha possibilidade de crescimento.”

V.A. – Eu queria voltar só um instantinho ao Paulo Paim.

E.C. – O que a gente pegou? A gente pegou Câmara, já dei meu depoimento de Câmara, pegamos as duas marchas, pegamos e eu me alonguei bastante em minha história de vida pessoal, não pretendia, mas terminei que me alonguei. Tem um dado que eu tinha notado ali que eu acho que é importante registrar isso, é a derrota que nós sofremos de Durban. Porque, veja bem, como começou o comitê impulsor de Durban, eu acho importante registrar isso: nós fizemos uma reunião em Brasília dentro do Pnud, que é a cabeça do sistema ONU o Brasil. Convidamos todo mundo. Eu tenho fotos, tem documentos dessa reunião e nós vamos botar no site do *Ìrohìn* inclusive. Chamamos uma diversidade enorme de pessoas representando o movimento negro, tinha umas 15 a 20 pessoas.

V.A. – Quando isso?

E.C. – Eu tenho que saber quando foi Durban para dizer quando foi isso.

V.A. – 2001.

E.C. – 2001 foi Durban, então isso foi em 2000. Foi no final de abril, está até fazendo aniversário. Por que eu sei a data? Porque no início de maio ia ter a primeira reunião preparatória em Genebra da Conferência. Eu ia para Genebra. E o que nós pensávamos? “O que fazer antes de chegar a Genebra que chame a atenção para a situação no Brasil?” Aí resolvemos fazer uma reunião dentro do Pnud e organizar um documento de denúncia às circunstâncias do racismo no Brasil. Quem ficou encarregado de fazer o documento – quem encarregou fui eu – foi o Hédio Silva, de São Paulo. Então ele fez o documento, todo concordou com os termos do documento e nós tivemos então uma reunião, que está bem fotografada, entre o presidente do Pnud, que era o Valter, todo o *staff* do Pnud, uma mesa imensa, e está lá uma boa representação de movimento negro, homens e mulheres de diferentes cidades, estava todo mundo. Aí nós saímos dessa reunião, como eu era, sem pagamento, uma espécie de... fazia uma consultoria para a Comissão de Direitos Humanos

da OAB federal, eu ia em reuniões para falar sobre a questão racial, eles me cederam o espaço da OAB federal com lanche inclusive, porque a reunião do Pnud foi demorada, as pessoas chegaram muito em cima da hora do almoço, então não almoçaram. Aí eu consegui na OAB um espaço para fazermos uma reunião de avaliação do que tínhamos conversado no Pnud. Todo mundo saiu absolutamente satisfeito do Pnud, porque, não sei se vocês lembram, quem estava dirigindo os trabalhos do Comitê era aquela senhora que foi presidenta da Suíça, ela que dirigia os trabalhos das Nações Unidas, presidia a seção, como era o nome dela, ela visitou o Brasil logo depois, ela era a responsável pela Conferência de Durban. Ela tinha sido presidenta de um país e a ONU a colocou como responsável. E o Valter combinou conosco ali, já sabia da visita dela ao Brasil, que ela receberia o movimento negro ali nas Nações Unidas quando viesse ao Brasil. E isso foi feito, de fato ela nos recebeu, quem falou inclusive fui eu. Ela me deu cinco ou seis minutos para eu expor, eu expus para ela e isso foi noticiado inclusive na *Folha de São Paulo*. O que acontece? Saímos dali e fomos para a OAB, todo mundo feliz e fizemos uma avaliação. Aí se propõe a criação do comitê impulsor do movimento negro para a Conferência. Foi entregue um documento com denúncia e tal. Eu, na época, tinha uma proposta que o pessoal não aceitou, de que a gente não deveria sair, entrar no prédio, fazer a reunião e quando quisessem botar a gente para fora do prédio a gente falaria que não ia sair, a gente ia dormir ali, a gente ia ficar ali porque a gente queria chamara a atenção de Genebra para o que estava acontecendo no Brasil. Não tive a aquiescência dos demais, que acharam a proposta muito avançada. Bom, eu estava certo que iria para Genebra. Então eu fui para Genebra. Quando eu chego em Genebra vai acontecer um episódio extremamente desagradável e que vai gerar um documento importante, que eu acho que vocês tinham que registrar. Quando eu cheguei em Genebra tinha eu Edson, Cidinha representando o Geledés, Marcos Cardoso representando acho que era o MNU ou a Conen, por acaso aquele Márcio que estava a minha esquerda ontem,¹¹ estava lá porque tinha havido um evento de Direito Humanos e ele estava lá em Genebra, o representante da Ford para a questão racial era aquele Edward Telles, estava lá, estava lá o Joaquim Barbosa levado pelo Edward Telles, Joaquim esse que foi para o Supremo, de Igreja tinha aquele reverendo Santana, estava lá. E aí, no primeiro dia eu fiquei feliz da vida, passei uma semana nas Nações Unidas trabalhando. Você sabe o que é você dedicar uma parte tão importante da sua vida a um tema e chegar lá e ver os representantes de todos os países conversando sobre esse tema? Ah, foi uma alegria para mim que você nem queira saber. Eu fiquei trabalhando. Sabe o que é trabalhar, ir assim, pegar os documentos de manhã nas Nações Unidas, sentar, dar uma olhada, botava o meu fone e aí optei, de todas as línguas, a que eu dominava mais era o Espanhol, porque o Português não é língua das Nações Unidas. Então eu podia acompanhar em Espanhol, estava tudo bom para mim, tomando minhas notas, enchi vários cadernos, fascinado com o debate sobre o racismo no mundo, os textos dos especialistas,

¹¹ Márcio Alexandre da revista eletrônica *Afirma* era um dos componentes da mesa “Negro ativismo em debate” no Seminário crise da mídia ou mídia da crise.

então foi uma semana riquíssima. Pois bem, no primeiro dia estava eu lá entusiasmado quando me chega o seguinte zum-zum-zum: em uma reunião em que estavam ONGs do mundo inteiro e eu me inscrevo para falar, para dar um quadro do Brasil, aí uma pessoa na mesa diz assim: “Bom, mas estamos informados de que o movimento negro no Brasil não quer uma reunião preparatória no Brasil.” Aí quem estava traduzindo para mim era a Cidinha. Aí eu falei: “Quem falou isso? O movimento negro brasileiro não quer? Tudo o que a gente quer.” Eu queria saber quem tinha dito essa informação, ela falou: “A doutora Dulce Pereira.” Então Dulce estava em Genebra dizendo para as ONGs do mundo inteiro que o governo brasileiro queria fazer a Conferência no Brasil, mas o movimento negro não queria. E ela estava tendendo a respeitar o movimento negro. Ah, meu amigo, até desmontar essa estória... Aí o que eu propus? Nós tínhamos que fazer uma nota e passar imediatamente para o Inglês e para o Francês...

E.C. – ...Dulce Pereira, o que o movimento negro queria e que a delegação brasileira que estava ali não estava ali com dinheiro do governo brasileiro, nenhum membro dali tinha ido com o governo brasileiro, explicando na nota. Passamos para o Inglês e para o Francês e essa nota vai ser distribuída entre as ONGs. Tinha um lado na parte de baixo do plenário em que ficavam vários documentos. Eu aí descí e fui colocar essa nota, porque eu queria que os delegados de outros países pegassem, alguns a gente entregou na mão, quando eu passei e coloquei lá, uma moça aqui do Rio de Janeiro, uma senhora... porque Dulce estava com o *staff* dela do Brasil lá embaixo. Era uma senhora aqui do Rio muito ligada à Benedita, sempre que Benedita pega cargo ela aparece do lado, é antiga de movimento negro, é amiga de Carlos Moura, eu não vou lembrar o nome dela. Ela chamou um guarda para mim, para me botar para fora porque não queria que a carta de Genebra circulasse, ela estava em Inglês e Francês. Aí o guarda veio e me retirou. Eu saí mas já tínhamos divulgado a nota de Genebra e aí nós voltamos para o Brasil com Dulce tendo feito isso. Ah sim, provocamos uma reunião com o embaixador, foi todo mundo, o Márcio estava, foi uma reunião com o embaixador brasileiro lá em Genebra, e ele nos disse com muita franqueza por que tudo isso. É porque no plenário o Brasil disse que não tinha condições de fazer a Conferência. Então, todos nós esperando o porquê, e ele alegou falta de recursos. Aí não se sustentava porque outros países estavam indicados, não tinham recursos e iam ver isso com o conjunto dos países, então não se segurava. Aí ele disse que o pouco dinheiro que o governo tinha, o governo queria usar na Conferência Nacional. Que atendia melhor as expectativas do movimento negro brasileiro, e não sei o quê.

V.A. – Isso foi em 2000?

E.C. – Isso foi antes da Conferência, isso é a primeira reunião preparatória de maio.

V.A. – De 2000?

E.C. – Se você me diz que foi em 2001, porque eu não sei precisamente a data.

V.A. – Foi em setembro de 2001.

E.C. – Então isso é maio de 2000, que é a primeira reunião preparatória.

V.A. – Porque uma das versões que a gente ouviu é que, por causa dos festejos dos 500 anos em abril de 2000...

E.C. – O impacto daquilo.

V.A. – Exato. O impacto daquilo teria...

E.C. – É, eu disse isso na nota. Isso está na nota de Genebra, eu disse que o que o governo temia muito era, depois do que tinha acontecido aqui com negros e índios em Porto Seguro, novamente ter que reunir uma discussão como essa. Mas me parece, digamos assim, que eu não sei se foi essa mesma razão, entendeu? A gente acha que ainda estava muito próximo do fato. A gente hoje, olhando para trás, eu não sei se foi realmente isso. O fato é que quem estava lá era aquele de São Paulo, daquele programa sobre violência da USP, que é amigo do Fernando Henrique, depois estava no Ministério da Justiça dando uma assessoria...

A.P. – Sabóia?

E.C. – Não, Sabóia é do Itamaraty. É um intelectual de São Paulo, amigo do Weffort, amigo do Fernando Henrique, o núcleo de violência da USP, como é o nome dele? Ele tem livro pra caramba... Ele sempre cumpria para o Fernando Henrique esses trabalhos de Genebra, essas coisas. E ele estava lá. Paulo Sérgio Pinheiro. Aí Paulo Sérgio Pinheiro quis falar comigo e marcou um café da manhã. Me pediu para segurar a nota, isso é antes de a gente divulgar a nota porque ele ficou sabendo que a gente ia soltar uma nota, porque ele estava na reunião com o embaixador, conosco, a Dulce foi para a reunião, e ele depois da reunião falou assim: “Edson eu estou sabendo agora que Dulce não representa o movimento negro no governo.” Eu falei: “Não. Nunca representou. A Dulce é uma funcionária do governo. Ela não é uma representante do movimento negro.” Ele falou: “Estou sabendo disso agora. Eu vou ligar para o presidente. Podemos marcar um café? Você segura a nota?” Aí ficamos: “Ok. Vamos no café da manhã com o Paulo Sérgio.” No café da manhã ele me disse que teve contato direto com o presidente e que sentia que havia uma interferência, que era a mulher do presidente, que através da mulher do presidente é que a Dulce garantia uma certa pressão por causa do feminismo, por causa de não sei o que. Ele falou: “O problema está muito aí Edson, e a gente não conseguir reverter. Eu só te peço uma coisa” ele me dizendo, “que você não feche a porta, não posso dizer o tom que você vai dar à nota e tal, mas não deixa a porta fechada porque há um interesse do governo e tal.” Aí nós soltamos uma nota muito dura, inclusive algumas pessoas do movimento negro quiseram recuar lá na hora. Edward Telles queria apitar e eu dei um pitaco logo: “Mas desde quando eu vou submeter uma nota do movimento negro a Edward Telles da Ford? Eu não vou submeter. Ele não tem que dar pitaco nisso tudo.” Então: “A nota está muito dura, não sei o que...” Mas saiu foi muito dura mesmo e a gente fez a nota. Mas, na verdade, olhando para trás, não sei se o governo não quis por isso. Não sei não. Uma conferência que não era manifestação de rua, uma conferência que é feita dentro de padrões muito rigorosos das Nações Unidas, não é a mesma coisa que comemorar, que protestar contra o centenário... Não é a mesma coisa não. Acho que uma conferência não tem o poder disso. Uma conferência tem regras muito rígidas de participação. Você não tem como achar que uma conferência vai provocar um movimento de massa. Eu acho que é complicado, eu tenho dúvidas hoje. Na nota a gente falou isso, mas não sei. Mas a nota é um documento importante porque é uma reação de defesa do movimento negro diante do que Dulce Pereira estava fazendo. Foi um momento muito tenso. Bom, nós voltamos, eu tenho mais uma hora com o ministro da Justiça para solicitar ao ministro da Justiça que não houvesse interferência na decisão que o movimento negro queria tomar em plenária de como deveria ser a organização do movimento negro para Durban. Queríamos tomar isso sem nenhuma interferência do governo e Sabóia estava interferindo. Tive uma hora com o ministro da Justiça na época, que era o Gregori. Bom, aí nós vamos para a plenária. Quando chega na plenária vamos ser derrotados. Quem foi derrotado? Quem acreditava que o movimento negro tinha que manter sua autonomia na ida a Durban. Essas mesmas forças: Conen, Negros do PT e PC do B vão para a plenária, conseguem a maioria da plenária e começam

a infiltrar na executiva para Durban CUT e não sei o que. Aí eu tomei uma posição de que era, no nosso entendimento, uma questão fechada de que quem deveria participar da preparação de Durban eram entidades do movimento negro. Aí eles foram para a votação e eles ganharam. E eu saio de Durban naquela hora.

V.A. – Mas isso é o quê? Plenária de quê?

E.C. – Uma plenária de São Paulo, do movimento negro para discutir Durban e a participação em Durban.

V.A. – Depois dessa reunião de genebra...

E.C. – Depois da reunião de Genebra a gente vai a fazer a nossa plenária em São Paulo no meio do ano. Vamos fazer uma plenária para essa plenária decidir quais os encaminhamentos que, como movimento negro, vamos dar na negociação com o governo, tudo de movimento negro. Aí nós fomos derrotados com interferências como essa, tipo Conen, tipo coisas... Eu tinha conduzido o processo até aquele momento, desde a reunião com o Pnud, Genebra e ali. Ali eu saio. Eu não fui a Durban.

V.A. – Eu não entendi a divergência exatamente.

E.C. – A divergência era a seguinte: como manter uma autonomia. A mesma divergência da marcha, como fazer uma coordenação para Durban de movimento negro e não uma coordenação de negros que pudessem vir de tudo o que é lugar, como CUT, PT, PC do B e achar que ocupam o lugar do movimento negro. Era a mesma pendenga da marcha. Ela continuou e ela continua agora.

V.A. – Mas teve negros do PC do B, de CUT?

E.C. – Tinha, evidente. Você vai ser Durban. Durban vai ser um safári! As pessoas dizem que Durban foi maravilhoso. Eu estava ouvindo ontem e falei: “Esse pessoal acha que está enganando quem com esse discurso?” Deus do céu! Durban foi uma tragédia como participação brasileira. Foi um grande número de turistas. O governo jogou oito milhões de reais naquilo. A proposta que estávamos elaborando para Durban passava por contato com o CNA¹², por conhecer a luta na África do Sul, por usar a nossa presença lá para fazer debates políticos. Era isso que era ir à Durban. Ir à Durban não era como aquele senador Geraldo não sei o que, botar uma roupa de safári e ir fazer safári. Era Moura passando com seu carrão. Imagina, Durban foi uma farrá! Oito milhões de reais o governo jogou na mão de Moura.¹³ Oito milhões de reais, é brincadeira? Foi isso que virou Durban. E aí, Benedita com um *staff* que parecia uma rainha africana, um *staff* de inúteis. Eu acho que era bem diferente o que estava sendo gestado como uma proposta de movimento negro e nós fomos derrotados na plenária. Aí eu não vou a Durban. Não vou porque decidi que não iria. A Ford na época me liga, que era importante que eu fosse, que independente de qualquer coisa. Eu falei: “Não.” Eu não fui a Durban. Eu conheço, da África do Sul, a Cidade do Cabo que eu fui em um outro evento lá, mas que não tem nada a ver com Durban. Mas infelizmente, depois de trabalhar tanto por Durban, eu não fui a Durban. Nós fomos derrotados na plenária. Agora, depois de aprender tanto dessas pessoas Verena, você entende que a marcha de 2005 a gente tinha não só uma série de atritos antigos, como nós tínhamos aprendido a mexer com eles. E aí, em 2005, foi cheque mate. Em 2005 eles estavam pendurados na estrutura do governo. A gente tinha uma proposta de movimento social, só que a gente costurou via comunicação, a gente costurou o conjunto, e outra coisa, o movimento de mulheres negras foi fundamental para o sucesso da Marcha de 2005, porque essa turma do lado de lá tem uma diferença de gênero muito forte. Predomina, nessa turma que é menos movimento negro e mais sindicato e mais partido, uma militância masculina tradicional, de machismo bem tradicional. Do lado de cá da militância do movimento negro predominam as mulheres. Uma coisa curiosa. Repare o *Ìrohìn*: mas de 60% do *Ìrohìn* são mulheres.

V.A. – Foi criado quando o *Ìrohìn*?

E.C. – O *Ìrohìn* é de 96. A gente saiu da Marcha de 95 com duas propostas: a criação de um veículo de comunicação e a criação de um curso de capacitação sobre o Estado. Porque a gente achava que o Fernando Henrique ia responder, ia ter que dar uma resposta e a gente tinha que capacitar gente.

¹² Congresso Nacional Africano, partido do Nelson Mandela.

¹³ Carlos Moura, ex-presidente da Fundação Palmares.

V.A. – Teve o GTI.

E.C. – Criou o GTI. Nós aprovamos um projeto de um curso de capacitação em administração pública. Então tínhamos o *Ìrohìn* e um curso. Esse curso durou três anos. Era um curso de 23 dias cada etapa, dado na Escola Nacional de Administração Pública. Era a primeira vez que os negros iam entrar na Escola com negros para fazer um curso. Reunimos, pegamos um bom dinheiro para o curso e reunimos o que melhor tinha para dar um curso sobre o que é Estado, o que é orçamento, em Brasília. Pagávamos uma hora-aula do professor que ninguém pagava em Brasília, nem a UnB. Os bolsistas, para ficar os 23 dias em Brasília, recebiam uma bolsa para ficar.

V.A. – Isso é pela Fundação Ford?

E.C. – Fundação Ford. Fizemos então um curso de capacitação. Primeira exigência: só faz o curso quem estiver vinculado a uma entidade do movimento negro, para poder voltar e dar retorno. Benedita tentou peitar para indicar nome, todo mundo aparece nessa hora querendo botar nomes. Não aceitamos: “Vai ter que vir por uma entidade do movimento negro.” Então a cada época do curso, cada turma eram 30 pessoas. Formamos 90 pessoas na compreensão do Estado, levando para a Câmara, mostrando o estamento. Lá na Seppir está o Zeca¹⁴, que é aqui do Ceap, foi formado no curso nosso.

V.A. – Você se lembra do nome dele?

E.C. – Não me lembro. E vou dizer assim, muita gente que fez esse curso que a gente bolou é gente que está em prefeituras, em governos de estados e Seppir. Isso vai ter impacto, vai ter desdobramentos. Então veja só, saímos da marcha com uma proposta de *Ìrohìn* e uma proposta de um curso de capacitação. Eu acho que isso dá toda a diferença do que a gente faz. Sempre curso, sempre formação, sempre achando que as pessoas podem crescer, e mais, que a informação pode circular. Eu hoje de manhã pensando para fazer isso aqui, eu pensei assim: se eu destacasse minha militância eu destacaria assim: um eixo é mobilização. Aí é proposta de encontro do negro do PT, proposta de marcha... Não é uma

¹⁴ José Carlos, assessor da Seppir.

coincidência que em dez anos eu tenha estado a frente de mobilizações para entregar documentos ao presidente da República. É muito diferente de ficar em um botequim ordinário falando mal dos outros. É muito diferente isso. Pessoas que no movimento ficam tecendo uma série de críticas, vocês já devem ter entrevistado por aqui, mas você pergunta: “E aí, aportou o que mesmo como proposta?” A proposta nossa foi mobilizar as pessoas para entregar documentos para o presidente da República, não para ficar falando não sei o quê. Para chegar lá e pressionar por políticas, diretamente o presidente. E mais: a capacitação e a formação de pessoas. E mais: a circulação de informações. O *Ìrohìn* está aí para provar o quê? Primeiro: não é para a minha promoção pessoal. Quando aparece uma foto minha eu fico puto da vida. Eu não sou candidato a nada para fazer o *Ìrohìn*. Então já teve gente falando... pelo contrário. Olha quanta gente eu trouxe. O cara vai olhar assim: “Puxa, quem é essa pessoa?” Essa pessoa a gente está descobrindo e está botando por aí circulando produção intelectual e fazendo as coisas. Eu acho que um pouco é esse que é o sentido da nossa militância. Se eu faço uma reflexão assim: qual o sentido de tudo isso? Acho que escrevi um bocado, acho que falei um bocado... tem os atos em frente à embaixada da África do Sul que eu não falei, que precisaria falar dos anos 80, que nós puxávamos em Brasília. Foram dois atos significativos ainda com o Mandela preso, em frente à embaixada da África do Sul. Então, acho que eu pichei paredes, acho que fiz jornal, fiz panfleto, fiz palestra, fiz discurso na rua, participei de campanha, falei no rádio, falei na tv, fiz discurso, escrevi livro, escrevi artigo, enfim, eu acho que nesses vinte anos eu procurei de todas as formas possíveis mostrar a importância da luta contra o racismo de todas as formas.

V.A. – O senhor pichava o que nas paredes?

E.C. – Em Brasília nós tivemos... eu tenho fotos dessas pichações. Na época mesmo desses atos da África do Sul, vai de “libertem Mandela” a “rompimento de relações com a África do Sul”, “Racismo é crime”, todas as bandeiras que eram bandeiras importantes. A gente ia mesmo para botar na parede, para pichar. Nunca fiquei em um gabinete. Acho que abri mão de uma carreira universitária. Acho que um pouquinho de dedicação e um pouquinho de... assim, na UnB o que as pessoas diziam é que eu era ótimo, o meu problema era a questão racial. Como no Partido. O Partido me achava muito legal: “O problema de Edson é essa coisa de negro, negro, negro. Um cara como ele podia estar falando de...” Entendeu? Eu acho que quando você faz opção pelo movimento negro tem uma porção de portas que se fecham para você. Principalmente se você não é burro, se você não é ignorante, se você quer trabalhar as coisas com inteligência e ombrear com aquilo que está sendo feito. Você incomoda muito. Você incomoda muito quando você não é adúltero, quando você não é um bêbado. Entendeu? Eu acho que tem coisas... Por que o movimento de mulheres abre

exceção para mim para muitas coisas. Porque eu fui testado dentro disso, toda uma história dentro da minha vida de viajar e de dormir no mesmo quarto, de compartilhar com mulheres, e as pessoas saberem perfeitamente, digamos assim, o que eu sou, que tipo de ética eu tenho. A minha mulher é de movimento negro. Eu a trouxe para o movimento negro. Ela é uma pessoa importante no movimento de mulheres negras e as pessoas sabem perfeitamente como eu sou. Não é assim esse machismo, que sai do Rio de Janeiro para Brasília já acha que tem que ter tal comportamento. Nunca entrei nesse tipo de prática. Então acho que: “Ah, ele anda com as mulheres negras...” Com as mulheres negras a gente produz. O *Ìrohìn* está aí para mostrar isso. Eu penso que é uma trajetória. Eu não estou dando balanço de nada não porque eu tenho muita coisa para fazer. O que eu sonho para me dedicar daqui para frente é a construção de uma gráfica. Eu juntei, acho que em torno de 1.600, talvez 1.700 livros sobre a questão racial. Eu sonho com a construção da gráfica, a construção da autonomia de edição de livros e jornal esteja articulada a biblioteca, a formação de pessoas, esse é o sonho. Montar algo em que a juventude possa ir, possa ver: “Eu vou lar porque lá tem espaço, lá tem livro, tem um curso, lá eu tenho oficina, lá eu tenho possibilidades.” Então a gente sonha em construir essas coisas e é para isso que a gente está trabalhando. E botar o jornal na banca, igual ao *Globo* ao *Jornal do Brasil*, as pessoas pegarem: “Eu leio esse jornal não é porque ele é dos negros, ele é um jornal que, a partir desse ponto de vista, fala de todos os assuntos.” Esse é um sonho que a gente tem. É isso que a gente está perseguindo.

V.A. – E o estatuto da igualdade racial? O senhor falou do Paulo Paim...

E.C. – O estatuto também é uma peça, no caso do Paim, em que a gente esteve envolvido diretamente. E eles está aí circulando. É uma contribuição também desse período. A minha participação é uma participação do início da proposta. Depois a proposta toma outro vulto e eu já não estou no Congresso. Mas boa parte dos projetos do Paim que estão dentro do estatuto são projetos realizados durante a minha assessoria: “meios de comunicação” é apresentado por mim; “mercado de trabalho” é apresentado por mim. Então boa parte dos projetos que o Paim fecha para dizer: “Esse é o estatuto.” São projetos feitos pela assessoria de relações raciais. Então a gente acha que está bem ligado a tudo isso.

V.A. – O nome da sua esposa?

E.C. – É Regina Célia Santana Adami Santos. Minhas filhas, uma se chama Inaiê e a outra se chama Tana. Uma das possibilidades de Tana na África é um rio que está no Quênia e que passa em Nairóbi. Mas Tana também é cidade na África. Eu fiz inclusive um poeminha para elas e já está publicado. É uma alegria muito grande. Hoje elas já são grandes, uma está fazendo 17 anos e está terminando o segundo grau e a outra tem 15 anos, está na primeira série do segundo grau. Eu fiz um poeminha para elas na época, era assim: “Vejam só como são belas, tão negras, tão amarelas. Uma é deusa baiana a outra são águas do Quênia. Vão crescendo assim finas e doces como a caiana as irmãs Inaiê e Tana.”

V.A. – Bonitinho.

E.C. – É uma alegria para mim muito grande todas as duas. Uma alegria muito especial.

V.A. – Mas alguma coisa? Podemos encerrar então. Muito obrigada.

E.C. – Eu que agradeço.

A.P. – Você quer dizer mais alguma coisa?

E.C. – Não. Dizer que o ideal é que vocês lutassem para que esse projeto pudesse publicar, editar. Eu acho que só a Internet é pouco. Eu acho que tem que envolver uma dimensão... e essa coisa da história oral é uma dimensão que eu não sei se vocês estão trabalhando, que a gente no *Ìrohìn* vai ter que trabalhar, a gente quer ver se pega uma pessoa especialista para dar um curso para os jornalistas do *Ìrohìn*, porque o seguinte, como morreu minha mãe é a morte dessas pessoas negras e com elas indo tudo que você pode imaginar. Porque a gente se aproxima de uma casa, por exemplo, na minha cidade, e você sabe quem mora na casa pela seleção das plantas que faz, pela comida, o modo de receber, tem toda uma cultura negra com essas pessoas. E eu acho que com a história oral a gente tinha que correr, por exemplo, para chegar... eu penso assim, que se você pegar um bairro de uma cidade como Salvador, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, por exemplo, e você entrevistar as pessoas negras mais velhas, algumas pessoas desse universo que forem uma amostra bem representativa, nossa! Tem muita coisa por aí e que está aí se perdendo. A gente está pensando em um encarte no *Ìrohìn*, aproveitar uma circunstância, a gente não pode fazer

para o dia das mães agora, não tem condição, mas a gente quer até o final do ano fazer um encarte dentro do jornal em que algumas mães falem de vários lugares do Brasil, sobre o que fizeram, como transaram suas famílias, seus filhos, sua identidade, a gente quer ver se dá uma valorizada nisso. Eu acho que um programa como esse de movimento negro, valia a pena incluir, ou estender o programa para recuperar essa memória que está toda indo embora. Porque não é uma memória de escola. Minha mãe, por exemplo, cantava em uma língua desconhecida para nós na cozinha. Nem ela mesma tinha, são coisas aprendidas na infância. Sem contar as comidas, a riqueza. Eu aprendi a cozinhar por conta de certas circunstâncias do meu nascimento, porque minha mãe não gostava de determinada comida baiana e tem vontade de comer no dia do meu nascimento. Então ficou uma obrigação, um compromisso. Aí eu cresci e ela falou: “Você tem que aprender porque a obrigação é sua, não é minha.” E eu aprendi. Eu, quando vou para a cozinha fazer essas comidas, sempre tenho a impressão que estou conversando com uma porção de pessoas que estão e não estão presentes ali naquele momento.

V.A. – Quais comidas?

E.C. – São as nossas comidas. Porque há um universo religioso que vem da África, que o plano da divindade come. É diferente, por exemplo, na sexta-feira santa de você ter um universo de Salvador bem católico e afastado no mundo negro, que usa aquele dia para fazer jejum. Aí ficam jejuando. Os negros quando perceberam do que se tratava de quê? Do filho de Deus. Era uma data para isso. É tão importante assim? Pelo contrário: a nossa mesa é absolutamente farta. Eu acho que é o dia em que a gente faz mais comida.

V.A. – Na sexta-feira santa?

E.C. – Na sexta-feira santa. Quem olha a primeira vista vai dizer: “Mas que desrespeito.” Mas não é. Pelo contrário. Essa é a maneira respeitosa de tratar isso, é comer a comida que os santos comem. Então esse tipo de universo da cozinha, da culinária, onde você está consagrado o tempo todo com uma série de ritos e ao mesmo tempo está no cotidiano comendo, em torno disso está uma memória riquíssima se perdendo ou se distorcendo pelo turismo. Gente sem nenhuma tradição disso, fazendo disso objeto de consumo turístico. E a verdade acho que a história oral que se apressasse aí ia... Por isso que eu acho que o projeto pode ser ampliado e conseguir financiamento para fazer uma coisa mais ampla. Porque esse universo aí é muito rico, muita coisa, não é pouca coisa não. Pessoas morrendo, como

minha mãe. Com a minha mãe foi muita coisa. Existem outras mães como a minha morrendo. Muita lembrança, muita cultura de plantas, muitos ritos, que ia de uma íngua para ser cortada, ia de um machucado, ia do chá que você tem que tomar, da seleção das cores, a forma como você vai ou não vai vestir, a forma como sentar para comer determinadas comidas. Aquela coisa da música do Paulinho *Domingo lá na casa do Vavá*, em que todo mundo vai para um ponto, que é a casa do Vavá, tira o sapato, come com a mão. Então essa casa do Vavá é na verdade um ponto de referência onde as pessoas vão e recuperam sua identidade. Não é isso? As pessoas vão lá, todo mundo, mas tem a comida. Aí tem um verso que diz assim: “provei do famoso feijão da Vicentina / só quem é da Portela é que sabe que a coisa é divina” Esse divino do feijão, esse plano ao mesmo tempo de sagrado e profano na comida, então essa reunião de todo mundo que tira o sapato. Minha mãe por exemplo fazia um feijão, aí você pegava o garfo e a faca e ia comer e minha falava assim: “Tem alguma coisa errada com o meu feijão?” Porque você ia comer de garfo e faca. Para a minha mãe tinha que comer com a mão. Falava: “Oh minha mãe, desculpe. Vou comer com a mão, claro.” Então comia com a mão porque tinha todo um universo que estava ali presente o tempo todo. Eu acho que a gente precisa não deixar que isso morra. E está aí. E só precisa treinar pessoas, ter um projeto, ter gente que conheça para fazer, porque não é só ir e gravar. É mais do que isso. Tem técnicas. Eu vi, eu fiz um poema até em Brasília, quando eu trabalhei no Arquivo, tinha um pessoal lá ligado à história oral, um pessoal bom pra caramba, que tinha feito História na UnB. Então teve um massacre de operários em Brasília e eles saíram atrás fazendo entrevista com pessoas...

V.A. – Era o Valter Nunes?

E.C. – O Valter presidia o Arquivo, mas tinha um grupo da história oral. Ele era até baiano.

V.A. – Ele também participou dessa parte da história oral.

E.C. – E o que aconteceu? Eles pegaram uma lavadeira, quando li isso fiquei até impressionado, tanto que fiz o poema. Eles pegaram uma lavadeira e perguntaram a ela se ela tinha sabido desse massacre. Ela falou que não, nunca soube da nada., “Nada?” “Não.Nunca soube de nada.” Ela nega, nega um bocado. Aí depois ela diz assim: “Sobrou muita roupa no sábado.” Como ela lavava roupa, muita gente não voltou para pegar a roupa. Aí me veio a imagem. Primeiro eu vi a roupa na corda assim, sabe o vento batendo, aquela roupa, aquela ausência. Depois eu vi, porque é uma coisa da minha vida, como as

lavadeiras faziam, as roupas todas arrumadinhas, embora em uma casa pobre, mas ela está lavando roupa para uma outra pessoa, roupa branca inclusive, tudo arrumado esperando aquilo ali, muita gente ia pegar. As pessoas também não foram, e eu fiquei imaginando assim. Mas ela o tempo todo disse que não, ela não sabia de nada. Então tem um plano de negação assim um plano “não, não, não...” Que é denegação na verdade. Ela fica repetindo aquilo “não, não. Mas sobrou muita roupa no sábado.” Então eu acho que tem umas coisas que você recupera de uma maneira muito especial. Essa imagem do cara que botou a roupa para ir pegar no fim-de-semana e depois não pôde buscar é uma imagem muito forte. É diferente de dizer: “Morreu muita gente. Os operários morreram.” Outra coisa é ver o operário no seu cuidado com sua própria roupa e provavelmente, quem sabe, até com uma coisa que ele queria fazer no fim-de-semana, e aquilo abruptamente cortado, não é? É muito forte. É isso.

V.A. – Está ótimo.

A.P. – Muito obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]